

DÉCIO MARCO ANTONIO DE ALENCAR GUZMÁN

***Histórias de Brancos:
memória, historiografia dos índios Manao
do rio Negro (sécs.XVIII-XX).***

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de História do Instituto de
Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr.
John Manuel Monteiro

Este exemplar corresponde
à redação final da
dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 5 / 12 / 97.

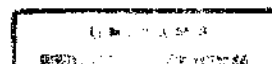
Banca:

Prof. Dr. *John M. Monteiro*
Prof. Dr. *R. M. Uytendaele*
Prof. Dr. *Luiz A. L. (pau.)*

outubro de 1997.

58255-06
G989h

33978/Bc



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
T/Unicamp	
G 989 h	
Vf	Ex
T. 50/33978	
PREC. 355/98	
C ☐	D ☒
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 28/05/98	
N.º CPD	

CM-00113246-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G 989 h

Guzmán, Décio Marco Antônio de Alencar

**Histórias de brancos: memória, história e etno-história dos
índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII - XX) / Décio Marco
Antônio de Alencar Guzmán . - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.**

Orientador: John M. Monteiro .

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Índios da América do Sul - História. 2. Etnologia -
Amazônia - Séc XVIII. 3. Memória - Aspectos sociais.
4. Mito - História. 5. Amazônia - Colonização. 6. Brasil -
Historiografia. I. Monteiro, John M. (John Manuel), 1956
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

A

Oneida Guzmán

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, para os funcionários dos Arquivos e Bibliotecas que eu frequentei nestes últimos três anos. Agradeço a D. Lúcia Nolasco, responsável das seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, devo a paciente e sempre disponível prontidão a me introduzir nos meandros dos manuscritos amazônicos do período colonial, sob sua guarda. A Tereza, bibliotecária responsável da Coleção "Sérgio Buarque de Holanda", da Biblioteca Central da UNICAMP, devo as silenciosas e produtivas horas de consulta àquele acervo outrora pertencente ao historiador de "Raízes do Brasil". A Fátima e a todos os funcionários a Biblioteca do Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, devo as cópias de artigos e livros sempre e prontamente entregues com pontualidade e rapidez.

John Manuel Monteiro, com suas críticas sempre construtivas e oportunas, alimentou este estudo com a experiência de quem conhece bem as particularidades do *métier* de historiador.

Robert Slenes, Robin Wright e Silvia Hunold Lara foram extremamente construtivos em suas leituras

críticas, que atravessam os vários momentos deste trabalho.

Márcio Augusto de Freitas Meira me ensinou a trilha que conduz ao rio Negro. Devo a ele a clarificação de várias temáticas aqui desenvolvidas, através de nossas intermináveis conversas no Campus de pesquisa do Goeldi.

Magali Engel, do Rio de Janeiro, deu o "empurrão" à reflexão que deu origem a este estudo. Deu-me também o prazer de sua amizade.

Isabelle Braz e Ranulfo Caveró foram os colegas do curso que compartilharam interesses intelectuais misturados ao perfeito companheirismo.

José Maia Bezerra Neto e Fabrícia foram os amigos e interlocutores de grande parte deste estudo. As horas com o Jonathan também contribuíram para que a pesquisa chegasse ao seu termo.

Jane Felipe Beltrão e Alex Fiúza de Mello e Cristina Cancela foram os companheiros de "exílio". Osmundo S. de Araújo Pinho (Dinho da Bahia) e Lúcia Helena e Regina Xavier e Sandra Rita Molina, foram os companheiros que me auxiliaram a ver o outro lado de um

período de estudos intensos como oportunidade para aprender algo da cidade onde nasceu "Carlos Gomes".

Márcia de Mattos Guedes, Fernanda Paula Tavares, Livia "Maria" Alexandra e Maria Eunice Furtado, fizeram os momentos de tensão e intensa concentração tornarem-se extremamente agradáveis através de nossas conversas.

Com Rafael Chamboleyron, Franciane Gama Lacerda, Aldrin Moura de Figueiredo, Magda Ricci, Henrique Espada, Cláudia Fuller, Maria de Nazaré Sarges, Edilza Fontes e Geraldo Mártires Coelho, gozei de uma convivência estimulante, a quem devo muito do que é este trabalho.

A Maria Sylvia Nunes, Rui Sereni Murriêta, Nelson e Andréa Sanjad devo as horas de conversas descontraídas e altamente estimulantes pela inteligência e beleza do que me fizeram conhecer.

Mário B. Hernandez e Marquinho e Evandro Lopes Júlio Afonso Sá de Pinho Neto, contribuíram, cada um à sua maneira para a feitura deste trabalho. Mário transcreveu todos os documentos manuscritos com muitíssima paciência, aliás, a sua maior virtude. Marquinho e Evandro leram partes dos manuscritos e fizeram críticas pertinentes. Júlio foi o anfitrião impecável nos dias de pesquisas no Rio de Janeiro.

Em Manaus, devo à atenção de Edinéia Dias, à amizade de Raimundo Neto Peixoto e José Geraldo Xavier dos Anjos (IGHA) grande parte da pesquisa realizada naquela cidade. Onice, Rosângela e Paula, bibliotecárias do Museu Amazônico, e Geraldo Sá Peixoto Pinheiro e Márcia Eliane dos Santos Alves, professores da Universidade do Amazonas e responsáveis da seção de Documentos Coloniais do Museu Amazônico, em Manaus, devo as "dicas" sobre a história do rio Negro.

Serge Gruzinski está entre os maiores incentivadores deste estudo. Devo à sua atenção e críticas a finalização deste trabalho.

Evaldo Alencar Reis, Leonor Guzmán Reis, Lúcio Jorge Guzmán, Sônia Maria de Alencar Guzmán, me cercaram com a atenção e o cuidado durante o período da redação.

Fechando o círculo dos agradecimentos, D. Oneida Guzmán, a quem este trabalho é dedicado, foi a base material e afetiva de tudo quanto consegui realizar aqui. Agradeço a compreensão pelas "horas roubadas da convivência", que demanda um trabalho da natureza do que aqui se apresenta.

Introdução

"O sociólogo deve, entretanto, ter sempre presente no espírito que as instituições primitivas não são apenas capazes de conservar o que existe, ou de reter provisoriamente os vestígios de um passado que se desfaz, mas também de elaborar inovações audaciosas, ainda que as estruturas tradicionais com isso se transformem profundamente".

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Guerra e Comércio entre os índios da América do Sul", in *Revista do Arquivo Municipal*, v. 87, São Paulo, p. 145.

O Objeto do presente estudo

Este estudo parte de um episódio da história da Amazônia em que se sobressaem os índios Manao habitantes das margens do rio Negro, em guerra contra padres e soldados portugueses, que viveram durante o reinado de D. João V, o rei "devoto", e os holandeses que faziam comércio de armas e escravos indígenas no rio Branco, afluente do rio Negro. O episódio parte das alegações portuguesas de que os índios Manao faziam comércio com os holandeses das Guianas, o que detonou o conflito entre estes índios e as "tropas de resgates" formadas por soldados portugueses, entre 1723 e 1727.

Tratarei da narrativa desta guerra como um pretexto para alcançar um problema historiográfico, que é o objeto desta dissertação. Ou seja, quero investigar as relações entre os fatos, as construções míticas e a

memória historiográfica construída em torno dos índios Manao, do período colonial até a primeira parte do século XX. Pretendo investigar as diferentes representações dos índios Manao nas narrativas de contatos e nas interpretações modernas. Estudarei não o conflito entre os índios e os portugueses holandeses, mas a forma como foram representados posteriormente nas narrativas coloniais e na historiografia amazonense da primeira metade século XX.

Quem são os Manao? Ou antes, o que a mitologia colonial fez da memória histórica desta sociedade e de chefes como o personagem Ajuricaba, que liderou o conflito colonial, do lado indígena e através dele se tornou conhecido na região amazônica?

Neste sentido, o objetivo desta dissertação é, observando os documentos do período colonial e a historiografia amazonense do início do século XX, investigar também a "invenção documentada" de personagens e episódios que acabaram por cristalizar uma imagem heróica do passado indígena amazônico, na figura de Ajuricaba, o chefe Manao, e os outros membros da mesma "etnia".

O que fez a historiografia amazonense das décadas de 1920, 1930 e 1940, ao investigar os acontecimentos coloniais no rio Negro e no rio Amazonas. Esta se

estabeleceu, se instalou e, ganhou força de *ideologia* fixadora de uma "identidade" regional das elites sociais do Estado do Amazonas.

Antes de começar a narrativa, convém lembrar as contribuições e as carências da tradição historiográfica, tecendo algumas considerações gerais sobre ela.

Silêncios da historiografia clássica

Em muito do que se tem publicado nos últimos 30 anos sobre a história colonial da Amazônia, os índios foram relegados à categoria de subtema ou tema subsidiário de outras problemáticas que foram objeto de consideração das historiografias nacional e regional¹.

Até então, a perspectiva *institucional* foi a que se impôs a essa historiografia clássica, impregnando todo o caráter da colonização.

1 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII", in Revista Arrabalde, ano I, n.º. 2, set./dez., 1988, pp.101-117.; IDEM. Os Vassalos d'El Rey. Niterói, Deptº. de História/UFF, dissert. de mestrado; GODELIER, Maurice. "O conceito de 'formação econômica e social': o exemplo dos Incas", in Horizontes da Antropologia. Lisboa: Ed. 70, s.d. [1973]; CARDOSO, Ciro F. S. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984; IDEM. "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América", in SANTIAGO, Théo (org.). América Colonial. 2ª ed., São Paulo: Ícone, 1988 [1974], pp. 61-84; IDEM. O Trabalho na América Latina Colonial. São Paulo: Ática, 1985.

Exceção tem sido feita pelos trabalhos históricos desenvolvidos pelos antropólogos, que, possuindo já uma longa tradição de estudos indígenas sobre a Amazônia, começam agora a incorporar análises documentadas com fontes históricas². Mais adiante voltarei a esta questão.

Os textos mais antigos que analisamos neste estudo sobre a memória histórica dos conflitos entre os Manao e os portugueses, são datados do século XVII e XVIII. Este corpus é formado majoritariamente por crônicas e relatos de religiosos (carmelitas, franciscanos e jesuítas), redigidos com o interesse, num plano mais explícito, de expandir a ação missionária entre os nativos, ao mesmo tempo em que apresenta alguns *topoi*, onde expressando, de forma recorrente, a intenção de estabelecer os marcos da colonização e da soberania ao longo dos rios amazônicos.

Outra parte destes documentos inscreve-se no gênero "relatos de viagem", entre os quais se encontram os diários de viajantes e os registros e especulações de naturalistas, estes últimos constituídos por um discurso científico e filosófico inspirado pelo espírito iluminista do setecentos.

² Exemplo disso é o volume de CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

O fim do século XIX e princípios do XX, vê surgir uma historiografia marcada pelo positivismo, mas não apenas por ele, que se refere a si mesma como "científica", influenciada por critérios positivistas e evolucionistas, pragmática e empiricamente inspirados, sobretudo, pelas diretrizes dos Institutos Históricos e Geográficos, mas também por um forte movimento assimilacionista, que embutia entre suas propostas a idéia racial da necessidade de extinção do índio³.

A tradição de narrativas de "conquistadores", como também de "viajantes", produziu uma visão restrita das sociedades indígenas: eram sociedades isoladas e exóticas.

Nessa perspectiva, geralmente têm-se abordado a história dessa região, sob um ponto de vista em que o colonizador é encarado como agente exclusivo da História. Os "negros da terra", não possuindo o domínio da escrita, estariam fora da temporalidade. Seriam sociedades a-históricas, ou, ao menos, proto-históricas.

Essa historiografia, em geral, era assentada, basicamente, sob a autoridade das fontes oficiais da burocracia portuguesa, diários das expedições de

³ Cf. LIMA, Antônio C. de S. *Aos fetichistas, ordem e progresso*. Rio de Janeiro, Diss. de Mestrado, Museu Nacional, 1986.

reconhecimento da área do Grão-Pará, crônicas de eclesiásticos e relatos de viagem, considerados, primordialmente, como os registros par excellence de datas e eventos "verdadeiros".

Não obstante isso, estas fontes escritas oficiais, ou mesmo os registros eclesiásticos e militares, eram bastante densos e ricos em informações sobre as sociedades indígenas, mas pouco explorados.

Junte-se a essa visão, o fato de que as memórias orais, mitos e genealogias indígenas não eram levadas em consideração, enquanto fontes pertinentes ao conhecimento histórico, pois considerava-se que continham uma lógica narrativa e temporal estranha ao "verdadeiro" tempo histórico⁴.

Além disso, a utilização da "pensée sauvage" é até hoje considerada limitativamente pelos historiadores. Sem descartar o seu interesse, lembro que o mito é uma

⁴ Exemplos recentes de compreensão e explicação de narrativas orais e outras formas de narrativas indígenas, com a apreensão de suas próprias temporalidade e historicidade, interpretadas em cruzamento com os registros escritos ocidentais, ver HILL, Jonathan, "Introduction: Myth and history", in *Rethinking history and myth: Indigenous South American perspectives on the past*, Urbana: University of Illinois Press, 1988, pp. 1-17;; PRICE, Richard, *First-Time. The Historical Vision of na Afro-American People*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991; WRIGHT, Robin. "Aos que vão nascer": uma etnografia religiosa dos índios Baniwa, Tese de Livre-Docência, Deptº. de Antropologia, IFCH/UNICAM, 1996; WRIGHT, Robin M. "Time, narrative and ritual: historical interpretations from Amazonian Society", In Hill, Jonathan. *Rethinking history and myth: Indigenous South American perspectives on the past*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

produção oral deveras recente para esclarecer o nosso conhecimento do passado colonial.

A memória oral, em suas formas de marcação do tempo com pouca fiabilidade e exatidão, trazia problemas para os historiadores positivistas do início do século aferrados em seus critérios instituídos de datação e medição cronológica, critérios estes que lhes permitiam melhor controlar a história. Legados de povos "sem cultura", mitos, lendas e todas as construções indígenas da memória foram relegados ao campo do folclore, ciência de "segunda categoria", em relação à história, de acordo com estes historiadores, salvo no caso da antropologia estruturalista que encontrou nesses relatos estruturas fundamentais do pensamento humano ou do "pensamento selvagem". Entretanto, esta valorização estruturalista excluía qualquer abordagem de tipo histórico.

A história clássica esqueceu de maneira relativa os índios. Eles aparecem dentro dela sempre como um "pano de fundo", rapidamente perfurado e destruído pela ação dos europeus. Na verdade, os índios não produziram textos. Até o momento, conhecemos poucos vestígios deixados diretamente por eles, que possibilitassem escrever a sua história.

Para além desta historiografia tradicional, os trabalhos de historiadores e antropólogos, nos últimos vinte anos, sobre a história das sociedades indígenas amazônicas, são dissertações de mestrado ou teses de doutorado não publicadas. No entanto, nesse período, a historiografia brasileira empreendeu a tentativa de incorporação de grupos sociais antes ignorados. Exemplo disso são os trabalhos publicados recentemente por John Manuel Monteiro, Ronaldo Vainfas e Ronald Raminelli⁵.

História dos índios: uma história relacional

Outra preocupação influenciou sobre a definição da minha problemática. Não basta lembrar as carências da historiografia clássica e os avanços das pesquisas mais recentes. Convém também perguntar-se até que ponto é "historicamente" legítimo propôr de uma "história dos índios"? Lembremos que os textos dos arquivos e fundos coloniais só proporcionam dois tipos de informações: "a

⁵ Cf. MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; e, do mesmo autor, "O desafio da História Indígena no Brasil", in SILVA, Aracy L. da & GRUPIONI, Luís D. B. *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º. E 2º. Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 221-228; VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

visão dos brancos" e a descrição das interações entre índios e europeus.

Se é irrefutável que os índios foram protagonistas da história amazônica e americana, em geral, podem claramente ser objeto de estudos para o historiador. No entanto, é concretamente necessário fazer a história dos índios associando-os à história dos portugueses, dos mestiços, dos negros etc., pois só podem definir-se como índios se estão em relação com os outros grupos "não-índios".

A Pesquisa

Preocupado com estas questões, iniciei uma pesquisa de fontes relativas ao século XVIII, no Arquivo Público do Pará. Chamou-me a atenção o grande número de referências às evidentes resistências que os índios Aroãs, os "encabelados", os Mayapena, os Baré e os Manao, entre outros, impunham aos portugueses no processo de ocupação e colonização da área do Grão-Pará, através de ataques às embarcações e mortes dos missionários e colonos que invadiam seus territórios.

Em razão das enormes dimensões deste Estado, da variedade e grande quantidade de revoltas específicas e ocorridas em momentos diferentes, que encontrei nos

documentos guardados naquele Arquivo, decidi estudar um episódio bastante citado pelos documentos referentes à Amazônia do período colonial, mas aguardando uma leitura mais sistemática e contextualizada, que permitisse a sua explicação integrada ao processo de colonização do território onde ocorreu: a Guerra entre os colonizadores portugueses e os índios Manao, no rio Negro.

Os Manao do rio Negro

A partir de leituras sobre etnologia e história do rio Negro, percebi que os índios Manao eram sempre citados como grupo importante, que havia habitado a região do médio rio Negro e que se encontrava extinto desde o século XVIII⁶.

Sabemos, através de alguns documentos, que os índios Manao continuaram a existir não tanto como uma sociedade, mas como um grupo desarticulado, ainda por algumas décadas, durante o século XVIII. O "Livro das Canoas", por exemplo, evidencia a escravização de

⁶ "Until the beginning of the 19th century, several Arawakan tribes, which today are almost entirely extinct, lived between the Rio Negro and lower Iça River. These were the Manao, Pasé, Cauishana, Jurí and Uainumá" (grifos meus, D.G.); Cf. MÉTRAUX, Alfred. "Los indios Manáo", in *Anales del Instituto de Etnografía Americana. Universidad Nacional de Cuyo*, vol. I, 1940, pp. 235-244 "Arawakan Tribes of the left, middle Amazon", in *Handbook of South American Indians*, vol. III, Washington, 1948, pp. 707 -712.

índios Manao ainda pelos anos de 1739-55. O ouvidor Ribeiro de Sampaio, descrevendo a população das vilas e povoações do rio Negro, encontrou os índios Manao em Lamalonga, Tomar (a "Corte dos Manaos"), Moreira, Barcelos, Poiares (ou Camaru), Carvoeiro (Aracary), e Moura. No século XIX, Brandão de Amorim colheu uma "lenda Manao" de um velho índio que se identificava como pertencente ao grupo dos índios Manao⁷.

Todavia, não percebi qualquer estudo mais aprofundado sobre eles, exceto os artigos de Alfred Métraux, que datam de 1940 e 1948⁸.

No princípio do século, passaram pelo rio Negro e alguns de seus afluentes dois etnólogos alemães que mais contribuíram para o conhecimento da região: Curt Nimuendajú Unkel e Theodor Koch-Grünberg⁹.

Mesmo sem ter falado diretamente ou estudado especificamente os índios Manao do rio Negro, estes dois etnólogos produziram conhecimentos — Nimuendajú

⁷MEIRA, Márcio(org.). *Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHII/USP-FAPESP, 1993; SAMPAIO, Francisco X. R. de. *Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typographia da Academia, 1825, pp. 88ss; AMORIM, A. B. de. "Lendas em Nheêngatú e em Português", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 100, vol. 154, n° 2, 1926.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Cf. sobre Curt Nimuendajú, "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés" (1927), In *Journal de la Société des Americanistes*, vol. 39, pp. 125-82;

deixou apenas um relatório que foi enviado ao SPI - sobre os grupos indígenas do rio Negro e de seus afluentes, que restam importantes para a discussão da história indígena do noroeste da Amazônia, dentro da qual se inscrevem os índios Manao. No entanto, como não se interessaram diretamente pelos índios Manao, não me detenho mais tempo sobre as suas pesquisas.

Existem muitos dados sobre as características da rede de comércio intertribal existente desde a calha do rio Orenoco, no território holandês das Guianas, até as adjacências do vale Amazônico; os sistemas de amizade cerimonial, casamento e de guerra, próprios das formas de organização social em vários grupos indígenas da região. Junte-se a isso o discurso construído sobre os Manao, ao nível das representações e interpretações dos personagens e episódios em que aparecem referências escritas sobre estes índios, passando pelos relatos dos primeiros contatos, em que surgem notícias enfáticas sobre o tráfico de objetos de ouro, e objetos feitos de outros metais preciosos, como também o comércio de escravos, levado a efeito por estes índios. Todos estes elementos dispersos colaboraram para a montagem de um conjunto de informações sobre este grupo indígena tão fortemente presente na história da colonização do rio

Negro e da Amazônia, ao mesmo tempo desconhecido e mitificado, entre outras coisas, pelas razões acima expostas.

Uma história Manao?

Contudo este estudo se encontra na fronteira entre a história e a historiografia sobre o conflito entre os índios Manao e os portugueses no rio Negro. A história dos Manao está inextricavelmente ligada às diferentes versões do contato com os europeus registradas nas crônicas e relatos do período colonial, e da imagem deles construída a partir destas versões na historiografia e antropologia do século XX.

A leitura destes documentos é dificultada pela falta de informações básicas sobre a sociedade Manao. Não conhecemos os índios Manao. Não temos, no momento, referências sobre a sua organização social e religião, conhecemos muito pouco da língua que eles falavam¹⁰.

Indianern. Berlin, 2 vols., 1909-10.

¹⁰ Sobre a língua Manao encontrei dois documentos, quando o texto desta dissertação já estava pronto. Um deles é o vocabulário contendo 150 palavras da língua Manao, coletadas pelo viajante Joahnn Baptiste von Spix no século XIX, e publicadas no livro de Karl Friedrich von Martius, *"Glossaria Linguarum Brasiliensium"*. O outro documento é a *"Doutrina christa'a pella Lingoa dos Manaos"* (c. 1740). Existem somente duas análises lingüísticas destes dois documentos: GOEJE, C.H. de. *"La Langue Manao"*, In *Actes du XXVIIIe. Congrès International des Américanistes*, Paris, 1947 e BRINTON, D. *"A text in Manoa dialect"*, In *Proceedings of American Philosophical Society*, vol. XXX, pp. 78-82, jan. 1892. No entanto, nenhum

Ainda que Alfred Métraux tenha deixado um capítulo do *Handbook of South American Indians*, em que descreve a sociedade Manao, tudo o que ele desenvolveu sobre esta etnia, constitui-se de uma projeção dos conhecimentos etnológicos gerais, então disponíveis, sobre os índios Arawak do médio Amazonas, como: os Pasé, Cauishana, Jurí a Uainumá. Métraux generalizou as informações etnológicas disponíveis para estes grupos de língua Arawak em proveito da reconstituição do modo de organização social dos Manao, para reconstituir um modelo organização social e religiosa dos mesmos índios Manao que acabou por apresentar-se estático e mesmo anacrônico.

Levando-se em consideração este modelo, a sociedade Manao, ou mesmo a história dos indivíduos, ou ainda de seus líderes Manao, não pode ser entendida em sua dinâmica interna e na sua historicidade. Não pode ser compreendida em suas interações e contatos com as outras sociedades indígenas que compunham a população do rio Negro, e nem com os europeus que lá chegaram a partir do século XVII.

As investigações arqueológicas realizadas no antigo território dos Manao, no médio rio Negro, ainda não foram tentadas de forma aprofundada. Elas talvez

dos textos tem a preocupação de estudar os documentos dentro de um quadro

ampliassem o número de dados sobre suas formas de vida e experiências sociais, trazendo maior riqueza para a construção de uma etno-história Manao. A necessidade de pesquisas arqueológicas no rio Negro já foi diversas vezes apontada pelo antropólogo Robin Wright. Atualmente, Eduardo Góes Neves desenvolve pesquisas na região, tendo apresentado alguns resultados preliminares¹¹.

Juntando informações espalhadas em documentos oficiais, procuro dar forma e significado às informações da gente que está sempre falando sobre os índios. Não temos qualquer registro escrito de algum índio Manao se manifestando sobre os episódios de 1720-1730 no rio Negro, ao passo que temos múltiplas correspondências oficiais e relações de religiosos que se manifestaram a respeito.

As limitações da compreensão em profundidade deste episódio e do seu significado para o processo mais global da história da colonização da Amazônia deriva, justamente, da dispersão destas informações.

histórico, o que pretendo fazer proximamente.

¹¹ Cf. WRIGHT, Robin. "História Indígena do Noroeste da Amazônia", in CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992, pp. 253-266, e "Comment", in *Current Anthropology*, Vol. 36, Number 1, February 1995, p. 67-68; NEVES, E. Góes. "Os Índios antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil", in SILVA, Aracy L. da & GRUPIONI, Luís D. B. *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º. E 2º. Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 171-192.

O esforço maior é direccionado para o exercício de reunir, organizar e interpretar os dados fornecidos por estas fontes e relatos oficiais sobre os aspectos da vida, experiências, crenças e situações, encarando-as como reveladores de significados atribuídos aos próprios Manao e às situações por eles vivenciadas.

Organização do presente trabalho

Na primeira parte do estudo será narrado o processo de destruição dos Manao pelos portugueses, com a derrubada do bloqueio montado por estes índios, juntamente com diferentes grupos indígenas aliados de outras etnias.

Volto às fontes do século XVIII, já conhecidas dos historiadores, para retirar dali os elementos seleccionados pela memória portuguesa desta guerra, e que se instruíram historicamente como os marcos fundadores da colonização no rio Negro, segundo a visão da historiografia tradicional sobre o processo de formação da capitania do rio Negro.

Ao mesmo tempo, tento estabelecer um diálogo com o historiador David Sweet, que mais reuniu documentos e melhor narrou este conflito entre os índios e os europeus¹².

Neste exercício de retorno às fontes, são apresentadas as temáticas da escravidão indígena e da presença dos padres carmelitas que auxiliavam as tropas de resgates portugueses neste trabalho de escravização dos índios. O objetivo de toda esta primeira parte do trabalho é recuperar os momentos e o contexto em que se foi calcando, pouco a pouco, esta imagem, levando em consideração as fontes de origem colonial e a principal narrativa histórica sobre ela.

Na medida em que se desenvolvem os momentos dessa narrativa, destaco os principais eixos de ligação entre elas, através da delimitação de alguns temas que considero fundamentais para a compreensão da história e da historiografia sobre os Manao: as características do potencial econômico para a colonização; o cacau; os Manao; a guerra colonial contra os Manao; as características da guerra indígena; a escravidão dos índios.

¹² SWEET, David G. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The middle Amazon Valley, 1640-1750*. The University of Wisconsin, Ph. D., 1974. 2 vols.

O capítulo II narra os encontros entre os Manao e as diversas expedições européias pelo Amazonas a partir de 1621.

A linha de argumentação recai sempre no comércio de objetos de ouro, noticiadas pelos índios e reproduzidas nas crônicas de viagem de Walter Raleigh, e outros que vieram após ele: comércio de objetos de ouro e escravização de índios por outras sociedades indígenas aparecem como características fundamentais das relações interétnicas explicitadas pelos cronistas. Este interesse, sem qualquer dúvida, era a tônica de grande parte das descrições européias pioneiras da "terra incógnita".

O Capítulo III tem por finalidade explicitar as influências ideológicas na produção do conhecimento histórico do Estado do Amazonas, sobre o conflito dos portugueses contra os índios Manao. Nesta parte do trabalho, desenvolvo diretamente a crítica e a contextualização das representações historiográficas produzidas pelos intelectuais amazonenses nos anos 30 e 40 sobre os personagens e o episódio do conflito colonial.

Intenta-se demonstrar a importância da guerra entre os Manao e os portugueses, como um episódio que marca o processo de construção intelectual e historiográfico de

uma identidade para o homem amazônico, atrelada ao passado heroicizado dos índios que lutaram contra os portugueses no período colonial.

Tenta-se apresentar um perfil dos grupos de intelectuais do Estado do Amazonas, principais responsáveis pela cristalização da imagem dos índios Manao, a partir da década de trinta do século XX, assim como os contextos político, econômico e social em que foram produzidas as interpretações historiográficas.

Recorremos, por isso, à historiografia amazonense do início do século, para demonstrar a utilização e construção de um fato histórico, transformado em mito político, a serviço da produção de uma identidade regional pelas elites intelectuais e políticas do Estado do Amazonas.

Capítulo 1

Histórias de Brancos: a guerra contra os Manao

"Não há dúvida que assim para a banda do Norte, Rio Negro para riba, onde correm as missões dos Carmelitas, como para a banda do Sul, onde correm as da Companhia de Jesus, há muita gentilidade com belas terras, principalmente em nossa banda [dos jesuitas], para muitas missões de grande serviço de Deus, mas como o cabedal é pouco e não chega para tantos gastos, é força deixá-las para outro tempo, em que haja mais missionários e maiores recursos para os poder prover".

Pe. João Felipe Bettendorff,
Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, 1698
[1990], pp. 673-674.

Em 1723, Ajuricaba, o grande chefe guerreiro Manao, jogando-se da canoa em que estava sendo transportado, como cativo, ao porto de Belém, finaliza a sua participação efetiva no episódio de resistência dura e obstinada à penetração dos portugueses nas cachoeiras do rio Negro.

Este fato é também o entreato de uma série de conflitos entre portugueses e os grupos indígenas do médio rio Negro, pois é a partir daí que se desencadeiam outros rearranjos do jogo político colonial no noroeste da Amazônia, cujos protagonistas pertenciam a nações européias diferentes, assim como também a grupos indígenas igualmente distintos.

A morte de Ajuricaba foi narrada por diversas fontes. Em 1728, Dom João V agradecia ao Governador do Maranhão, João Maia da Gama, pela iniciativa de ter enviado tropas de guerra contra os Manao e Mayapenas, resultando na prisão do chefe Ajuricaba¹.

Este chefe, segundo os relatos que temos, não chegou a Belém. Teria se jogado ao Rio num momento de distração dos soldados portugueses, morrendo afogado. O fim do turbilhão produzido por Ajuricaba, causado pela forte liderança que exercia na área indígena do rio Negro, foi festejado com a escravização em massa dos habitantes das margens deste rio².

As cachoeiras do Rio Negro

A passagem das cachoeiras rionegrinas era visada como importante zona de colonização, desde o princípio do século XVIII.

¹ Arquivo Público do Pará, Cód. 866, Alvarás, Cartas Régias e Decisões do Conselho Ultramarino. "Carta régia ao Governador do Pará acerca do envio de tropa de guerras contra os índios Mayapenas, que viviam no território dos Manao". Lisboa, 31/05/1729. Cópia. Manuscrito.

² Arquivo Público do Pará, Códice 907, "Regimento que há de guardar o capitão João Paes do Amaral comandante da Tropa de Guerra do rio negro e dos resgates, e em sua ausência, o capitão Belchior Mendes e, na de ambos, o Capitão Leandro Gemaque de Albuquerque contendo 27 artigos", Belém, 6/12/1726 (acompanha cópia da carta de João Maya da Gama, de 7/09/1726. Cópia. Manuscrito. (Acompanha transcrição do CEDEAM); Museu Amazônico (CEDEAM). "Carta do Conselho Ultramarino ao Governador do Maranhão deliberando sobre as medidas a serem tomadas contra Ajuricaba", Lisboa, 10/02/1730. Cópia. Manuscrito

De acordo com as descrições que nos chegaram do século XVIII, o rio negro se revelava espetacular. A esse respeito afirma Ribeiro de Sampaio:

"O antigo nome do Rio Negro era Quiari. Na parte superior conserva o de Uéneyá. Entre no Amazonas na latitude austral de três graus e nove minutos, sendo o seu maior tributario. (...) Hé espetáculo admiravel o seu encontro com o Amazonas, lutando ambos como em porfia para fazerem predominar a côr das suas aguas: mas fica o Amazonas vencedor, arrojando valente o negro para a margem oposta, o qual imperceptivelmente se vai misturando com o Amazonas, até que em breve espaço se faz dominante a côr esbranquiçada das aguas deste"³.

Não faltam notícias das freqüentes visitas realizadas das tropas de resgates nesde este período. Funcionalmente, a região era passagem para todos os grupos indígenas vindos de Quito e das Guianas, pois,

³ SAMPAIO, Francisco X. R. de. *Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor, e*

como afirmam os relatos de que dispomos, o grande número de sociedades indígenas distintas estabelecendo relações comerciais e escravizando-se mutuamente através da guerra, constituía densas redes políticas formadas de alianças mantidas com o comércio e guerras que, de modo algum, escaparam à atenção vigilante das cinco potências européias presentes no grande vale que ligava o rio Amazonas ao litoral Atlântico das Guianas.

Holandeses, ingleses, franceses, espanhóis e portugueses estavam embrenhados no emaranhado das relações intertribais de toda a zona de fronteira do território português, na parte setentrional da colônia. A presença de inimigos europeus em território luso pedia uma atitude enérgica de defesa, com intervenção maciça e eficaz da parte dos portugueses.

Desde o princípio do século XVII, já os portugueses tomavam iniciativa de resguardar os seus territórios brasileiros, justamente a "terra incógnita" de que falam os geógrafos e cosmógrafos dos fins do século XVI. Atacaram, venceram e expulsaram os franceses das costas do Maranhão em 1614.

Alguns anos mais tarde haveriam de expulsar os holandeses das costas de Pernambuco, vencendo-os nos

Intendente Geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de

dois choques violentos que ficaram conhecidos na História do Brasil como a "Guerra dos Guararapes", um em 1648, outro em 1649. Estas iniciativas, porém, não foram de todo eficazes. Descuidados e aparentemente desinteressados, por vezes, quase chegaram a comprometer a sua posse da Amazônia.

O padre Samuel Fritz, da Companhia de Jesus, que tendo como sede de suas missões a região habitada pelos Yurimagua, desceu o rio Amazonas em 1689, fundou capelas e converteu "milhares" de índios, chegando mesmo a escrever em seu diário de viagem que Portugal havia tomado posse de um território que pertencia de direito ao Reino de Castela, como tinha sido confirmado nos Tratados sancionados pelo Sumo Pontífice, em fins do século XV⁴.

Referia-se, certamente, ao Tratado de Tordesilhas. Pretensão neutralizada pelos portugueses, que tiveram mais tarde, em 1750, que negociar diplomaticamente com

1774 e 1775. Lisboa: Typographia da Academia, 1825.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (CEDEAM) Cód. 053, rio Negro. *Relação que faz Frei Victoriano Pimentel Excelentíssimo Vigário Provincial da ordem do Carmo no Estado do Maranhão das Missões do Rio Negro e Solimões que a sua Religião tem a seu cargo; e da jornada que fez ao Sertão impedir ao padre Samuel Fritz da Cia. de Jesus as descidas que fazia pelo rio das Amazonas abaixo, e de como praticou e socegou todo aquele gentio, s/ local legível[S. Luís?], 7 de setembro de 1705, 15pp. Cópia. Manuscrito. Cf. Cópia do Mapa do Padre Fritz, de 1707, ao fim da dissertação, no apêndice iconográfico. Cf. SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*. Ph.D. Thesis, Univ. of Wisconsin, 1974, vol. II, pp. 516-517.*

os espanhóis, conseguindo como resultado o Tratado de Madri.

Na epígrafe deste capítulo, citamos um trecho da Crônica do padre Bettendorff. Com estas palavras o padre jesuíta, luxemburguês de nascimento, concluía a sua Crônica "dos fatos mais importantes" relativos aos Jesuítas na Amazônia, em finais do século XVII. Ali grandes missões de índios catequizados tinham sido estabelecidas.

Tais feitos eram entremeados, na Crônica, por séries de martirológios de outros eclesiásticos, nos quais destacam-se um cem número de observações sobre a Amazônia, entre outras coisas: os ataques de índios, as doenças, os cansaços e a "ingratidão" dos próprios colonos, com quem os padres dividiam a missão de civilizar⁵.

Temos, então, uma vista panorâmica do cenário onde ocorreram os episódios que apresentarei a seguir.

⁵ A "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", contém descrições pormenorizadas de acontecimentos relativos à colonização da Amazônia de 1615 até o ano de 1698. O seu manuscrito foi publicado pela primeira vez na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 72, 2ª parte, 1910. Utilizo aqui a 2ª edição, Belém: SECULT, 1990.

O cacau

A partir de 1720, começa a procura desenfreada de cacau do Rio Madeira, pondo em contato mais freqüente as sociedades indígenas daquela área com os portugueses. Há notícias de que entre os anos de 1723 e 1729, o número de canoas com licença "para navegar o Rio Amazonas acima para essas coletas [de cacau], aumentou de 80 a 110 anualmente; Em 1736, alcançaram 320 por ano"⁶.

Sem dúvida, este cálculo nos permite fazer uma estimativa de crescimento de aproximadamente 300% da produção de cacau em quase sete anos de coleta. Um verdadeiro "boom" no índice da produção de cacau.

O cacau desta região era, de fato, conhecido por ser mais adocicado e de "carne" mais grossa que os outros colhidos noutras áreas. Portanto, produto de primeira qualidade para o consumo e comercialização⁷.

⁶ Cf. ALDEN, Dauril, "El Indio desechable en el Estado do Maranhão durante los siglos XVII y XVIII", In: *América Indígena*, vol. XLIII, n°. 3, julio-septiembre, 1983, p. 435; SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*. Ph.D. Thesis, Univ. of Wisconsin, 1974, vol. I, pp. 83-84.

⁷ Cf. Pe. João Felipe Bettendorff. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: SECULT, 1990, p. 355.

Os Manao

David Sweet, o historiador que mais desenvolveu a narrativa da destruição dos índios Manao contra os portugueses, definindo esta etnia, afirmava: era "uma numerosa e poderosa tribo de traficantes do vale do médio rio Negro". Eram guerreiros e sobreviviam de guerra. Dominavam o vale até o fim do período colonial, quando boa parte dos que falavam a sua língua e a sua cultura específica haviam desaparecido, "reaparecem como um importante elemento do amálgama racial caboclo na região do rio Negro"⁸.

Há indícios de que as "tropas de resgates", que capturavam índios para trabalharem nas vilas e aldeias portuguesas, já percorriam o território dos índios Manao desde fins do século XVII. Existem poucos estudos etno-históricos a respeito dos Manao do médio Rio Negro. Exceto as duas diferentes sínteses de Alfred Métraux (1940 e 1948).

Não há qualquer outro estudo etnográfico mais aprofundado sobre esta etnia, que foi "virtualmente" extinta no fim do século XVIII. Todos os estudos históricos que se referem aos Manao do rio Negro

⁸ SWEET, David, op. cit., p. 515.

escritos e publicados a partir da década de 70, citam as sínteses de Métraux⁹.

Os nativos desta etnia, de língua Arawak, contavam entre as mais famosas tribos que viviam entre o Rio Negro e o baixo Rio Içá, no território que fica à margem esquerda do médio Amazonas¹⁰.

Os Manao foram associados à cidade de Manoa, localizada às margens do Lago Parima, ou Lago Dourado, a qual, segundo a lenda, seria a moradia do último dos Incas, fugitivo da invasão de Cuzco por Pizarro¹¹.

Além da semelhança etimológica desses índios com a cidade dourada da lenda, havia também a evidência relatada pelo Padre Samuel Fritz, de que alguns Manao tinham sido encontrados nas proximidades do Rio

⁹ Refiro aqui ao alentado trabalho de SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*, citado acima, além do seu pequeno artigo "Francisca: esclava índia (Gran Pará, siglo XVIII)", in David G. Sweet y Gary Nash (comp.). *Lucha por la supervivencia en la América Colonial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, pp. 316-328.

¹⁰ Em MÉTRAUX, Alfred, "Tribes of the Middle and Upper Amazon River", In: Julian H. Steward (ed.). *Handbook of South American Indians*, vol. 3: The Tropical Forest Tribes. New York, Cooper Square Pub., 1963[1948], pp. 687, há ainda citação, além dos Manao, de outras tribos Arawaks mais conhecidas do médio Amazonas, os Pasé, Canishana, Jurí e Uainumá. Um grande número de outras tribos ou etnias do Rio Negro que foram escravizadas nos anos 1745-47, são também citadas em ordem alfabética por Robin Wright, "Indian Slavery in the Northwest Amazon", In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, sér. Antropologia, 7(2), 1991, pp. 168-176.

¹¹ Cf. Esta associação será explorada no Capítulo 2 deste trabalho, quando então faremos uma aproximação ao texto de Walter Raleigh, *The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Empire of Guiana, with a Relation of the Great and Golden City of Manoa (which the Spaniards call El Dorado) and the provinces of Emeria, Arromaia, Amapaia and other Coutries, with their rivers, adioyning (1596)*, ed. Robert Schomburgk, London, 1848).

Orinoco, junto aos índios Yurimagua, comercializando urucu, raízes de mandioca, redes de cachibanco, armas e ouro¹².

Os nativos Manao passaram a ser objeto de interesse português, não tanto por sua ligação com a lenda do Eldorado e da cidade de Manoa, mas por estarem associados aos holandeses.

A guerra contra os Manao

Entre os anos de 1723 e 1727, uma conjunção de várias aldeias da nação Manao, juntamente com outras etnias, impedia a penetração e o estabelecimento da Coroa Portuguesa na área do médio Rio Negro.

Era fundamental obter o acesso ao território do médio Rio Negro - território histórico dos índios Manao -, porque possibilitava a abertura de um caminho para os Rios Solimões, Branco e Orinoco, onde já se realizava, desde 1690, aproximadamente, ou até muito antes, um grande comércio de ouro, armas e escravos entre holandeses e os índios Manao, como também os das tribos que falavam a língua Caribe, dentro dos limites

¹² Cf. *Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazon between 1686 and 1723*. Translated from the Evora Ms and edited by George Edmundson, London: Hakluyt Society, 1922, pp. 62-63.

do território pelo qual os portugueses tinham especial interesse em tomar posse¹³.

Neste sentido, as tropas de guerras dos portugueses foram evadidas, em razão da grande articulação e estratégia que Ajuricaba e outros chefes, seus aliados, praticaram. O episódio desta evasão é o que passo a descrever a seguir.

O Regimento da Tropa de Guerra e Resgates do Rio Negro, de 1726, nos informa, com certo detalhamento, sobre as estratégias do governador do Estado do Grão-Pará, João Maya da Gama, para debelar Ajuricaba e os outros índios que compunham o núcleo da resistência aos portugueses¹⁴.

O regimento afirma que os fatos que desencadearam a razão para declarar-se Guerra Justa contra os Manao e Mayapenas, foi o assassinato do Principal Carunamã, "fiel vassalo de Sua Majestade e amigo dos portugueses", sendo "morto aleivosamente pelos principais Jarau [Darau?], Beijãri, e Jariapû", todos

¹³ Cf. Nádia Farage. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 75-83, assim como todo o Capítulo 3 deste estudo.

¹⁴ Arquivo Público do Pará (APP), Seção de Manuscritos (SM), Códice 907, "Regimento que há de guardar o Capitão João Paes do Amaral, comandante da Tropa de Guerra e resgates do Rio Negro".

da nação Manao. Estes Principais teriam agido sob "a indução de Ajuricaba, filho de Genevari" ¹⁵.

O ouvidor Ribeiro de Sampaio, afirma que outra razão para que os portugueses declarassem guerra justa aos índios Manao era o fato de Ajuricaba, acima citado, carregava uma bandeira em seu barco, expondo-a e navegando por todo o rio negro¹⁶.

Sampaio se referia a Ajuricaba nos seguintes termos:

"Era Ajuricaba Manao de nação, e hum dos mais poderosos principaes della. A natureza o tinha dotado com animo valente, intrepido, e guerreiro. Tinha feito huma alliança com os holandezes da Guyana, com os quaes commerciava pelo rio Branco, de que já fallamos. A principal droga deste commercio erão escravos, a cuja condição reduzia os índios das nossas aldeias, fazendo nales poderosas invasões. Corria o Rio Negro com a maior liberdade, usando nas suas canoas da mesma bandeira

¹⁵ IDEM, *ibidem*.

¹⁶ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o*

holandesa de sorte, que se fazia terrível universalmente, e era flagelo dos índios, e dos brancos"¹⁷.

O mais curioso é que a relação dos índios Manao em 1723, com os holandeses não eram nem um pouco amistosas, como quer o ouvidor Sampaio. David Sweet e Nádia Farage já demonstraram que os documentos holandeses deste mesmo ano apontam para o fato de que os índios "Maganout" causavam consternação aos colonos holandeses do Essequibo, o que mereceu o ataque de defesa preparado pelo Conselho Político de Essequibo¹⁸. Em 1724, o Conselho Político de Essequibo recebeu novas notícias de que os Manao estariam atacando os índios seus aliados (os Akawaio e os Caribes). Nova atitude de defesa foi requerida do Conselho Político de Essequibo, que decidiu "extirpar e aniquilar" os Manao¹⁹.

Por conseguinte, nenhuma aliança com os holandeses foi registrada. No entanto, David Sweet se refere claramente ao tráfico de escravos levado a cabo pelos Manao para os holandeses, o que teria se realizado

Ouvidor, e Intendente Geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775. Lisboa, 1825, p. 110.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ SWEET, *op. cit.*, p. 532. Ver também FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 63-65.

provavelmente através do Rio Branco e dos índios que ali habitavam²⁰.

Os Manao teriam então se especializado neste tipo de tráfico, sendo impedidos pelos índios Caribes do Rio Branco na manutenção deste tráfico²¹.

Cabe já sublinhar o papel fundamental da rede de alianças dos portugueses com alguns chefes indígenas da própria sociedade Manao, pois estes estão sendo, neste momento, intermediários capitais entre os invasores portugueses e as populações locais²².

Foi, então, votado pela Junta das Missões , "com diferença de votos", que havia dúvidas quanto aos crimes necessários para que se declarasse guerra aos índios, no que foi feita uma Devassa para averiguar sobre "todos os danos, e mortes feitas aos vassallos de Sua Majestade" ²³.

O resultado da Devassa, segundo o documento, averiguou que o envio de uma canoa, "em 23 de outubro

¹⁹ FARAGE, op. cit., p. 64. Ver também "Procès-verbal de la cour politique, Essequibo, le 3 septembre 1724", In *Question de Limites: Le Brasil et la Grande-Bretagne*, Livro I, p. 113-14.

²⁰ SWEET, op. cit., p. 525.

²¹ FARAGE, op. cit., p. 65.

²² SWEET, op. cit., p. 529.

de 1725, (...) com soldados e munições (...) ", para fazer resgates nas "cachoeiras do Rio Negro" provocou um ataque indígena.

O capitão Belchior Mendes havia sido

"acometido e insultado pelos principais Caramery, Majury, Aguaru, Manatuba, Gaau, Caau, Mandary Cany, Juabay, Canacury daã, com todos os seus vassallos da nação Mayapenas, dizendo-se que também foram induzidos pelo Principal Ajuricaba" ²⁴.

A Junta das Missões, em vista disso, votou "a justiça da guerra". Declarou-se ao governador João Maya da Gama , que havia resolvido "mandar-lhe dar o castigo merecido com dura guerra". O Governador, por sua vez, mandou encher duas canoas grandes com todo o necessário, ou seja,

"armas, munições , resgates, medicinas e mantimentos com soldados, tudo encarregado ao capitão Leandro Gemaque, sendo este submetido às

²³ Arquivo Público do Pará (APP), Seção de Manuscritos (SM), Códice 907, "Regimento que há de guardar o Capitão João Paes do Amaral, comandante da Tropa de Guerra e resgates do Rio Negro".

²⁴ IDEM, ibidem. Os nomes destes chefes são algumas das poucas pistas que possuímos em torno da língua Manao. No momento, não posso examinar mais detidamente estes dados, porém, proximamente deverei juntar a eles outros elementos, o que nos ajudará certamente a aproveitá-los melhor.

ordens do comandante da Tropa de resgates capitão João Paes" ²⁵.

No parágrafo terceiro do Regimento se definem as estratégias para a captura do índio Ajuricaba:

"(...) achando que se deve prender, ou castigar primeiro Ajuricaba, [o comandante das tropas de resgates e Guerra] mandará dividir o poder e as canoas, pondo o menor na boca do rio, e em que tem fundada a Aldeia do dito Ajuricaba, e a outra parte, e maior poder mandará entrar pelo rio Anjurim, abaixo do castelinho, para se poder dar com segurança pelas costas da Aldeia de Ajuricaba, estando este enganado, e divertido com a parte que lhe há de por na boca do rio por negasca para ele concorrer para esta parte puxando para ela as forças de sua Aldeia, para que os nossos que entrarem pelo Anjurim, a possam invadir mais facilmente" ²⁶.

Temos a estratégia militar de invasão da Aldeia de Ajuricaba descrita no trecho acima. Porém, certamente, havia grande dificuldade em atacar de frente os Manao, pois estes índios se armavam em defesas e obstáculos

²⁵ IDEM, *ibidem*.

²⁶ IDEM, *ibidem*.

ofensivos aos portugueses, muitas vezes difíceis de superar com uma investida frontal²⁷.

Para estas flechas, o Regimento de tropas de Guerras, de 1726, aduz em seu parágrafo sexto especiais recomendações no sentido de pagar aos soldados e oficiais que fazem guerras aos índios Mayapenas com os cativos que conseguirem apresar, como pagamento "pelo risco de mortes, e doenças (...)", como também de "flechas de inimigos" ²⁸.

Escravidão e repartimentos de índios

Contudo, parte importante das razões de guerra contra os índios Manao e Mayapenas, segundo o regimento que ora tratamos, se refere às repartições de índios cativos que de tais guerras se produzissem.

A legislação do período previa que um quinto dos índios apresados deveria, após passar pelo exame do missionário que acompanhava as tropas, pertencer à Fazenda Real. O resultado de sua venda seria

²⁷ Os venenos que algumas tribos usavam nas pontas das lanças e flechas eram poderosos e os portugueses desconheciam os antídotos para eles. A eficácia destes venenos somava-se às artimanhas inumeráveis praticadas pelos índios de Ajuricaba dentro das matas, subindo em árvores e escondendo-se por entre as folhas, numa atitude mimética, que dificultava a abordagem certa do arcabuz e do mosquete português.

²⁸ APP, SM, Cód. 907, cit.

encaminhado para os cofres de Sua Majestade "mui generosa". 10% para o Governador, 2% para o Auditor Geral, 2% para o Provedor da Fazenda Real e 3% para o Secretário de Estado, além dos 2% do capitão Comandante das Tropas de Guerras e resgates de índios²⁹.

Não falta ao Regimento em questão, o tom paternalista do discurso oficial do Estado salvacionista português ³⁰, que definia os objetivos das Tropas de Guerras como o de

"desimpedir a entrada do rio e passagem das cachoeiras, e aberta a porta para a pregação do santo Evangelhos, e para os Ministros de Deus entrarem a reduzir ao grêmio da Igreja, e obediência de Sua Majestade que Deus guarde com muitas mil almas, e resgatarem muita quantidade de escravos" ³¹.

Sabemos que a Legislação Indigenista encarava, durante o século XVIII, algumas etnias específicas como pagãos, o que, por vezes, legitimava juridicamente a

²⁹ IDEM, *ibidem*.

³⁰ Acerca da ideologia salvacionista e do messianismo presentes no discurso dos reis portugueses, registrado na documentação oficial deste período, Cf. Charles Boxer. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Lisboa: Ed. 70, 1977, pp. 351ss.

³¹ APP, SM, Cód. 907, cit.

"guerra justa" contra grupos tribais, como também exigia o trabalho missionário de "conversão". as guerras dos portugueses - e conseqüente escravização - e suas alianças - e conseqüente aldeamento e catequese - com os índios, expressavam situações políticas de contato diferentes para as quais a legislação aplicava princípios também diferentes: benevolência (concessão de títulos, presentes) para os índios "mansos" aliados; guerra para os índios "bárbaros" e "selvagens"³².

Estas atitudes variavam de matiz, como variavam as situações políticas ao longo da história dos contatos entre brancos e índios. Variavam também os "interesses estratégicos" dos colonizadores e também dos índios³³.

Em 23 de janeiro de 1728, após neutralizado o "inimigo Manuares [Manao]", chefiados por Ajuricaba, Dom João V agradecia ao governador João Maya da Gama por seus serviços ³⁴.

A partir da terceira década do século XVIII, se agravou a demanda de mão-de-obra da parte dos colonos,

³²Cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz "Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. XVI a XVIII)", in Manuela Carneiro da Cunha (org.) *História dos Índios no Brasil*, op. cit., p. 129.

³³ Cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz *Legislação Indigenista Colonial: Inventário e Índice*. Dissertação de Mestrado, Depto. de Antropologia, IFCH/UNICAMP, 1990, p. 44.

que reclamavam cada vez mais do estado de pobreza em que se encontravam. As freqüentes revoltas contra os padres da Companhia de Jesus atestam a lutas dos colonos para a obtenção de mais e mais índios nos trabalhos da lavoura ³⁵.

Já em correspondência de 13 de maio de 1721, o rei demonstrava a sua surpresa ao saber que

"há 14 anos [desde 1706] se não continuam as tropas de resgates de cuja expedição resultava repartirem-se com os engenhos, e moradores pobres as pessoas que do sertão se tiravam por este meio"³⁶.

Por esta razão, a partir de 1728, quando foi afastado o "perigo Manao", se intensificou o número de entradas de tropas de resgates, com novas situações de contato.

³⁴ Livro Grosso do Maranhão (LGM), *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (ABNRJ), vol. 67, p. 219, Carta Régia, 23/01/ 1728.

³⁵ Cf. Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I, pp. 368-369; Cf também Charles Boxer. *A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial, 1695-1750*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963, p. 292, nota 13 ; e Dauril Alden, "El Indio desechable", cit., pp. 431-435.

³⁶ LGM, ABNRJ, vol. 67, Carta Régia, 13/ 05/ 1721.

Considerações finais do capítulo

O episódio que acabamos de narrar é de suma importância para a compreensão das formas que assumiram as relações entre os nativos do Rio Negro e os europeus.

Na defesa de seus territórios e de suas vidas, tentam os líderes índios enfraquecer os inimigos portugueses, criando obstáculos à sua passagem e fluxo livre nos espaços que consideravam lhes pertencer. Pondo-se nas alturas das cachoeiras, impedindo a passagem dos rios, movendo guerrilhas na floresta, matando colonos e índios "mansos" durante a colheita dos produtos nativos que serviriam para a comercialização. Envenenando os europeus com suas flechas, os Manao compunham um pequeno quadrículo do mosaico que é a história dos contatos interétnicos na Amazônia Colonial.

Os conflitos internos entre as sociedades indígenas, através de seus líderes, constituem uma questão central do processo de colonização européia na Amazônia, na medida em que foram estes conflitos utilizados pelos mesmos europeus no sentido de aprofundarem comercialmente e militarmente as suas ocupações deste território. De outro lado, o contexto

internacional de concorrências entre os países europeus produziu as situações específicas que caracterizaram os contatos com os índios.

A memória de Ajuricaba, o chefe Manao que lutou contra a dominação portuguesa, assumiu diversas formas através das narrativas e crônicas que contaram e recontaram, ao longo destes dois séculos, o episódio da guerra contra os Manao do Rio Negro.

O único testemunho indiscutível que nos deixou Ajuricaba foi o gesto com que evitou o cativo e a morte nas mãos dos portugueses. O suicídio foi uma reação corrente entre os índios escravizados pelos europeus. As fontes espanholas e francesas - para a Nova França - fornecem muitos exemplos de uma prática que nas sociedades indígenas era pouco frequente antes da chegada dos europeus.

A obstinação de Ajuricaba, sem dúvida foi interpretada, de maneira heriocizante, como argumento ideológico que o transformou em imagem ideal da identidade amazonense dos anos 30 e 40, tal como consta na historiografia.

Ora herói "valeroso e intrépido", ora "assassino e flagelo" de índios inimigos de sua nação e dos brancos europeus, Ajuricaba foi apropriado por diversas

correntes políticas e ideológicas que se serviram de sua imagem para construir seus próprios discursos.

Estes aspectos, deixo para discutir-los nos próximos capítulos, quando então retomaremos algumas questões colocadas aqui. No momento, proponho a compreensão da idéia de que não é possível explicar a história dos índios Manao desmembrada do restante da história dos seus contatos com os europeus e as outras sociedade que viviam entre o Amazonas e as Guianas, zona pôr eles freqüentada. Por esta razão, passo agora a apresentar as narrativas de contatos dos europeus com os Manao e das expedições que entraram no rio Negro desde o século XVII.

Capítulo 2

O Eldorado: Narrativas do Contato entre mitos e realidades

O episódio da guerra dos Manao é um dos pontos de chegada de uma história já longa de contatos. Neste capítulo, tecerei os fios de ligação entre as diversas narrativas de contato dos europeus com os índios Manao. Procurarei extrair destas narrativas o que elas possuem de comum. Serão destacados os elementos dos quais a memória ocidental se serviu, desde o século XVI, para criar a imagem dos índios Manao, e que são referencial para identificar esta sociedade indígena. Ao lado disso, tentarei contextualizar estes elementos dentro do quadro político das iniciativas de colonização desenvolvidas na região habitada pelos índios Manao e, ocasionalmente, nas suas regiões adjacentes, ou seja, nos rios Branco, Solimões ou mesmo no Amazonas.

Contudo, o acento principal de minha atenção neste capítulo recairá sobre a frequência com a qual os índios Manao foram mencionados pelos relatos coloniais, isto é, sempre num contexto de descoberta ou comércio

de objetos de ouro, dentro da zona que se estende pelos rios Negro, Branco, Orenoco, Essequibo, e ainda pelo Solimões, como foi o caso dos relatos do padre Samuel Fritz.

Impressiona constatar a quantidade de referências nas crônicas, diários de viagens e relações de eclesiásticos, entre os séculos XVII e XVIII, que associam os índios Manao ao ouro e ao comércio deste metal.

Tais documentos foram elaborados num contexto de disputas coloniais intensas, que se verificavam àquele momento no Velho Mundo, e que atravessavam o oceano Atlântico e se projetavam na região amazônica, configurando conflitos entre sociedades indígenas e européias nas selvas das Guianas e no vale do rio Amazonas¹.

¹ Acerca da caracterização deste "duplo contexto" da história dos índios na Amazônia não existem estudos de fôlego, porém há alguns pequenos ensaios iniciais de reconstrução histórica e reunião de algumas fontes. Cf. DREYFUS, Simone. "Les Réseaux politiques indigènes en Guyane occidentale et leurs transformations aux XVII^e et XVIII^e siècles", in *L'Homme*, 122-124, avr.-déc., 1992, XXXII (2-3-4), pp. 75-98; SCHWARTZ, Stuart B. & SALOMON, Frank. *New peoples and new kinds of people: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in South American indigenous societies*, mimeo, 1997; WHITEHEAD, Neil L. "Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guiana, 1500-1900", in *L'Homme*, 122-124, avr.-déc., 1992, XXXII (2-3-4), pp. 285-305; do mesmo autor, ver WHITEHEAD, Neil L. "The Historical Anthropology of Text: The Interpretation of Raleigh's Discoverie of Guiana", in *CURRENT ANTHROPOLOGY*, vol. 36, n°. I, Feb. 1995, pp. 53-63.

A Amazônia num contexto de disputas coloniais

Sabemos que havia um interesse convergente das diversas nações européias sobre as Guianas e a Amazônia, a partir do século XVI, quando várias expedições navegaram pelas águas do "famoso, grande e máximo" rio Amazonas².

Por volta de 1540, o rio Amazonas já começava a ser conhecido no Velho Mundo. Orellana viajou por ele, entre 1540 e 1542, Pedro de Úrsua entre 1560 e 1561, e Lope de Aguirre no mesmo período. Sobre o imenso rio produziram-se relatos que foram deixados como testemunho de suas conquistas.

Sabemos, também, que os ingleses e holandeses já intentavam uma primeira ocupação do Pará, ainda no século XVI. As instalações das primeiras feitorias inglesas e holandesas na Amazônia datam de 1596³.

² Todas as crônicas de viagens ou descrições do Amazonas entre os séculos XVI e XVIII contém adjetivos como estes. Cf. Frei Gaspar de Carvajal. "Relação (...) do novo descobrimento do famoso rio grande das Amazonas"; e Christoval de Acuña. "Novo descobrimento do grande rio das amazonas", in *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Trad. e notas de C. de Melo Leitão, São Paulo: Ed. Nacional, 1941 [1542] (Coleção Brasileira, 203), pp. 11-79 e 125-294 respectivamente. Também o Padre João Daniel. "Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas". Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 95 (1-2), 1976.

³ Arthur C. F. Reis informa que para a história dessas empresas coloniais dos holandeses, ingleses e irlandeses no vale amazônico, consultou os seguintes autores: Caetano da Silva. *L'Oyapoc et L'Amazone*. Rio de Janeiro, 1895; James Williamson. *English colonies in Guyana and on the Amazon, 1604-1668*. Oxford, Clarendon Press, 1923; George Edmundson. "The deutch in the

Entre 1616 e 1637, afirma Arthur César Ferreira Reis:

"ingleses, irlandeses e holandeses, formando uma frente aliada, sofreram o ataque de portugueses e mamelucos na luta pela posse da Amazônia"⁴.

Diante desses fatos iniciais, surgem várias perguntas. Qual é a importância política e econômica da região localizada entre a bacia hidrográfica do rio Orinoco e o vale do Amazonas no processo de expansão dos Estados europeus, ocorrido no século XVI?

Como compreender as interações dos interesses políticos e militares europeus que enfocaram o noroeste da Amazônia, entre os séculos XVI e XVIII, com as relações políticas expressas na rede de comércio entre grupos indígenas, que habitavam esta mesma região?

Dentro deste contexto, que papel exercem os índios Manao na rede de alianças e conflitos intertribais e interétnicos, que caracterizam o processo de contatos entre os europeus e as sociedades indígenas, no noroeste da Amazônia?

Amazon", in *The English Historical Review*, vols. LXXII e LXXIII, october 1903/january 1904, respectivamente.

As respostas para estas perguntas podem ser em parte encontradas nos relatos de expedições que por ali passaram, quando o conhecimento geográfico da região ainda era efêmero, e muito se especulava sobre a existência de múltiplas e grandiosas riquezas, que tornariam poderosas aquelas nações européias que as encontrassem. Misturavam, por vezes, mitos e lendas trazidos na sua bagagem cultural, com as realidades que os oprimia por todos os lados e em todos os sentidos.

Robin Wright e Jonathan Hill, estudando um caso de messianismo indígena no rio Negro, afirmavam que, em situações históricas específicas, "a lenda interpreta os eventos e os processos históricos". O que significa também que a reificação dos eventos históricos, como uma realidade objetiva, separada da orientação subjetiva dos atores sociais, que fazem e interpretam eventos, empobrece histórica e antropologicamente a compreensão dos processos sociais⁵.

Assim, procuramos encarar, nesta parte do nosso estudo, os momentos de contatos coloniais entre os

⁴ Cf. A. C. F. Reis. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: SECULT, 1993, p. 10.

⁵ Neste estudo foram identificados os movimentos milenaristas, que expressavam ideologias e políticas dos movimentos sociais Arawak e Tukano, num contexto histórico de intenso comércio mercantil e programas de civilização e catequese, entre os anos 1830 e 1860. Cf. WRIGHT, R. M. & HILL, J. D. "History, ritual and myth: nineteenth century millenarian movements in northwest Amazon", In *Ethnohistory*, 1986.

Manao e os europeus como eventos lidos e registrados através das lendas e dos mitos, presentes em algumas das narrativas que descrevem os diversos momentos de contatos.

As expedições européias deste período nos municiam com algumas pistas para reflexão. Com o intuito de responder às questões postas acima, passamos a explorar os relatos das expedições européias na Amazônia, desde o século XVI. Os índios Manao nelas aparecem referidos várias vezes, sempre associados ao comércio de objetos de ouro (brincos), à busca do Eldorado, ou ainda à proliferação de relações de escravidão intertribal, tomando, a partir do século XVII e , de maneira mais intensiva, no século XVIII, uma posição hegemônica diante de outras sociedades indígenas da região, que se estendia do alto Amazonas(Ucayali), ao Atlântico, passando pelo Orenoco, pelo Essequibo, o Corentino, e o Trombetas ou Araguari, como sublinha Simone Dreyfus⁶.

Convém destacar a *exterioridade* da maior parte dos relatos sobre o território estudado. Veremos como a Inglaterra renascentista, a Espanha barroca, a Boêmia dos jesuítas se interessavam por esta região. Com efeito, mesmo que pareça paradoxal, é impossível

dissociar a história da Amazônia da história das nações européias (ingleses, holandeses, espanhóis e franceses) que, além da nação portuguesa, intervieram nessa parte da América.

Quando se trata de recolher informações sobre o tema da busca do ouro na região amazônica, pouco são comparáveis a quantidade dos testemunhos produzidos pelos portugueses e a quantidade dos testemunhos produzidos pelos outros europeus.

No entanto, sobre os relatos dos lusitanos não vou me deter, pois sobre a razão da relativa mudez dos portugueses acerca do Eldorado, Sérgio Buarque de Holanda produziu excelentes comentários. Diz o grande historiador:

"Tributário, embora, do mito que se esgalhara de Nova Granada para a Guiana e o país dos Omágua, é significativo que esse Dourado, impelido por alguns até ao Xaraies, na direção do Peru, não teve para nenhum dos cronistas portugueses, ao que se saiba, aquelas cores deslumbrantes ou a auréola

⁶ DREYFUS, Simone. "Les Réseaux politiques indigènes en Guyane occidentale et leurs transformations aux XVII^e et XVIII^e siècles", in *L'Homme*, 122-124, avr.-déc., 1992, XXXII (2-3-4), p. 86.

paradisiaca de que se envolvera a Manoa lendária"⁷.

Eis que a fabulação e as narrações fantásticas não atingiram, entre os portugueses, graus de magnitude e dimensões tais que dessem vazão à saciedade dos historiadores, que estudam as narrativas da época da renascença.

Nesta medida, começo com a crônica de um europeu para marcar a associação entre os Manao e o ouro amazônico.

Walter Raleigh: propagandista de idéias colonialistas

As descrições já clássicas da cidade de Manoa, feitas por Walter Raleigh, Antônio de Berrio e outros aventureiros europeus que passaram pelo "*Império das Guianas*", entre fins do século XVI e a primeira metade do XVII, estão diretamente ligadas ao tema aqui investigado. Fazem parte, é claro, de uma ciência

⁷ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969, p. 35 (grifos meus, D.G.).

conjetural, tal qual foi denominada a geografia do período do Renascimento⁸.

Boa parte destas descrições é proveniente de narrativas inglesas e de epistolário espanhol interceptado pelos corsários ingleses, nas costas das Caraíbas. É certo que estas não foram as primeiras alusões ao mito do Eldorado. Embora Sérgio Buarque de Holanda opine que a lenda surgiu nas "Índias de Castela"⁹. Luis Weckmann, nos lembra que o Eldorado aparece pela primeira vez na cartografia portuguesa dedicada ao Brasil. No mapa de Bartolomeu Velho, de 1561, ele é denominado de "Eupana"¹⁰.

Outras aparições do mesmo tema mítico se deram em vários momentos do período inicial da conquista do território brasileiro, ainda no século XVI, sendo um poderoso incentivo para a penetração no interior do Brasil, pelo "sertão". Sabemos da expedição de Ayres da Cunha, de 1536, que partiu do Maranhão em direção ao Peru em busca do Eldorado, sem dela ninguém ter regressado; outra, em 1574, quando o rei Dom Sebastião

⁸ Cf. o excelente estudo de Numa Broc. *La geografia del Rinascimento: Cosmografi, cartografi, viaggiatori. 1420-1620*. Modena: Franco Cosimo Panini ed., 1996, p. 150ss.

⁹ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*, op. cit., p. 40.

¹⁰ Cf. Jaime Cortesão, *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, I, p. C; Luis Weckmann. *La herencia medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura

ordenou a um certo Domingo Garrucho (colono de Santos) que procurasse a "Lagoa Dourada", ignorando-se até hoje se esta ordem foi ou não cumprida¹¹.

Todavia, Walter Raleigh foi o primeiro a fornecer dados representativos dos costumes das sociedades indígenas guianenses, que proporcionam interessantes pistas para analisar a história dos contatos dos europeus com os índios Manao e seu contexto, e interpretar o episódio narrado no primeiro Capítulo deste estudo. Não estou afirmando que Raleigh foi o primeiro a deixar algum testemunho sobre a região, ou mesmo que foi o primeiro inglês a viajar pelas costas e pelas ilhas da embocadura do Orenoco. Um ano antes de sua viagem, Raleigh havia enviado uma missão de reconhecimento dirigida pelo capitão Whiddon¹².

O aventureiro e colonizador inglês deixou informações acerca de seus contatos com os índios guianenses, de atividades de comércio e troca de objetos fabricados com metais preciosos.

Estes relatos foram já longamente comentados por historiadores e, mais recentemente, por antropólogos,

Económica, 1993, p. 70; Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*, op. cit., p. 40.

¹¹ Cf. Luis Weckmann. *La herencia*, op. cit., p. 71.

que definiram as informações neles contidos, a partir dos mais variados pontos de vista¹³.

Nesta parte do trabalho, incorporarei apenas as informações que estão diretamente ligadas às discussões a que me proponho fazer neste capítulo, ou seja, de modo mais geral, a relação entre o "mito" e a "realidade" nas narrativas de contato entre os europeus e os índios Manao; e, de maneira mais restrita, as notícias sobre o comércio de objetos de ouro e o tráfico de escravos imputados aos índios Manao, principalmente a partir dos primeiros anos do século XVIII.

Antes de passar à descrição da cidade de Manoa e à narrativa de aventuras deixada por Sir Walter Raleigh, convém abrir um breve parêntesis para tecer algumas considerações sobre a figura enigmática deste explorador e favorito de Elisabeth I, ao mesmo tempo aventureiro e intelectual.

¹² Cf. SANCHEZ, Jean-Pierre. *Mythes et légendes de la conquête de l'Amérique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996, tomo II, p. 678.

¹³ Ver sobre os historiadores que estudaram o texto de Walter Raleigh: ALÈS, C. & POUYLLAU, M., "La conquête de l'inutile. Les géographies imaginaires de l'Eudorado", In *L'Homme*, n° 122-124, avril-déc. 1992, pp. 273-309; RAMOS PEREZ, Demétrio, *El Mito del Dorado. Su genesis y su proceso*, Caracas: Academia Nacional de la Historia, 116, 1973; MORALES, Helena Ruiz de, "La Búsqueda de El Dorado por Guayana", In *Anuario de estudios Americanos*, Sevilla, t. XVI (1959). Entre os antropólogos, ver WHITEHEAD, Neil L, "The Historical Anthropology of Text: The Interpretation of Raleigh's Discoverie of Guiana", In *CURRENT ANTHROPOLOGY*, vol. 36, n°. I, Feb. 1995, pp. 53-63.

A partir de 1582, Sir Walter Raleigh conquistou espaço político na corte elisabetana, não apenas como favorito da rainha, mas também pela fama de grande conhecedor de arte náutica, alquimia, história e poesia¹⁴.

A Sir Walter, mas também a Francis Bacon e a Sir Edward Coke, entre outros, todos homens cultivados da corte elisabetana, foram atribuídas as "origens intelectuais da revolução inglesa", como é o caso das pesquisas do historiador inglês Christopher Hill¹⁵.

Sir Walter era um desses eruditos que circulava livremente em meio à vida fervilhante da corte inglesa, mas possuía, concomitantemente, liderança e influência reconhecidas junto aos cientistas e intelectuais reunidos em torno de Sir Philip Sidney e do tio deste, Leicester.

Raleigh atuava fortemente no processo de mudanças culturais que ocorriam na corte inglesa. Tais mudanças percorriam inevitavelmente o caminho da política. Eram campos interconectados que se influenciavam mutuamente.

¹⁴ Cf. S. J. Greenblatt. *Sir Walter Raleigh: the Renaissance man and his roles*. New Haven, 1973, p. 15.

¹⁵ Cf. Christopher Hill. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 179-301.

Na corte de Jaime I, sucessor de Elizabeth, era Sir Francis Bacon quem exclamava: "saber é poder", ou seja, o saber natural deveria ser concebido como saber ativo e fecundo em resultados práticos, capaz de projetar empreendimentos realizáveis por artesãos. Neste sentido, a prática associa-se à teoria para gerar realidades novas¹⁶.

Após a sua viagem à Guiana, Raleigh escreveu o livro *"The Discovery of large, rich and beautiful Empire of Guiana, with a relation of the Great and Golden City of Manoa (which the spaniards call El Dorado), performed in the year 1595"*, no qual narra suas aventuras no extremo norte da América do Sul. Trata-se do livro que mais reuniu detalhes descritivos da cidade de Manoa, segundo o historiador Demétrio Ramos Perez, sem desprezar os textos anteriores que forneceram informações sobre o mesmo tema¹⁷.

Através deste testemunho, Raleigh desejava provar que o ouro das Guianas existia. Era necessário que a Inglaterra iniciasse urgentemente a sua conquista de espaços coloniais na América. Deveria, então, contrapor-se ao Império espanhol para obter meios

¹⁶ Cf. Paolo Rossi. *Francesco Bacon: dalla Magia alla Scienza*. Bari, 1957.

¹⁷ Cf. Demétrio Ramos Perez. *El Mito del Dorado. Su genesis y su proceso*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1973.

suficientes a fim de tornar-se uma potência à altura da Castela dos Felipes.

No prefácio à sua obra sobre a Guiana, escreveu Raleigh com uma intenção, sobretudo política, claramente explicitada:

"De minha parte... trabalhei toda a vida, de acordo com meu reduzido poder e minhas convicções, para levar avante todos aqueles projetos que nos podiam trazer retorno ou lucros, ou que ao menos pudessem representar um obstáculo ou impedimento ao curso normal e ao opulento comércio da nação espanhola"¹⁸.

Raleigh deixou esta mensagem como o mais explícito testemunho de suas convicções colonialistas.

Com efeito, no jogo de forças travado entre os Estados europeus, a Espanha se destacava dentre eles por ser a nação mais capaz de manter-se em nível de superioridade em relação às outras, graças, por um lado, a seu poderoso exército marítimo e terrestre, e, por outro, à importante afluência de metais preciosos extraídos na Nova Espanha, especialmente a partir de 1546, em Zacatecas, e, no Peru, de 1545 em diante.

¹⁸ Sir Walter Raleigh. *El Dorado*. Trad. franc., Paris: Utz/UNESCO, 1993, 92.

A hegemonia da Espanha no interior do cenário europeu se devia ao entesouramento requerido pela política mercantilista do "bullión", que lhe dava o lastro necessário à preponderância militar e política sobre os outros Estados europeus. Além disso, a política de alianças e de casamentos, que configurava novas fronteiras para o patrimônio territorial dos Habsburgos também contribuiu para a preponderância espanhola, que tanto incomodava aos ingleses.

Entretanto, não eram apenas os ingleses os incomodados. Também os franceses, os holandeses e portugueses estavam todos interessados em disputar com os espanhóis os melhores quinhões da América¹⁹.

A situação da Inglaterra, nesse jogo de forças, começou a se transformar na década de 1580. O incremento do comércio inglês no mar mediterrâneo e ainda em direção às zonas de influência de Constantinopla atestam estas mudanças, em nível comercial. A derrota da Invencível Armada, em 1588, um ano após a pilhagem de Cádiz por Francis Drake, serviu para Raleigh e Hakluyt como prodigiosa demonstração oferecida aos círculos mercantis ingleses de que a Espanha não possuía a onipotência militar absoluta, em

¹⁹ Cf. ELLIOTT, J.H. *Spain and its World, 1500-1700*. New Haven and London: Yale University Press, 1989, pp. 7-26.

se tratando de defesa e manutenção de seu império marítimo.

Além disso, e sobretudo, a Inglaterra não tinha nada a temer ao lançar-se à empreitada colonial. Vale lembrar que, desde o início das conquistas ultramarinas, a Inglaterra havia feito expedições com a ajuda de marinheiros de Veneza, os Cabotos. Uma preocupação geral entre os europeus, como a busca da passagem para a Ásia, não deixou de inquietar os mercadores ingleses, levando Henrique VII a oferecer cartas patentes a Giovanni Caboto, com o intuito de fazê-lo empreender a viagem atlântica sob a bandeira inglesa²⁰.

Contudo, como afirma Robert Schomburgk: "foi à Sir Walter Raleigh que coube a honra de ser o fundador do império colonial da Inglaterra"²¹.

Elaborando um *discurso colonialista* e proporcionando evidências concretas sobre a viabilidade e a necessidade de investimentos coloniais na América, que recolheria e apresentaria em seu livro sobre as Guianas, Raleigh desejava aquilatar o compromisso dos

²⁰ Cf. Carmen Bernand & Serge Gruzinski. História do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 122.

²¹ Cf. Robert Schomburgk, "Introdução", In Sir Walter Raleigh. *El Dorado*. Trad. franc., Paris: Utz/UNESCO, 1993, p. 39.

mercadores e da pequena nobreza para as suas ambições expansionistas. Seu texto lançou mão de elementos retóricos para convencer os mercadores e a Corte inglesa de que era possível e urgente que a nação inglesa pusesse seus pés na Amazônia.

Neste sentido, as descrições feitas por Raleigh das paisagens das Guianas e dos índios, monstros, animais fabulosos ou sinistros é, antes de tudo, uma descrição produzida com finalidades políticas de incentivo e convencimento da necessidade do colonialismo inglês nas Guianas. Se inscreve, neste caso, num gênero de literário comum à época da expansão européia dos séculos XVI e XVII, não é propriamente um texto *etnográfico*, como afirma o antropólogo Neil Whitehead²².

²² Não estou absolutamente de acordo com a afirmativa de N. Whitehead, no artigo acima citado (nota 13), de que o relato de Raleigh é um texto "etnográfico". Não se trata de uma *etnografia*, mas de um texto de caráter claramente político, com características de propaganda colonial. Identificar o texto de Raleigh a um texto etnográfico é, simplesmente, esconder a sua dimensão política. Mesmo se Whitehead fala numa "implicit ethnography" para denominar o exercício *hermenêutico* que desenvolve a partir do texto de Raleigh, tentando extrair os elementos que identificam a "práxis cultural implícita dos ameríndios" contactados pelo viajante inglês, e que dariam sentido a todas as imagens "maravilhosas" de monstros, gigantes e lugares que "refractam" as práticas culturais indígenas na Guiana em conjunção com as consequências do contato com os europeus na região, mesmo assim não podemos falar do texto de Raleigh como uma "etnografia"; trata-se, isto sim, de um relato de viagens escrito declaradamente com a finalidade de provocar a entrada da Inglaterra na competição colonial, dentro do quadro europeu de rivalidades entre as outras potências ascendentes que tinham projetos de domínio no ultramar (Holanda, França, Portugal) em fins do século XVI. Não creio, portanto, que o ponto de partida de Whitehead, ou seja, a consideração do texto de Raleigh como sendo uma "implicit ethnography", esteja correto. Porém isto não invalida a correção de sua leitura quanto a outros *topoi* da escritura *haleighiana*.

Em nível oficial, a difusão das obras de Raleigh figurou como um dos principais componentes na campanha de convencimento do parlamento e da corte ingleses, no sentido de abraçar a idéia da empresa colonial patrocinada pela Coroa inglesa: o texto sobre as Guianas fazia parte de uma verdadeira campanha publicitária²³.

O livro de Raleigh também obteve muita popularidade na Europa. Foi traduzido e publicado em várias línguas e informou a elaboração da cartografia sobre as Guianas, ganhando, nas versões de Theodor de Bry (1599) e Jodocus Hondius (1635) algumas das primeiras representações cartográficas, dentro de padrões ocidentais²⁴.

Dentro deste contexto, realizou-se a expedição de Raleigh à Guiana, em 1595.

²³ Cf. Christopher Hill, *op. cit.*, p. 216. Neste ponto estou de acordo com o que também coloca N. Whitehead acerca da capacidade e dos estratagemas "textuais" e "performativos", que foram utilizados por W. Raleigh para atrair a atenção dos leitores ao seu relato sobre as Guianas: "Certainly Raleigh seems to have been at least as concerned with keeping his readership enraptured by authenticating detail and the apparatus of probability". Isto prova, mais uma vez, que a finalidade de Raleigh é o convencimento, e não o registro etnográfico, que não se propôs a fazer; Cf. WHITEHEAD, *op. cit.*, pp. 56, 59-61.

²⁴ Para informações mais detalhadas sobre a importância da cartografia holandesa do séc. XVI, ver Numa Broc. *La geografia del Rinascimento: Cosmografi, cartografi, viaggiatori. 1420-1620*. Modena: Franco Cosimo Panini ed., 1996, pp. 33-34. Ver também ALÈS, C. & POUYLLAU, M., "La conquête de l'inutile. Les géographies imaginaires de l'Eudorado", In *L'Homme*, n° 122-124, avril-déc. 1992, pp. 289, nota 11; 297.

Manoa, ou "El Dorado"

Na descrição inicial da Guiana que Walter Raleigh fez, a partir das cartas espanholas interceptadas pelo capitão George Popham no mar do Caribe, o Império da Guiana ficava à oriente do Peru, em direção ao mar, sob a linha equinocial²⁵.

A cidade de Manoa, sua capital, estava

"construída sobre um lago de água salgada longo, de duzentas léguas, como o mar Cáspio"²⁶.

Comparada às outras cidades do Império espanhol, Manoa as superava "por sua amplidão, suas riquezas, e

²⁵ Sobre as informações oferecidas pelo capitão George Popham A. W. Raleigh, ver PEREZ, Demétrio Ramos. *El Mito del Dorado. Su genesis y su proceso*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1973, Apêndice II: "Cartas tomadas en alta mar por el Capitan George Popham en el Año 1594", pp. 645-647.

²⁶ Walter Raleigh, *El Dorado*, cit., p. 105. A comparação do Lago Parime com o mar Cáspio não parece ser arbitrária: a forma retangular do mar Cáspio na Cartografia do Mercator, inspirada na cartografia de Ptolomeu, prefigura a forma retangular do Lago Parime na Cartografia das Guianas, tal como a vemos em De Bry e nos mapas subsequentes, elaborados ao longo do século XVII e primeira metade do século XVIII. O mar Cáspio, na mitologia antiga, era aquele que banhava as costas do país do *Tosão de ouro*, procurado por Jasão e auxiliado por Medéia. Cf. SANCHEZ, Jean-Pierre. *Mythes et légendes de la conquête de l'Amérique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996, tomo II, p. 696-700; BABICZ, Józef. "La résurgence de Ptolémée", In WETELET, Marcel (dir.). *Gérard Mercator: Cosmographe*. Antwerpen: Fonds Mercator, 1994, pp. 50-69. Cf. mapas de Mercator (1587), De Bry (1599), Hondius (1635), Laet (1640), Janssonius (1641), Sanson (1650), Fritz (1707[1691]), Aa (1713), todos contendo o lago Parima, com o mesmo formato retangular do mar Cáspio, no Apêndice desta dissertação.

sua excelente situação"²⁷. Manoa era a capital de um império que guardava mais ouro que todo o Peru. Possuía um número maior de vilas que o Peru "no apogeu de seu esplendor"²⁸.

Ainda que a fonte espanhola de Raleigh exagerasse na descrição das riquezas de Manoa, ele lembra o seu leitor que as riquezas do Peru tinham feito do rei da Espanha o maior dentre todos os monarcas da Europa. A conclusão que Raleigh retirava desta situação é admirável:

"esta riqueza aumentará todos os dias se os outros príncipes negligenciam as ocasiões que lhes são oferecidas e lhes permitem acrescentar ao seu patrimônio este império que, de longe, ultrapassa todos os outros"²⁹.

A notícia da existência de Manoa vinha para Raleigh do testemunho de Juan Martínez, chefe de artilharia da expedição de Ordaz. Primeiro a ver Manoa, deixou um relato escrito de sua permanência na cidade dourada³⁰.

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ Walter Raleigh, *El Dorado*, cit., p. 105.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 106.

³⁰ É, segundo Raleigh, o texto que mais estímulo insuflou aos que se aventuraram à descoberta e conquista desta cidade fantástica.

O "acaso" fez com que Martinez chegasse à Manoa. Perdendo-se na selva, foi encontrado pelos Guianenses. Estes, curiosos com sua aparência cristã, o levaram à presença do "imperador inca", em sua residência³¹. Assim, para irem até lá, passaram de povoado em povoado até chegarem à "grande cidade de Manoa"³².

Recebido com respeito no palácio pelo "inca", o forasteiro espanhol viveu sete meses em Manoa. Porém, não recebeu licença de vagar pelo país, como quisesse.

Esta situação lhe deu condições de fazer uma avaliação do tamanho da cidade, pois entrou ao meio-dia e lá ficou todo o dia caminhando até o anoitecer. Foi necessário muito tempo para atravessar a cidade, já que concluiu sua jornada no dia seguinte, ao pôr-do-sol.

O aspecto que mais chamava a atenção de Raleigh no relato de Martínez e que se associa diretamente ao interesse do presente estudo é a descrição da abundância de ouro entre os habitantes da cidade de Manoa. Martínez pretendia ter assistido a uma cerimônia, na qual os guerreiros eram banhados com o

³¹ Alguns mitos indígenas contam que após a derrota dos incas Huascar e Atahualpa por Pizarro, estes fugiram para o meio da selva e lá fixaram residência, transferindo suas riquezas e sua Corte para a nova residência. Esta residência podia ser um protótipo para a cidade de Manoa. Cf. Carmen Bernand & Serge Gruzinski. *História do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 543.

³² Cf. Walter Raleigh, *El Dorado*, cit., p. 108.

ouro em pó, soprado com um tubo sobre os corpos nus "até que eles brilhem dos pés à cabeça"³³.

Esta abundância de ouro testemunhada por Martinez em seu relato criou uma imagem dourada da cidade de Manoa. A visão do ouro nos seus templos, placas, armaduras e escudos, utilizados na guerra, fez com que, deslumbrado, o espanhol desse o nome de "El Dorado" a esta cidade³⁴.

De fato, o El Dorado, a resplandecente imagem da cidade de Manoa, que impregnava a mente dos espanhóis conquistadores e dos outros europeus, como o inglês Walter Raleigh, cruzava-se com a realidade do comércio de objetos de ouro na região localizada entre o Oceano Atlântico, o rio Amazonas, o Rio Negro e o rio Orenoco.

O antropólogo Neil Whitehead, afirmou, a esse respeito, dentro de um contexto teórico que não posso detalhar aqui, que se deveria considerar a "*praxis*" cultural indígena como um elemento ativo de interpretação e construção das observações dos europeus sobre a realidade americana; a historiografia deveria integrá-la como um contexto necessário e culturalmente

³³ Idem, *ibidem*, p. 109.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 110-111. Sabemos que o descendente dos Incas derrotados por Pizarro em Cuzco fugiram para a floresta e lá se mantiveram por algum

fecundo para a avaliação e a interpretação dos textos europeus³⁵.

Concordo que a leitura dos textos europeus sobre a conquista da América, e, em nosso caso, o texto de Raleigh, se enriqueceria sobremaneira se levássemos em conta a "praxis" dos nativos, que expressam o seu próprio ponto de vista e conhecimentos.

Assim, a existência do comércio de objetos de ouro, que encontramos constantemente inquirido no texto de Raleigh, pede em seu texto uma investigação dos sinais deste comércio que são percebidas pelo aventureiro inglês e registradas em suas observações. A leitura restrita da geografia política traçada por Raleigh, está embasada sobre as informações provindas de testemunhos orais colhidos de espanhóis e ameríndios que habitavam as Guianas, em especial a calha do rio Orenoco³⁶.

O comércio do ouro cobria toda a calha dos rios que se comunicavam com o Amazonas, principalmente na região

tempo. Isto dá certa veracidade ao mito. Cf. Bernand & Gruzinski, op. cit., p. 543

³⁵ WHITEHEAD, Neil L, "The Historical Anthropology of Text: The Interpretation of Raleigh's Discoverie of Guiana", In CURRENT ANTHROPOLOGY, vol. 36, n°. I, Feb. 1995, p. 55.

³⁶ Idem, ibidem, p. 57.

de "fronteira cultural e social" que era a região de limites fluviais entre os rios Branco e Rupununi ³⁷.

Disto Raleigh estava convicto. Ele escreve:

"Neste ano, havia um (...) navio em Helford que vinha desta região [das Guianas], após ter ancorado por quatorze meses no [rio] Amazonas e (...) estava muito rico [de ouro]. Eu estou persuadido que mesmo se não for descoberta a Guiana do lado de lá, não tenho nenhuma dúvida que o comércio de objetos de ouro provindo da Guiana passa pelos rios que deságuam no Amazonas"³⁸.

No que concerne a este comércio indígena de longa distância o texto proporciona vários indícios e referências. Estes indícios dão-nos maiores possibilidades para a compreensão das redes de comércio indígena, da qual certamente eram parte integrante os índios Manao. Não podemos deixar de levar em consideração as evidências confirmadas por outras fontes sobre este mesmo assunto.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 62. Cf. Mapa do território tradicional dos índios Manao no Apêndice cartográfico da dissertação.

³⁸ Cf. Walter Raleigh, *El Dorado*, cit., p. 117.

Citando Thevet e associando-o às suas próprias informações, Walter Raleigh traça um primeiro roteiro deste comércio:

*"De Dominique ao Amazonas, seja sobre uma distância de 250 léguas, todos os índios de alta posição trazem consigo suas placas vindas das Guianas. Não há dúvida de que todos aqueles que comerciam com as Amazonas vem com muito ouro que, como já dissemos, provém da Guiana seja por algum rio que desemboca no Amazonas, seja pelo rio que atravessa o território de Tisnados, ou pelo Carepuna"*³⁹.

Já em fins do século XVI o trânsito entre o rio Amazonas e o país das Guianas era digno de observação e chamava a atenção do aventureiro inglês.

Mas no "teatro de eventos" que são descritos em sua narrativa, Sir Walter indica ainda outros "produtos" comercializados pelos índios das Guianas: Raleigh não deixou de notar a movimentada rota de comércio de escravos índios, nos rios Barima, Pawroma e Essequibo, localizados ao sul da boca do rio Orenoco.

Segundo ele

³⁹ Idem, ibidem (grifo meu, D.G.).

"os espanhóis (...) compram mulheres e crianças dos bárbaros Canibais que, em troca de três ou quatro machados, vendem os filhos e as filhas dos seus próprios irmãos e irmãs e, por preço um pouco mais elevado, as suas próprias filhas"⁴⁰.

Obviamente, temos aqui um comentário geral de natureza moral condenando a atitude dos "bárbaros canibais". O que conta para a presente discussão é o registro que fez Raleigh do comércio de objetos de ouro e de escravos. Ele, aliás, complementa este registro com outro testemunho:

"O piloto de meu navio, John Douglas, deteve uma destas pirogas carregadas de pessoas destinadas à venda"⁴¹.

Comércio de objetos de ouro, escravização e comércio de índios são os elementos constantes que devemos destacar desta narrativa e fixar para o que nos interessa.

Raleigh não encontrou a cidade de Manoa, e muito menos conseguiu carregar seus navios com a quantidade de ouro esperado com tanta ansiedade, do outro lado do atlântico. Apesar de não ter encontrado a tal cidade

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 128.

⁴¹ Idem, *ibidem*.

dourada, Sir Walter saiu das Guianas com a forte convicção de que não estava equivocado, que o ouro que havia enriquecido os espanhóis existia, assim como existiam todos os animais, plantas e índios que encontrou pelo caminho em suas perambulações no "país das Guianas".

De fato, há um aspecto em seu relato de viagem que cabe agora explorar. Sem dúvida, as referências a Manoa, ao Lago Dourado, às descrições de animais fantásticos, e aos "Ewaipanoma" - homens com a cabeça no peito, incluem-se no amplo espectro de narrativas renascentistas embebidas no "maravilhoso e no fantástico". Aqui a leitura do texto de Raleigh feita por Neil Whitehead pode nos fornecer alguns pontos de partidas úteis para a sua compreensão.

Dentro da mesma direção, creio que alguns topos do discurso de Raleigh, como: os homens acéfalos, as amazonas ou os macróbios ou gigantes, podem ser interpretados como mitos europeus, trazidos em sua bagagem cultural, que, relidos ou reordenados, integram elementos nativos recolhidos pelo viajante nas Guianas e associados a conceitos ou imagens familiares aos europeus⁴².

⁴² Cf. WHITEHEAD, op. cit., pp. 58.

A descrição dos "Ewaipanoma" ou homens com a cabeça no peito⁴³, poderia muito bem ser situada no contexto das políticas indígenas da região em fins do século XVI. Neste momento, as chefias do rio Caura, a quem é atribuída a condição política de acefalismo, estavam em luta com Topiawari e seu grupo dirigente, pelas rotas de comércio do Orinoco. Assim, sobre a "praxis" cultural e social dos nativos, Raleigh projeta um elemento das narrativas de Mandevile e o combina à sua observação do tema nativo do "acefalismo"⁴⁴.

Os elementos "refratores" da práxis nativa, para usar a expressão de Whitehead, inspiram detalhes introduzidos no relato como um recurso literário que visaria oferecer *plausibilidade* às observações da realidade narradas a leitores europeus sequiosos de "exotismo". O procedimento deve ser fundamentalmente considerado dentro das finalidades propagandísticas de incentivo ao colonialismo inglês, a que se propunha Raleigh. Se bem que pode ser confundido anacronicamente com uma atitude etnográfica, está longe de sê-lo⁴⁵.

⁴³ Estes homens com a cabeça no peito figuram entre os personagens retratados na cartografia da época. Ver a este respeito, o mapa de Theodor de Bry (1599), no apêndice cartográfico ao fim da dissertação.

⁴⁴ Cf. Whitehead, op. cit., p. 58.

⁴⁵ Cf. Whitehead, op. cit., p. 57.

Os holandeses e os índios "Maganouth"

Na primeira metade do século XVII, foram efetuadas séries de entradas pelos rios Amazonas e Negro. De nacionalidades diversas, os que penetraram nestes rios, ao longo dos primeiros anos do século XVII, davam continuidade à procura do ouro que, no século anterior, havia entusiasmado aventureiros, como Sir Walter Raleigh. Passamos a narrar a seguir as outras expedições que encontraram os Manao em seu caminho e que a eles fazem referências.

Os holandeses fizeram tentativas constantes, durante o século XVI, para se instalarem na Amazônia e procuraram fazê-lo com insistência. Mas foi no ano de 1613 que os batavos edificaram o primeiro forte, chamado "Kijkoveral", no estuário do rio Essequibo, para consolidar a sua presença. Procuraram aliados entre as sociedades indígenas, que viviam na Guiana Ocidental e encontraram neste momento os índios Karinya e Akawaio e outros povos (falantes de "Carib"), pois

"Para extrair o máximo das riquezas de um sertão difícil de ser conquistado e mais ainda ser povoado, eles precisavam de intermediários indígenas. Fortes o bastante para efetuarem ataques a longa distância, numerosos e espalhados o bastante

para efetuarem contato com a maior parte dos autóctones, do litoral até a Alta Guiana, e suficientemente integrados no antigo sistema de relações interétnicas para, ao mesmo tempo, utilizá-lo e desviá-lo em direção ao comércio europeu"⁴⁶.

Com a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em 1621 – mesmo ano da fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão pelos portugueses – os batavos oficializaram o comércio de escravos africanos e indígenas na região. Lançavam-se em expedições pelo interior da floresta guianense, partindo de seus entrepostos localizados no curso médio do Cuyuni, do Mazaruni e do Essequibo, atravessando a Alta Guiana, da costa Atlântica até o rio Branco⁴⁷.

No princípio do século XVIII, as fontes de origem holandesa testificam a presença dos índios Manao pelas Guianas. Uma carta enviada de Amsterdã, em 1 de maio de 1714, pela Companhia das Índias Ocidentais ao

⁴⁶ Cf. Simone Dreyfus, "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796", in Eduardo Viveiros de Castro & Manuela C. da Cunha (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP, 1993, p. 23.

⁴⁷ Cf. Idem, *ibidem*, p. 21. Ver também Richard Price. *First-Time. The Historical Vision of an Afro-American People*. London: The Johns Hopkins Press, 1991, pp. 43-134.

comandante de Ysekepe, Pieter van der Heyden Resen, formulava recomendações precisas quanto à forma dos contatos que deveriam ser mantidos com os "selvagens" das Guianas.

Antes de enunciar as condições em que se dariam este contato, vale dizer que também os holandeses estavam interessados em descobrir o Eldorado. Reproduzo, a seguir, uma fabulosa descrição das informações holandesas sobre a existência do Eldorado, seguida da ordem para estabelecer comércio com os índios.

Tratava-se de uma ordem expressa sobre o modo de concretizar estes contatos e de serem mantidos com os índios, com a única e exclusiva finalidade de obter ouro ou metais preciosos. O documento afirma:

"Como nós temos visto e observado nos diferentes mapas que no rio de Ysekepe se encontra situado um rio ou riacho que atravessa o interior e se estende sem obstáculos até o lago de Paríma, nomeado também Rupowini, muito famoso por suas ricas jazidas de ouro, que não distante deste lago de Paríma se encontra situado também o lugar chamado Manoa ou o El Dorado, ou a Cidade Dourada, onde se encontram, como em toda a região da

Guiana, que o dito rio atravessa, numerosas minas de ouro e de prata, e onde se pode encontrar uma quantidade considerável destas matérias ou minerais; (...) para melhor garantir a posse destes lugares, que seja estabelecido um comércio ou troca de objetos e de mercadorias com os proprietários ou os naturais destas regiões, ou mesmo adquirir propriedades, se poderá fazer conquistas ou benefícios para o patrimônio desta Companhia (...)"⁴⁶.

O importante deste testemunho para o presente capítulo é a associação constante entre o comércio intentado pela Companhia de Comércio holandesa e o interesse em atingir o El Dorado, a cidade de Manoa.

Seguiu-se a este documento um outro, no qual são expressas claramente as ordens de manter relações com os índios dentro de estreitos limites de natureza comercial. Como afirma Simone Dreyfus, o "objetivo perseguido pela Companhia e pelos colonos holandeses

⁴⁶ Doc. n°. 5: "La Compagnie des Indes Occidentales au Commandeur, Essequibo, le 1er. mai 1714. Au commandeur Pieter van der Heyden Resen, à Ysekepe", in *Question des limites du Brésil et de la Guyane anglaise soumise à l'arbitrage de sa Magesté le Roi d'Italie*. Paris: Ducourtioux & Huillard, 1903, vol I, pp. 106-107 (grifos meus, D.G.).

foi, pura e tão completamente quanto possível, mercantil⁴⁹.

Tratava-se de um comércio para o qual inclusive as mercadorias a serem traficadas ou vendidas, sua quantidade e especificação, já seriam previstas em listagem à parte pela Companhia das Índias⁵⁰.

Os objetos a serem trocados com os "naturais" ou com seus chefes, seriam acompanhados ainda por outras ferramentas capazes de auxiliar na análise e detecção de uma possível existência de ouro ou prata no subsolo dos territórios indígenas. As ordens que partiam da administração da Companhia das Índias, em Amsterdã, especificavam que os chefes ou as pessoas principais, entre os índios, deveriam receber presentes para que o tráfico de mercadorias e escravos fosse facilitado⁵¹.

O envolvimento dos índios Manao neste tráfico está descrito em outro documento de origem holandesa, datado de 1724, período em que se dão as entradas portuguesas no rio Negro e a guerra contra os índios Manao. Naquele ano, transcrito num processo verbal da corte de Essequibo, há notícias de que

⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 109-113. Cf. Simone Dreyfus, "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796", *op. cit.*, p. 23.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 107.

"Após ter invocado o nome de Deus, o Comandante Laurens d'Heere fez saber à corte que, depois dos contatos estabelecidos, a *nação Maganout* matou todos aqueles que lhes caíram nas mãos na região do Alto Essequibo, e que ele estava em vias de caçar todas as nações nossas amigas [dos holandeses]"⁵².

O conflito se estabeleceu e a Corte organizou um ataque aos Maganout, para marchar contra eles e exterminá-los, escravizá-los e vendê-los⁵³.

Neste ano de 1724, que coincide com a guerra dos portugueses contra os Manao, na região do rio Negro, os Maganout, com quem os batavos se esbatiam, chocavam-se contra os índios Karinya, aliados dos holandeses. A razão deste embate era a "supremacia e acesso privilegiado ao tráfico [de escravos indígenas]"⁵⁴

O "Rio do ouro" (El rio de oro)

⁵¹ Ibidem, p. 108.

⁵² Ibidem, p. 113.

⁵³ Ibidem, pp. 113-114.

⁵⁴ Cf. Simone Dreyfus, "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796", op. cit., p. 31.

A procura de ouro, alimentada pelo prodigioso êxito da exploração colonial espanhola do Vice-Reinado do Peru, seguiu estimulando novas expedições e expansões pelo território amazônico, na primeira metade do século XVII. Neste ponto da narrativa, voltamos ao século XVII para colher informações de outro relato, que oferece dados sobre os primeiros contatos dos europeus com os índios Manao.

Em 28 de outubro de 1637, o "sertanista" Pedro Teixeira, incentivado pelo então governador-geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Jácome Ribeiro de Noronha, ordena uma Jornada fluvial pelo Amazonas, no trecho entre Belém e Quito, parte integrante do Vice-Reinado do Peru. Acompanhavam Pedro Teixeira cerca de 2.500 pessoas, entre as quais 70 soldados, em 47 embarcações. O objetivo desta jornada era encontrar o "Rio do Ouro".

Com vários meses de viagem, o sertanista conseguiu atingir as possessões espanholas, chegando por via terrestre a Quito, de onde regressou em fevereiro de 1639. Na sua viagem de regresso, fundou a colônia de "Franciscana" num afluente do rio Napo. Chegou finalmente, a Belém, em 12 de dezembro de 1639, encarregando o mameluco Bento da Costa de confeccionar o mapa do rio Amazonas. O padre *Cristóbal de Acuña*

ficou encarregado de escrever o relato desta missão, publicado em Madri, no ano de 1641⁵⁵. Aqui conviria sublinhar o papel até hoje pouco analisado dos mamelucos como possuidores de um saber técnico sobre a Amazônia e como intermediários privilegiados entre as chefias indígenas e os europeus.

O padre Acuña registrou no seu Diário de viagem o encontro com os índios que viviam às margens do rio Juruá. Acuña os chamou de "Managus".

Este encontro entre o jesuíta espanhol Acuña e os "Managus" é o primeiro registro que temos do contato entre os europeus e aqueles que identificamos como sendo os Manao. Havia notícia da existência de minas de ouro no rio Yquiari, "que é o rio do ouro", escreveu Acuña. O ouro era extraído em grandes quantidades no sopé de uma serra situada às margens desse rio⁵⁶.

A distribuição do ouro não era feita pelos mesmos índios que o extraíam, mas pelos índios denominados "Managus".

⁵⁵ Ver a referência na nota 1 deste Capítulo.

⁵⁶ Yquiari é um nome indígena dado ao rio Negro, antes da chegada dos europeus. A primeira vez que aparece o nome de "rio Negro" nos registros de viajantes europeus é em 1542, pelo frei dominicano Carvajal (cuja obra encontra-se referenciada na nota 1 deste Capítulo), cronista da viagem de Francisco de Orellana pelo rio Amazonas. A fixação definitiva do nome de "rio Negro" foi realizada por La Condamine em 1745.

Acuña participa da primeira grande entrada dos portugueses no rio Amazonas, quando então eles deixam as marcas de sua presença na região, fundando o povoado de Franciscana e fazendo entradas pelos afluentes do "rio mar". Há uma continuidade entre o relato de Acuña e os relatos subseqüentes, que descrevem o contato com os índios do Rio Negro, o comércio de objetos de ouro, o tráfico de escravos e a liderança dos índios Manao nas cadeias de guerra, e trocas, a longa distância, que ocorriam do Alto Amazonas até o Atlântico.

Guerras e trocas são os elementos constantes dessas narrativas, como veremos a seguir.

Um jesuíta boêmio no Jardim das Espérides

Os padres jesuítas freqüentavam o rio Negro, desde o ano de 1657. Em 22 de junho, os padres Francisco Veloso e Manuel Pires saíram do Maranhão e foram pelo rio Amazonas até o rio Negro. Eles acompanhavam a tropa de resgates de Vital Maciel Parente, formada por 300 índios e 25 portugueses. Foi a primeira entrada dos portugueses no rio Negro⁵⁷.

⁵⁷ Cf. Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália, 1943, tomo III, pp. 370-371.

O padre Francisco Veloso era português de nascimento e foi Superior interino, algum tempo, da missão do Maranhão e Reitor dos Colégios do Pará e Maranhão. Faleceu em Belém, como Reitor do Colégio de Santo Alexandre, em 1679⁵⁸.

Na segunda entrada dos portugueses no rio Negro, os padres jesuítas também estavam presentes. Desta vez, no ano de 1658, era o padre Francisco Gonçalves quem acompanhava a tropa de resgates, "sendo ele o primeiro ou dos primeiros missionários que ali entraram com a propagação da Fé, andando entre os bárbaros em suas povoações, como se estivera entre amigos domesticados"⁵⁹.

Sua expedição saiu do Maranhão, em 15 de agosto de 1658. Acompanharam-no, durante as quinhentas léguas de jornada, cerca de "quarenta soldados e quatrocentos índios". Tinha como objetivo principal fazer o resgate de escravos indígenas. Após quatorze meses de viagens pelos rios, trouxe 600 escravos do rio Negro. Gonçalves acusa os portugueses de não terem sido justos com os índios escravizados, durante as expedições anteriores, pela razão de não terem agido conforme a "letra da

⁵⁸ Cf. Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, op. cit., tomo IX, p. 184-185.

lei", ou seja, por não terem os portugueses seguido o exame protocolar da legitimidade do cativo dos índios capturados nas matas, que só poderia ser aprovada pelos missionários⁶⁰.

O padre Gonçalves andou por dez meses nestes sertões do rio Negro, adoeceu com febres muito fortes, passando sete meses na cama, "em os quais se lhe tolheram os braços para maior martírio"⁶¹.

Após o Padre Francisco Gonçalves, temos notícias da ida do padre João Maria Gorzoni, no ano de 1688, para o rio Negro. Em agosto de 1689 já andava por este rio. Sua intenção, com esta viagem, era fundar duas aldeias com residência fixa para servirem de apoio à Fortaleza do rio Negro. Fundou as missões seguindo as recomendações de Portugal. Dois missionários foram, em fins de 1692, auxiliá-lo: Aluísio Conrado Pfeil, na Aldeia de Matari, e João Justo Luca, na residência do rio Negro, que se localizava, provavelmente, ao lado do Forte⁶².

⁵⁹ Cf. João Felipe Bettendorff. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: SECULT, 1990, pp. 133-134.

⁶⁰ Cf. Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, op. cit., tomo III, p. 371; tomo IX, p. 274-75.

⁶¹ Cf. J. F. Bettendorff, op. cit., p. 134.

⁶² Idem, ibidem, pp. 522-525; Cf. também Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, op. cit., tomo III, pp. 374-375.

Realizado entre os grupos que viviam no rio Negro, durante a segunda metade do século XVII, o comércio a longa distância atingia um amplo território, possivelmente chegando até o rio Madeira, também visitado pelos jesuítas e que o Padre Bettendorff notifica na sua Crônica finalizada em 1698.

Narrando a viagem que o Padre Jódoco Peres fez ao rio Madeira, no ano de 1683, Bettendorff escreveu em sua crônica que

"[os Irurizes do rio Madeira] não fazem grande caso das ferramentas dos portugueses, porque lhes vem do **rio negro** outras muito melhores que lhes trazem os índios daquelas bandas, que contratam com os estrangeiros [sic] ou bem com as nações que lhes são mais chegadas"⁶³.

Bettendorff refere-se neste trecho, certamente, aos holandeses ("estrangeiros"[sic]) estabelecidos nas Guianas. Podemos avaliar a dimensão desta rede de comércio e trocas intertribais e interétnicas que se estendia das Guianas ao rio Madeira, o que caracteriza a região do rio Negro como território intermediário de

⁶³ Cf. J. F. Bettendorff, op. cit., p. 354-355 (grifos meus, D.G.).

comércio e, para além disso, as próprias atividades de comércio dos índios Manao, que circulavam por grandes extensões do vale amazônico, fazendo trocas com os "estrangeiros" e com outros grupos indígenas.

Nestes mesmos anos, eis que temos a visita, no rio Negro, de um jesuíta das missões espanholas de Quito. Era o padre Samuel Fritz.

Pouco sabemos acerca da vida do padre Samuel Fritz, antes de sua entrada na Companhia. Nascido em Ornavia, um povoado da Boêmia em 1654, foi admitido na Companhia de Jesus quando tinha 19 anos de idade. Ele fez os estudos de humanidades, filosofia e teologia, destacando-se dos demais e recebendo, desde cedo, dos seus Superiores na Companhia, as responsabilidades dos altos cargos. Foi enviado para o Colégio Jesuíta de Quito, em 1686, e a partir deste mesmo ano começou a trabalhar nas missões dos Omáguas. Foi capaz de arregimentar para o catolicismo os chefes Yurimáguas, Aysuares e Ybanomas, todos habitantes das margens dos rios Ucayalli e Huallaga.

Em 1689, estando gravemente enfermo numa missão dos Yurimáguas, partiu em direção a Santa Maria de Belém do Grão-Pará, segundo ele afirma em seu Diário de viagens, com o objetivo de encontrar assistência médica.

Chegou a Belém em 11 de setembro de 1689. Suspeito de ser espião espanhol, permanece 22 meses, ou seja, até 1691, como prisioneiro no Colégio Santo Alexandre, em Belém, por ordem do Governador do Maranhão.

Em abril de 1691, chegam as ordens de D. Pedro II, rei de Portugal, para que o Padre Fritz seja libertado e conduzido à sua missão no Vice-Reinado de Quito. Isto ocorre em 6 de julho do mesmo ano, chegando em sua missão de Nossa Senhora das Neves, com os índios Yurimáguas, em 20 de outubro de 1691.

Com as viagens pelo Amazonas, acumulou um conhecimento geográfico deste rio, que lhe possibilitou a confecção de um mapa, anos mais tarde descoberto e utilizado pelo explorador francês La Condamine, do qual falarei mais adiante. Acumulou conhecimentos também sobre os povos que habitavam as margens do Amazonas e rio Negro, entre os quais os índios Manao. Sobre estas informações nos deteremos a seguir.

Em 1689, Samuel Fritz apresentava algumas notícias de contatos com os Manao nos registros do seu Diário. Eram notícias mais detalhadas que aquelas de Acuña. Tratava-se do primeiro relato pormenorizado sobre costumes daqueles índios.

O padre se refere aos Manao por duas vezes: uma, para citar o comércio de objetos de ouro mantido por estes índios; outra, para referir-se ao "Rio do Ouro", mencionado por Acuña.

Ele afirma em seu Diário que, durante a sua viagem de evangelização das aldeias Yurimaguas, sentiu muita dor de cabeça. Por esta razão, ficou por algum tempo na aldeia destes índios.

Enquanto lutava contra seus achaques, chegaram os "Manaves" em dez canoas para comerciar. Instalaram-se na aldeia e expuseram seus produtos que estavam habituados a trocar não somente com os Yurimaguas, mas também com os Aizuares e os Ibanomas: pequenas pranchas de ouro, urucu, raladores de mandioca, redes de cachibanco, cestos e bordunas confeccionados artesanalmente⁶⁴.

Seguindo as pistas do padre Acuña, Fritz desenvolve o tema do "rio do ouro". Inclusive desenvolve uma interessante analogia entre o rio do ouro, ou o

⁶⁴ "Diário do Padre Samuel Fritz", In Pablo Maroni, Noticias Autenticas del famoso rio Marañon (1738), Iquitos: IIAP/CETA, 1988, Parte Tercera, Capítulo tercero, p. 315.

Eldorado e o tema mitológico do "Jardim das Espérides", narrado por Ovídio, nas "Metamorfoses"⁶⁵.

Em 20 de outubro de 1689, após ter encontrado com os portugueses às proximidades das missões dos Omáguas, nas quais era titular, Fritz tem o anúncio, através do cabo da tropa portuguesa, de que ele deveria retirar-se daquelas províncias, porque eram território português. Imediatamente o Padre Fritz respondeu ao cabo português que,

"fora de qualquer controvérsia, as terras em que até então havia missionado pertenciam à Coroa de Castela e que dessa maneira, sem prejuízo da coroa portuguesa, continuaria missionando nelas"⁶⁶.

⁶⁵ " 'POMOS DE OURO DO JARDIM DAS HESPÉRIDES'. Quando do hierôs gámos, do casamento sagrado de Zeus e Hera, esta recebeu de Géia, como presente de núpcias, algumas maçãs de ouro. A esposa de Zeus as achou tão belas, que as fez plantar em seu Jardim, no extremo Ocidente. E, como as filhas de Atlas, que ali perto sustentava em seus ombros a abóbada celeste, costumavam pilhar o Jardim, a deusa colocou os pomos e a árvore em que estavam engastados, sob severa vigilância. Um dragão imortal, de cem cabeças, filho de Tifão e Équidna, e as três ninfas do poente, as Hespérides, Egle, Eritia e Hesperaretusa, isto é, a 'brilhante, a vermelha e a Aretusa do poente' ". Cf. BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1987, vol. III, pp. 114-117. O mito do Jardim das Hespérides possuía certa difusão desde o século XVI, quanto à sua localização no extremo ocidente. Exemplo disso, pode ser encontrado nas adições de Gemma Frisius [Gemma Frison] à "Cosmografia" (1524), de Pedro Apian [Apianus], que acreditava na sua existência, assim como na "Política Indiana" (1648), de Juan de Solórzano y Pereyra, que acreditava serem as "Islas Hespérides" as mesmas que se chamavam em seu tempo Ilhas de Cabo Verde; Cf. SANCHEZ, Jean-Pierre. *Mythes et légendes de la conquête de l'Amérique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996, tomo I, pp. 29-31; 411, notas 28 e 30.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 324-325.

Os portugueses, depois de partirem, foram à Guapapaté coletar salsaparrilha. Deixaram um marco onde diziam que viriam povoar. Fritz sabia que assim o fariam os portugueses, porque

"falam que por estas bandas hão de achar porta para entrar no Dorado, que sonham não estar muito distante"⁶⁷.

Além disso, Samuel Fritz assevera que confirmou com os Yurimaguas que nas minas de ouro mencionadas acima e exploradas pelos índios "Manaves",

"vela claramente um homem como espanhol, que segundo os sinais, não pode ser outro senão o Dragão infernal que naquela figura está guardando aquelas maçãs douradas"⁶⁸.

A referência é clara ao mito do Jardim das Espérides. Assim, o Padre Fritz cruza dois mitos de origem ocidental na Amazônia espanhola-portuguesa, para referir-se à existência de ouro no território que ele dizia ser espanhol, no contexto fronteiriço das disputas coloniais ibéricas, mas também holandesas,

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Idem, ibidem,

inglesas e francesas, como este capítulo tentou evidenciar.

Mas sabemos que estas disputas só passaram a outro plano de negociações, quando o século XVIII avançou e a Amazônia configurou-se como espaço de esquadrinhamento do saber ilustrado setecentista.

Um ilustrado francês e a "fábula" do Eldorado

Sob os auspícios da Academia de Ciências de Paris, o Ministro Mauperas enviou expedições ao Equador, Lapônia e África, com o objetivo de medir o arco do meridiano terrestre. Em 18 de maio de 1735, saiu de La Rochelle a primeira expedição em direção ao Equador. Estavam nela Charles-Marie de La Condamine, Louis Godin e Pierre Bouguer, todos eles membros da Academia de Ciências. Em 9 de maio de 1736, desembarcaram no Peru. Esta primeira expedição findou em 1743⁶⁹.

O cientista francês resolveu voltar por Caiena a Paris e iniciou uma viagem pelo Amazonas, saindo de Tarqui (ao sul de Cuenca) em 11 de maio de 1743.

⁶⁹ Nela, La Condamine observou dois solistícios, um em dezembro de 1736 e outro em junho de 1737. Observou também a obscuridade resultante de um eclipse. Fez experimentos com o barômetro, o termômetro, a declinação e inclinação da agulha imantada; fez experimentos sobre a velocidade do som,

O naturalista francês La Condamine registrou em seu relato de viagem a expedição pelo rio Negro, durante a travessia pelo rio Amazonas. Neste relato, afirma ter mantido contato com os Manao, no dia 23 de agosto de 1743:

"Entramos no rio Negro, outro mar de água doce que o Amazonas recebe, do norte. O mapa do padre Fritz, que nunca entrou no rio Negro, e o último mapa da América, de Delisle, seguindo o do padre Fritz, apresentam esse rio correndo do norte para o sul, quando se sabe, pelo relato de todos aqueles que o subiram, que vem do oeste e corre para leste, inclinando um pouco para o sul"⁷⁰.

La Condamine retomou as observações e os registros de Fritz e Delisle, além de Acuña, focalizando os relatos dos dois jesuítas naquilo que era o centro dos seus interesses: a localização do "Rio do Ouro". Ele não ignorava que havia comércio no rio Negro, pois tinha notícias de evidentes encontros de europeus com índios comerciantes.

a atração newtoniana, a longitude do pêndulo na Província de Quito e a alturas diversas, a dilatação e a condensação dos metais.

⁷⁰ Cf. Charles-Marie de La Condamine. *Breve relatório de uma viagem pelo interior da América Meridional, desde a costa do mar do Sul até as costas do Brasil e da Guiana, descendo o rio das Amazonas*. Seleção de textos, introdução e notas de Hélène Minguet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992, pp. 82-83.

A lenda do El Dorado não estava tão distante no tempo, para que se apagassem, de forma absoluta, todas as suspeitas de existência de minas de ouro, na região do rio Negro.

Este francês-viajante ajudou a cristalizar representações já bem estabelecidas em relação aos índios Manao. Reafirmou aspectos das observações dos cronistas anteriores sobre estes índios e negou outros aspectos, utilizando o seu próprio conhecimento e sua própria pesquisa.

La Condamine afirma que os Manao eram conhecidos, já à época do padre Fritz, como "uma nação belicosa, temida por todos os seus vizinhos"⁷¹. Esta fama possivelmente fazia eco às narrativas de contato apresentadas nos relatos dos anos anteriores.

Segundo este autor, após longos períodos de resistências "às armas dos portugueses" e, mesmo fixando-se em aldeias missionárias às margens do rio Negro, os Manao "fazem incursões nas terras de nações selvagens", depredando-as e escravizando os outros índios que não pertencem ao seu mesmo grupo. Estes escravos eram comercializados. Longos percursos eram

⁷¹ Idem, ibidem, p. 87.

feitos pelos Manao até o rio Orinoco com este objetivo⁷².

Recapitulando estas informações de La Condamine, podemos concluir que subsistia na época do naturalista um comércio de escravos índios organizado pelos Manao. Este dado confirma o que já as fontes holandeses nos ensinaram: os Manao mantinham a rede de comércio de escravos índios até o rio Orinoco, atingindo as fortificações holandesas das Guianas.

O comércio de objetos de ouro realizado pelos Manao foi também confirmado por La Condamine. Próximo ao rio Japurá, identificado por Fritz e por Acuña, localizavam-se o rio Yurubech (Yurupazi de Acuña; Jurubetts de Fritz) — onde estavam as principais aldeias Manao — e o rio Yquiare (Iquiari para Acuña, Quiquiari para La Condamine). Este último, de acordo com o explorador francês, era o rio de onde os Manao retiravam ouro e "dele faziam pequenas lâminas", como havia sido mencionado por Acuña.

Pretendendo-se "a" versão autêntica e definitiva dentre os relatos sobre os Manao, La Condamine afirma que todas as "fábulas" sobre a cidade de Manoa e o lago dourado são, de um lado, o produto

⁷² Idem, *ibidem*, p. 87. Sobre a associação entre os Manao e a cidade de

"da avidez e [d]a preocupação dos europeus que desejavam a todo custo encontrar o [ouro] que buscavam, e por outro, [d]o caráter mentiroso e exagerado dos índios interessados em afastar hóspedes incômodos"⁷³.

La Condamine regressou a Paris em janeiro de 1745, tendo chegado a Caiena em 26 de fevereiro de 1744. Sua viagem durou ao todo oito meses. Comunicou todos os seus trabalhos à Academia de Ciências de Paris. Resultados estes que inspiraram o capítulo sobre "Curiosidades", do Dicionário Filosófico de Voltaire.

Considerações finais do capítulo

Finalizo este capítulo após ter apresentado todas os principais relatos históricos de contatos entre os europeus e os índios Manao. Meu objetivo, com isso, era mostrar a estreita relação entre os diferentes registros de informação sobre os Manao, - nos quais estes índios assumem, inclusive, diferentes etnônimos - , e os temas do comércio de objetos de ouro, escravos

Manoa, o Lago Dourado ou o Lago Parima, ver p. 88.

⁷³ Idem, ibidem, p. 88.

índios e da guerra no rio Negro e circunvizinhanças
Madri

Fixaram-se, desta forma, as conexões entre os
distintos interesses coloniais europeus, na região
amazônica, e os interesses comerciais e guerreiros dos
Manao, entre o século XVI e o XVIII.

Capítulo 3

Histórias de Brancos: uma historiografia amazonense dos índios Manao

"As tradições indígenas encerram motivos para epopéias e para églogas; pode inspirar os seus Homeros e os seus Teócritos".

ASSIS, Machado de. "'Iracema', de José de Alencar", in *Obras Completas de Machado de Assis*, São Paulo: W. M. Jackson Inc. Ed., 1962, vol. 29, "Crítica literária", p. 74.

Neste capítulo ensaiarei uma discussão da memória historiográfica e etno-historiográfica que "construiu" de certa maneira o episódio da Guerra de destruição contra os índios Manao do rio Negro nos anos 20 do século XVIII, narrada no primeiro capítulo.

Para tanto, procuro contextualizar historicamente a recuperação de toda uma série de fontes e arquivos do período colonial pela Comissão de demarcações de limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa, que teve como principal relator e responsável Joaquim Nabuco. Tentarei esboçar e descrever os intuitos deste jurista quando leu e coligiu os elementos da história do rio Negro, num contexto de negociações diplomáticas das fronteiras territoriais entre o Brasil e a Guiana Inglesa.

Em seguida será intentada uma reconstituição preliminar dos diversos grupos constituintes da intelectualidade amazonense dos anos 20, 30 e 40, com o fito produzir uma explicação, no plano político e ideológico, do episódio sobre os Manao ora estudado. Apresento algumas das principais versões "construídas" deste episódio pela *intelligentzia* do Estado do Amazonas, tentando demonstrar que ela foram elaboradas num clima cultural e político de grande agitação e participação da elite intelectual nos movimentos políticos e culturais destes "frementes" anos 20, 30 e 40. Este procedimento de contextualização a que vimos recorrendo desde o princípio desta dissertação é também aqui neste terceiro capítulo fundamental para a compreensão do episódio da guerra entre os portugueses e os índios Manao, descrito no primeiro capítulo.

Começamos, por conseguinte, descrevendo e apresentando o trabalho de pesquisa histórica desenvolvido por Joaquim Nabuco, em princípios do século XX. Trata-se de um marco fundamental para a historiografia do Estado do Amazonas, analisada neste capítulo. É também, como veremos, uma das principais pesquisas históricas de referência para os estudos de história indígena até agora desenvolvidos pelos

etnólogos que fazem pesquisas na região dos rios Negro e Branco, no Estado do Amazonas.

Joaquim Nabuco: a Comissão de Demarcação de Limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi nomeado em 5 de abril de 1900, durante o governo do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, para exercer a função de advogado da posição brasileira na questão de delimitação de limites territoriais entre o Brasil e a Guiana Inglesa. O convite a Nabuco fora realizado ainda sob as invectivas do próprio Campos Sales, o presidente antecessor de Rodrigues Alves, que desejava tê-lo ao seu lado, a serviço do país e da República¹.

O namoro dos republicanos com o grande advogado do abolicionismo e partidário da monarquia começara alguns anos antes, em 1899, quando Campos Sales sondava a possibilidade de um possível convite a Nabuco para que este fosse nomeado Ministro de seu Gabinete. Nabuco, por sua vez, manteve certa distância do aceno

¹ Carta de Campos Sales a José Carlos Rodrigues, em 3 de junho de 1900, lê-se: "Temos tido imenso desejo de aproveitar o Nabuco para a vaga de Corrêa. Você sabe quanto o considero e quais as minhas simpatias por ele. Acho que ninguém ocupará com tanta vantagem esse lugar de tão múltiplos interesses para nós (...)". Apud Luís Viana Filho, p. 300, nota 50.

presidencial, por considerar a aceitação deste convite uma traição aos ideais monarquistas, de que era partidário. A respeito desta traição, afirmava Nabuco numa carta ao sogro:

"Outros querem saber se eu aceitaria se fosse convidado, a esses limito-me a dizer que não gosto de figurar hipóteses improváveis. Realmente seria um cúmulo imaginar-se que o Campos Sales se lembraria de mim para ministro"².

Sobejamente conhecido como defensor da restauração do governo dos Orleans e Bragança, membro do partido Monarquista e leal combatente e amigo das lutas políticas do Império, Nabuco tinha razões para titubear diante da nova ordem que era implantada no país pelos Liberais. Começava, em 1899, a perder o "entusiasmo restaurador" e a sua "esperança da monarquia"³.

Tratava-se de uma cooptação a ser feita pelos republicanos que requeria enorme sutileza e tato. Não se tratava apenas de contratar um monarquista para cuidar de questões de limites territoriais. Tratavam-se

² Luís Viana filho, p. 234 (grifo meu, D.G.).

³ Luís Viana Filho, p. 236.

também de negociações que se davam nos limites das fronteiras políticas partidárias.

No entanto, o "improvável" acabou acontecendo. Dentro do maior sigilo, Nabuco entendeu-se com o Ministro Olinto Magalhães, a partir de 3 de março de 1899, aceitando o encargo de principal responsável pela questão de limites com a Guiana Inglesa. Não sem reservas, porém. O Ministro Olinto teve que acentuar, em seu discurso de convencimento, o "caráter apolítico do convite", para que as últimas resistências de Nabuco fossem dissipadas. O "serviço à pátria" deveria estar acima de tudo⁴.

Este aceite de Nabuco foi recebido com toda a sorte de julgamentos pelos monarquistas radicais, os "velhos", que o acusavam asperamente, por um lado, de "apóstata", e, por outro lado, "gigante de Rhodes": um pé na Monarquia e outro na República⁵.

⁴ Cf. Apud Luís Viana Filho, p. 239. Carta de Joaquim Nabuco ao Ministro Olinto Magalhães, em 5 de março de 1899; Carta a Tobias Monteiro, de Londres, em 3 de abril de 1901, Cartas, I, p. 100.

⁵ Cf. Jornal *O Comércio de São Paulo*, de 17 de março de 1899. Vide Luís Viana Filho, p. 241.

Naquele momento, era importante para o partido republicano e para a nova ordem política, que um homem como Nabuco estivesse do seu lado".

A questão de limites representava, já nos primeiros anos do século, um problema a ser resolvido diplomaticamente, evitando-se o confronto armado. Tratava-se de um litígio antigo entre os dois países.

Em 1841, o ministro inglês no Brasil, Mr. Ousley comunicou oficialmente a Souza Coutinho, então encarregado brasileiro de questões e assuntos diplomáticos, a nomeação de Sir Robert Schomburgk, para averiguar as fronteiras da Guiana Inglesa. Enviava, juntamente com este mandatário da Coroa Inglesa, uma autorização ao Governador do território britânico na América do Sul para reagir contra qualquer invasão estrangeira no território do Pirara. Schomburgk havia realizado uma viagem em fevereiro de 1839 ao território

⁶ Era o próprio Campos Sales, em 3 de junho de 1900, quem tomava a iniciativa de cobrar de Nabuco uma posição clara e definida diante do governo Republicano. Em carta a José Carlos Rodrigues, dizia: " (...) Há só uma coisa que me embaraça um pouco e você poderá concorrer para que isso desapareça. Terá ele [Nabuco] dificuldade em se manifestar de um modo positivo pela República, em vez de ser pela Pátria, como tem declarado até hoje? Não é esta uma questão sem valor. O plenipotenciário deve estar identificado com a política do governo da República, deve ser solidário com ela no fundo e na forma, até porque a insistência na outra fórmula poderia parecer que, no conceito dele, a República não representa bem, essa não é a genuína representação dos interesses da Pátria. Nessas coisas, a questão da forma sobe à categoria de questão de fundo. Demais, é preciso não deixar nuvens no espírito republicano, ordinariamente muito suscetível. Com a sua intimidade com ele, você não terá dificuldade em conhecer bem os seus sentimentos, neste particular, sobretudo, dada a lealdade do seu superior

das Guianas, sob os auspícios da *Royal Geographical Society*. Desta "expedição de fronteiras" resultou a publicação de "*A description of British Guiana*". Neste trabalho, Schomburgk manifestava a necessidade de delimitação de novas fronteiras para o território britânico, reivindicação que deu origem a todas as negociações de Limites da qual Nabuco acabou por ser finalmente, no início do século XX, o advogado brasileiro⁷.

A Guiana parecia ser uma nova zona de interesses do imperialismo britânico. Após quase um século de negociações bilaterais fracassadas, em 20 de dezembro de 1897, A. J. de Souza Corrêa depositava nas mãos de Lord Salisbury a *Memória* escrita pelo Barão do Rio Branco. A resposta do governo inglês veio com a proposta de 24 de maio de 1898. Nesta resposta, Salisbury afirmava que

"Um rápido exame da *Memória* agora presente ao governo de Sua Majestade será suficiente para demonstrar que os argumentos em que o autor se baseia para fortalecer as reclamações do

caráter. Portanto, você me prestará assinalado serviço ouvindo-o e comunicando o que tiver ouvido". Apud Luís Viana Filho, p. 300, nota 50.

⁷ Cf. *Journal of the Royal Geographical Society*, vol. X, pp. 230ss.

brasil podem ser contestadas de modo conclusivo"⁸.

Tendo como pretensões territoriais inglesas, a demarcação, segundo Lord Salisbury, deveria seguir "a linha divisória das águas entre o Essequibo, com o Rapunani, ao Norte e a Leste, e o rio Branco, com os seus afluentes do Sul e a Oeste", como "a mais natural divisão entre a Guiana Britânica e o Brasil"⁹.

A contraproposta de Rio Branco visava a seguinte demarcação:

"O rio Maú, desde a sua nascente até a foz do Morora (...); depois o Apikong, afluente do Morora; da nascente do Apikong à do rio Mora, afluente do Rupunani, o mais alto do terreno; em seguida, o rio Mora a sua foz, e o Rapunani desde essa confluência até a sua nascente principal"¹⁰.

Mas esta contraproposta não foi aceita pelos plenipotenciários ingleses. Concordaram as duas partes

⁸ Cf. Luís Viana Filho, p. 250, nota 14.

⁹ Cf. Luís Viana Filho, pp. 248 e 255, nota 14. *Question des limites du Brésil et de la Guyane anglaise. Soumise à l'arbitrage de Sa Majesté le Roi d'Italie*. Paris: Ducourticoux & Huillard, 1903, p. 1.

¹⁰ Cf. Luís Viana Filho, p. 258.

que a questão de limites seria resolvida por meio de arbitramento¹¹.

Nabuco, assumindo a direção dos trabalhos de Negociação, partiu para a Inglaterra em 3 de maio de 1899, chegando à Southampton em 20 desse mês. Seguiu imediatamente para Paris, encontrou-se com o barão do Rio Branco para que este último lhe pusesse à par da situação dos trabalhos da demarcação¹².

As negociações sobre a definição da arbitragem começaram com uma série de nomes: Oscar II, rei da Suécia; o Papa; o Imperador da Alemanha; o grão-duque de Bade. Nenhum dos nomes citados foi considerado adequado pelos litigantes, exceto o grão-duque de Bade.

Enquanto isso, foi pronunciado o veredicto sobre o arbitramento da questão de fronteiras entre a Venezuela e Guiana Inglesa, assunto de especial interesse para os três representantes brasileiros da questão de limites com a Inglaterra: Nabuco, Rio Branco, e A. J. de Souza Corrêa. A Inglaterra saíra vencedora da questão com a Venezuela. Ganhara força moral com a vitória. Tiraria

¹¹ Cf. Luís Viana Filho, p. 264, nota 23.

¹² Cf. Luís Viana Filho, p. 281, nota 2.

partido das mesmas táticas com que vencera a Venezuela, aplicando-as à questão com o Brasil¹³.

Nova rodada de negociações: em 1901, com dois anos se arrastando as negociações, surge novamente a impossibilidade de nomeação do grão-duque de Bade para arbitrar a questão, pois segundo o chanceler Olinto Magalhães descobrira, o grão-duque era "suserano" e não "soberano"; por esta razão não poderia arbitrar. Sugeriu-se, então, três nomes: o Presidente dos Estados Unidos, o Rei da Itália, ou o Imperador da Áustria. Ficou escolhido o nome do Rei da Itália, Vítor Emanuel.

Após a decisão do arbitramento, restava ser feita a redação da primeira Memória, que deveria ser entregue em março de 1903, e exigiria de Nabuco um enorme acúmulo de dados através de pesquisas em Arquivos europeus.

Colaborando estreitamente com Nabuco, Graça Aranha, foi enviado a Lisboa, por onde já haviam estado Mrs. Tilley e Georg Edmundson, encarregados da pesquisa da parte da Inglaterra. Aranha foi também enviado para

¹³ Idem, *ibidem*, p. 299 e 310.

Madri e Sevilha, com algumas "Instruções secretas" a cumprir¹⁴.

O "Artigo V" do Tratado firmado entre as partes litigantes em Londres a 6 de novembro de 1901 e melhorado de uma parte e de outra no Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1902, rezava que deveria ser apresentada uma Memória impressa por cada uma das

¹⁴ Idem, ibidem, p. 318. Nas "Instruções secretas", dadas por Joaquim Nabuco a Graça Aranha, quando este partiu para Lisboa, em abril de 1902, constam as seguintes ordens (trechos): "2) Demorar-se só o tempo indispensável para o desempenho da sua missão em Lisboa, que é:

a) Procurar uma pessoa capaz de fazer as investigações de documentos sobre (1º.) a posse, explorações, controle, relações de Portugal com índios, [e também comunicações, comércio e relações destes com holandeses] no Rio Negro, mais especialmente no Rio Branco, especialissimamente nos afluentes orientais deste; (2º.) sobre as relações entre Portugal e Holanda do meio para o fim do século XVIII, especialmente com referência aos seus limites comuns na Guiana, ver se alguma troca de explicações teve nunca lugar a respeito de tais territórios, se foram feitas observações por Portugal a respeito de intrusões de holandeses nos seus domínios do Rio Branco, ou pela Holanda a respeito de invasões portuguesas em S. Joaquim e a Leste de S. Joaquim; (3º.) sobre as relações de Portugal com a Inglaterra a respeito dos limites do território português, a procurar a série de garantias prestadas pela Inglaterra à Integridade do domínio português e aos Tratados que a pactuaram com outras Potências, e descobrir, sendo possível, qualquer prova de ter tido a Inglaterra conhecimento oficial dos tratados de 1750 e seguintes sobre a demarcação com a Espanha e mesmo com a França, interessando muito qualquer prova de solidariedade da Inglaterra com Portugal na questão das posses deste na Guiana, quanto ao Tratado de Utrecht e à negociações que derivaram deste até o século XIX já há provas; (...) (5º.) também interessam os livros ou publicações referentes ao caráter geral da colonização portuguesa, sobretudo em relação com as tribos indígenas e tratamento destas.

b) (...) todos os papéis relativos ao forte, tribos da vizinhança, rios do Contestado, comunicações dos holandeses, o mesmo em suma antes descrito como objeto de investigação, interessa, mesmo rios fora do Negro, para Leste, como o Trombetas, que se descrevam como dando entrada aos holandeses, ou servindo aos índios para se comunicarem com eles; sobretudo mapas do tempo colonial compreendendo esta região. (...) Descrição perfeita da carta mandada do Porto, como fazendo parte, creio eu, da narração de Ribeiro de Sampaio. Também o mapa dos Jesuítas de Évora. Onde estão arquivos de Jesuítas e Carmelitas portugueses? (...) Onde está a relação remetida sobre o rio das Amazonas por Gomes Freire de Andrade? (...) Seria possível descobrir-se qualquer coisa referente à viagem que fez um Manoel da Silva Rosa do Pará para Essequibo no século XVIII, pouco antes de 1740?

partes, acompanhada de documentos, de correspondência oficial e de outras provas sobre as quais cada uma se apoiaria¹⁵.

Nabuco, para realizar esta tarefa, e para provar a legitimidade dos direitos brasileiros sobre as ditas áreas em litígio, escreveu o volume: "*Le Droit du Brésil*". A primeira Memória foi entregue a Vitor Emanuel em 26 de fevereiro de 1903. Tinha oito grossos volumes¹⁶.

A principal finalidade do trabalho de Nabuco, na elaboração desta Memória, era demonstrar que

"Portugal explorou, fortificou, policiou, colonizou, e dominou **exclusivamente** o sistema inteiro do Rio Branco, de maneira que, sem exceção de algum de seus afluentes, ele sempre foi considerado como rio português. A Espanha, ela mesma, que tinha invadido esta região, reconheceu imediatamente depois, a possessão portuguesa; o mesmo reconheceu a Holanda, que jamais a

Ou mesmo quem era ele, que é dado como o 'secretário particular do vice-rei do Brasil'? (...)" Apud Cf. Luís Viana Filho, p.326-327, nota 35.

¹⁵ *Question des limites*, op. cit., p. 2.

¹⁶ Cf. *Catálogo do Arquivo Histórico do Itamarati*. Parte III, 1964. Acompanhavam o primeiro volume da Memória acima citada, sete volumes copiados e encadernados, que formam hoje o Arquivo da Missão Guiana-Brasil, parte do acervo do Arquivo Histórico do Itamarati.

invadiu; a Inglaterra, após a Holanda, a reconheceu também; e a França que, ultimamente, a contestou, viu sua pretensão rejeitada por sentença¹⁷.

Tratava-se de provar a ocupação portuguesa do rio Branco desde o período colonial, demonstrando a "antigüidade" da ocupação portuguesa do rio Amazonas e do rio Negro.

A *Réplica* foi escrita em seis meses, com Nabuco mudando de endereço para Cannes e depois para Challes-les-Eaux. Foi escrita em seis volumes. A *Tréplica*, escrita em seu retorno de Viena, custou três meses para ser concluída. Escreveu-a em Nice e em Marselha, com quatro volumes. Totalizaram, assim, dezoito grossos volumes, escritos em dois anos, a memória brasileira do litígio com a Inglaterra acerca do território da Guiana.

O que se passou a seguir trouxe muita decepção a Joaquim Nabuco. A comissão formada pelo árbitro tinha sido orientada pelo Rei Vítor Emanuel para dar razão ao pleito inglês, sendo a argumentação brasileira derrotada em 13 de junho de 1904. O rei se pronunciou a favor da Memória britânica.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 23 (grifos meus).

No entanto, com o trabalho de pesquisa histórica que o diplomata pernambucano havia cumprido para chegar a contento ao seu objetivo, se delineou a pesquisa histórica mais exaustiva e mais completa sobre a colonização dos rios Negro e Branco, entre os séculos XVI e XVIII, até então inédita, dentre todas as outras realizadas pela historiografia brasileira da época.

Nenhum outro estudo anterior se comparava a ela em volume e qualidade da documentação reunida. Por isso, esta pesquisa de Joaquim Nabuco passou a ser a referência obrigatória para todos os historiadores que quisessem narrar, comentar ou simplesmente compreender a história da colonização dos rios Negro e Branco.

Sob o ângulo político e diplomático, esta pesquisa de Nabuco também passou a ser a referência básica para os historiadores amazonenses a partir dos anos 20, pois ela definiu as interpretações oficiais e as posições institucionais do Estado brasileiro quanto ao processo de ocupação da zona em litígio.

Este dado é fundamental: as orientações diplomáticas e políticas da pesquisa de Joaquim Nabuco perpassaram e produziram grande parte do sentido *ontológico* e *histórico* da historiografia amazonense

posterior, de quem Arthur César Ferreira Reis é o grande representante a partir dos anos 30.

A pesquisa revelou um conjunto documental importante para a história da ocupação das bacias dos rios Branco e Negro. Trouxe muitas informações sobre as "sublevações" dos índios Manao do rio Negro e dos Macuxi do rio Branco; recrutamento dos índios para trabalhar nas vilas e povoados coloniais; sobre descimentos e resgates de índios, organizados cronologicamente; sobre escravidão indígena nas zonas dos rios Negro e Branco; sobre a política de construção de fortes; sobre conflitos de fronteiras e dados demográficos fragmentados e dispersos das povoações indígenas¹⁸.

Entre os documentos reunidos por Nabuco, se encontrava, inclusive, a carta etnográfica da região confeccionada pelo conde Ermano Stradelli. As críticas que foram feitas a esta carta demonstravam claramente a importância consagrada pelos intelectuais amazonenses às investigações realizadas pelas comissões de demarcações de limites brasileiras¹⁹.

¹⁸ Arquivo Histórico do Itamarati. Joaquim Nabuco: *Missões especiais; Despachos e notas: 1899-1905*. Rio de Janeiro, s.d.

¹⁹ Trata-se aqui do "Mapa Geográfico do Estado do Amazonas". Piacenza: V. Porta Editore, 1901, escala 1:2.222.000, delineado por Stradelli. Sobre este Mapa, escreveu Anísio Jobim: "Esteiando em seus conhecimentos de

Os usos historiográficos recentes desta documentação é o tema que passaremos a desenvolver em seguida. Os trabalhos historiográficos sobre o rio Negro e sobre a história da Capitania do Rio Negro foram definitivamente influenciados não somente pelas conclusões e pela pesquisa de Nabuco, mas sofreram também outras influências coevas provenientes de movimentos culturais e intelectuais que explodiram nos anos 20, como: o Modernismo paulista em algumas de suas vertentes e o movimento político dos anos 1930 no Estado do Amazonas. Ao mesmo tempo que houve uma apropriação renovadora do "indianismo" romântico presente na literatura do século XIX brasileiro, neste caso, direcionando-se a visão do índio para a formação de uma "identidade amazônica" que compactasse a sociedade regional.

geographia e cartographia, organizou um mappa do Amazonas, de que tirou duas edições. O trabalho do conde Stradelli não escapou às garras da crítica. Bento Aranha, um vivo indagador destes assumptos, mostrou-lhe os erros, dizendo que elle desconhecia as fronteiras da nossa nacionalidade com a Bolívia, Perú, Equador, Venezuela e Colômbia 'razão esta pela qual tirou os rios Apaporis e Tarahira, no Japurá, Tiquié e quasi todo o Uaupés, no Negro, no Brasil, e de mãos abertas deu-nos à Colômbia'. E accrescentava: 'A carta geographica do Amazona, do illustre conde de Stradelli, embora apadrinhada pôr nomes de proficientes geographos citados por elle, para servirem de fundamento aos seus trabalhos, pecca, todavia, **por não se ter baseado em outros scientistas de diversas comissões brasileiras de demarcação e limites**, principalmente na parte referente aos tratados celebrados entre os supra mencionados Estados espano-americanos e o Brasil' (Archivo do Amazonas, Vol. I, 1906)". Anísio Jobim informa sobre a existência de um "outro trabalho, de muito valor, onde se concretiza o seu sentimento artístico [de Stradelli, é claro], é o poema *Ajuricaba*, publicado no jornal O Correio do Purús (1898)". Cf. Anísio Jobim. *A intelectualidade no Extremo Norte*. Manaus: Livraria Clássica, 1934, pp. 62-63, respectivamente (grifos meus).

Contudo, antes de passarmos a estes aspectos da construção da historiografia sobre o episódio da Guerra portuguesa contra os índios Manao, faremos uma breve pausa para conhecermos os agentes intelectuais envolvidos na construção da memória da Ajuricaba e dos índios Manao, assim como o perfil social destes agentes.

Perfil da intelectualidade amazonense: anos 20 e 30.

Foi nas décadas de 1920 e 1930 que a historiografia sobre os acontecimentos coloniais no rio Negro e no Amazonas se estabeleceu, se instalou e ganhou força de ideologia fixadora de uma "identidade" regional.

As personagens envolvidas neste processo de afirmação cultural regionalista eram bacharéis, gente com formação de nível universitário (médicos e advogados), na sua grande maioria, exercendo as profissões mais requisitadas na época: eram praticamente todos empregados no Serviço Público, ou jornalistas engajados na política profissional. Se não eram empregados diretamente no Serviço Público, em algum momento prestaram este tipo de serviço.

As oligarquias controlavam a estrutura político-administrativa do Estado na região. Resulta disto que a

oligarquia era uma força política incontestável junto ao Governo estadual²⁰.

Muitos eram professores, com livros publicados. Livros que possuíam como tema de discussão ou de descrição, entre outras coisas, a Amazônia, o seu meio geográfico e sua história(ver Tabela 1).

Dai que um dos aspectos que mais se destaca na produção literária e científica destas personagens envolvidas com a produção de um pensamento sobre a Amazônia, é o papel predominante da *pesquisa histórica* e da *descrição geográfica*.

Complementado este interesse pela história, alguns destes intelectuais se destacaram por seus conhecimentos no campo etnográfico e no campo do folclore, como foi o caso de Ermano Stradelli e de Mário Ypiranga Monteiro, além é claro, de Alfredo Augusto da Matta, se considerarmos as suas pioneiras pesquisas no campo da "etno-botânica" e da "etno-farmacologia", todas com um fundo epistemológico cujos

²⁰ A partir dos anos 30 vemos uma recrudescência deste poder político das oligarquias na região. Contudo, elas se mantêm firmes e ativas até os anos 20, como quer WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia*, op. cit.

lastros são embasados na tradição predominante, à época, dos estudos de cultura de "folk" (ver Tabela 1)²¹.

Praticamente todos os intelectuais que produziram obras expressivas ou "volumosas" sobre a Amazônia e sua história, durante as décadas de 20, 30 e 40, pertenciam à duas instituições aglutinadoras daqueles que desejavam ingressar no círculo dos "homens de letras": O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e a Academia Amazonense de Letras (AAL).

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas havia sido fundado em 1917. O seu núcleo inicial de sócios era formado por Bernardo Azevedo da Silva Ramos, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Agnello Bittencourt, Henrique Rubim, Vivaldo Palma Lima e Manoel de Miranda Simões. Esta entidade cumpriu importante papel político de produção de conhecimentos históricos, interpretando a história do Estado e do país dentro dos cânones e diretrizes estabelecidas pelo organismo Central da rede de Institutos Históricos espalhados pelo Brasil, que ficava no Rio de Janeiro²².

²¹ Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados*. Campinas: Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP, 1996.

²² Cf. JOBIM, Anísio. *A intelectualidade no Extremo Norte*. Manaus: Livraria Clássica, 1934, p. 159.

Nascida no ano de 1917, manteve-se fiel à tarefa "cívica" de produzir uma reflexão sobre a sociedade amazônica, demonstrando que, também na floresta amazônica, as "três raças" construíram o Brasil²³.

A Academia Amazonense de Letras abrigava, pôr sua vez os literatos, poetas e romancistas, entre os quais encontravam-se também os historiadores. Em 1934 eram trinta os seus membros. Iniciando sob o título de "Sociedade Amazonense de Homens de Letras", foi inaugurada em 17 de Janeiro de 1918. Em 1933, ganhou novo prédio através de uma doação do Governo do Estado, que estava sob a Interventoria do capitão Nelson de Mello, o mesmo "revolucionário" Interventor que reativou, nos anos 30 o IGHA, e comprou toda a coleção do etnólogo Chrisanto Jobim e a doou ao Instituto²⁴.

Todos provinham de famílias de grandes proprietários de terras ou de grandes comerciantes da região. Mesmo com a crise da economia da borracha a partir de 1910, os filhos das oligarquias locais viajavam pela Europa, falavam e liam várias línguas com

²³ Quando analisamos alguns dos artigos e estudos publicados na revista oficial do IGHA nas décadas de 20 e 30, pudemos notar que todos eles se enquadram nos parâmetros definidos por Carl F. P. von Martius, num escrito de 1843, em que expunha sua idéias sobre a "História do Brasil". Cf. Carl F. P. von Martius. "como se deve escrever a História do Brasil", in *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Intr. De Max Fleiuss. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, pp. 85-107.

²⁴ Cf. JOBIM, op. cit., p. 121.

bastante fluência²⁵. Estas mesmas oligarquias enviavam seus filhos para estudar fora do Estado do Amazonas antes da criação da Primeira Faculdade de Direito do Norte do País, que foi instalada em Manaus, antes de ser criada a Faculdade de Direito em Belém.

Faziam parte deste grupo de intelectuais ligados ao IGHA e à AAL, homens diretamente envolvidos no processo revolucionário de 30. Álvaro Botelho Maia, nascido no Estado do Amazonas, advogado reconhecido e membro da Academia Amazonense de Letras, foi nomeado Interventor Federal e se instalou no Palácio Rio Negro no período entre 20 de novembro de 1930 e 10 de julho de 1931. Em 25 de junho de 1931, dissolveu o Tribunal de Justiça. Foi chamado a comparecer diante do governo Central da Revolução, no Rio de Janeiro, para ser repreendido pela iniciativa que havia tomado contra o poder Judiciário de maneira tão escandalosa. Não voltou atrás e por isso, foi substituído pelo Tenente Emanuel de Moraes, que ficou no cargo até 5 de agosto de 1931.

Álvaro Maia retornou ao Palácio rio Negro em 19 de fevereiro de 1935, através das eleições de 4 de fevereiro do mesmo ano. Permaneceu por mais de dez anos

²⁵ Idem, ibidem. Cf. SAMPAIO, Patrícia M. Melo. *Os fios de Ariadene: Tipologia de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus, 1840-1880*. Niterói: Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1993; WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na*

no poder, ou seja, até 7 de novembro de 1945, resistindo ao Golpe de 1937, quando foi nomeado Interventor Federal²⁶.

Álvaro Maia foi saudado em 1935, no "Editorial" revista dirigida por Francisco Benfica e Mário Ypiranga Monteiro, "Victória-Régia", com salvas e louvores entusiasmados. Esta revista veiculava muitos artigos deste Interventor e de Mário Ypiranga Monteiro, cujos títulos eram: "Ajuricaba", ou "Ayuricaba" (Ensaio para a Rhapsódia Selvagem), entre outros artigos cujo tom revelava a "coalizão" estreita entre os pronunciamentos da revista e o processo político que se debulhava nas ruas da Cidade de Manaus²⁷.

Todavia, a participação dos intelectuais no processo "revolucionário de 30" não se restringia à figura de Álvaro Maia. Outras personagens foram extremamente atuantes, como o professor de língua inglesa Carlos Mesquita, fundador da Revista

Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

²⁶ LOUREIRO, Antônio J. Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978, pp. 285-6.

²⁷ Cf. MAIA, Álvaro, "Elogio do Caboclo", in *Revista Victória-Régia*, Novembro de 1932, ano II, nº 10; EDITORIAL, "Álvaro Maia", in *Revista Victória-Régia* Abril de 1933, ano II, nº 13; MAIA, Álvaro, "Discurso Pronunciado no 'Ideal' em 10-05-1933", in *Revista Victória-Régia*, Maio de 1933, ano II, nº 14; MONTEIRO, Mário Y., "Ayuricaba (Ensaio para a Rhapsodia Selvagem)", in *Revista Victória-Régia*, Maio de 1933, ano II, nº 14; MAIA, Álvaro, "Ajuricaba (palestra)", in *Revista Victória-Régia*, Agosto

"Amazônida"; o advogado Waldemar Pedrosa, membro da Academia Amazonense de Letras, que foi Secretário Geral do Estado do Amazonas e Interventor no período de 14 de junho a 10 de outubro de 1932; ou ainda o próprio Arthur César Ferreira Reis, que durante o governo do Interventor Capitão Nelson de Melo (2 de março de 1934 a 190 de fevereiro de 1935) foi encarregado da função de Relator da Comissão de Delimitação de Limites dos Municípios do Estado do Amazonas, em Manaus, e publicou o capítulo "Ajuricaba", de sua "História do Amazonas", na revista "Redempção", de propriedade do agitador cultural Clóvis Barbosa²⁸.

A procura de um representante digno para a sociedade (leia-se: a elite política e intelectual) amazonense foi marcada pelas características que esta mesma elite queria imprimir ao seu projeto político local.

Temos poucas pesquisas sobre a vida política e cultural do Amazonas nos anos 30, que reflitam sobre o intercruzamento dos projetos políticos efetuados pelas elites e os outros grupos sociais, com as políticas

de 1933, ano II, nº 17; IDEM, (continuação), in *Revista Victória-Régia*, Outubro de 1933, ano III, nº 18.

²⁸ Cf. JOBIM, op. cit., pp. 101-102, 115-117, 145-146; LOUREIRO, op. cit., pp. 285-286; LINS, José dos Santos. *Seleta Literária do Amazonas (Com notas Biobibliográficas)*. Prefácio de Arthur César F. Reis. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, pp. 178-185.

culturais desenvolvidas por estes mesmos grupos. Vou, agora, ensaiar uma reflexão sobre temas que me parecem pertinentes para a discussão da construção da memória historiográfica da guerra Manao, desenvolvendo algumas associações e conjeturas que possibilitem a análise preliminar desses temas.

A "revolução de 30" foi objeto de vários estudos a nível nacional. Mas a maioria dos estudos existentes se preocuparam, sobretudo, em explicar o movimento de 30 nos eixos Rio - São Paulo - Minas Gerais e dedicaram-se pouco ou nada às formas de participação dos intelectuais nos movimentos de revolta urbana ou mesmo a sua análise destes movimentos. Preocuparam-se sobretudo em caracterizar as diversas formas de participação política em conjunções partidárias, ou ainda as formas de organização do Estado que advieram das transformações do contexto do movimento de 30, ou ainda as diferentes maneiras de estruturação da representação política derivadas da nova conjuntura.

Porém a situação geral é a de tomada de posição das oligarquias estaduais diante da revolução, "a seu favor ou contra ela (...) "²⁹.

²⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite Intelectual e Debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980, p. 49.

Bóris Fausto, em seu ensaio de interpretação historiográfico, comenta que "a revolução de 30, seja sob a forma indireta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma imediata de uma 'revolução do alto', não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política". Esta claro, para este autor, que o movimento de 30 foi o resultado de uma aliança entre os setores dissidentes da oligarquia paulista e os militares³⁰

Edgar De Decca, outro autor importante neste debate, pondo-se em confronto com a interpretação anterior do movimento, ou seja, a interpretação de Fausto, analisa o movimento de 30 como uma grande associação entre as "classes dominantes", para reprimir os avanços da união operária e das organizações de trabalhadores, que ganhavam dimensões crescentes e ameaçavam a ordem estabelecida, através da mobilização dos trabalhadores em torno do Bloco Operário e Camponês (BOC)³¹.

Alcir Lenharo foi o que chegou mais perto de uma análise um pouco mais ampla do ponto de vista do contexto cultural e político deste movimento. Sua idéia

³⁰ Cf. FAUSTO, Boris. *Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

é de que o movimento de 30 foi responsável, no nível psíquico e ideológico, pela introjeção de uma estratégia de "militarização" do corpo e do trabalho, ao nível do cotidiano, assim como no plano mais "ritualizado" e simbólico da vida social. Trata, este autor, de perceber um movimento extremamente eficaz de produção da ordem de controle dos trabalhadores, para a realização fascista dos interesses do Estado Nacional³².

Recentemente um Grande Seminário internacional sobre a Revolução de 30 se realizou sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas, com a participação de pesquisadores reconhecidos do mundo acadêmico. Um balanço do "estado da questão" feito neste Seminário nos conscientiza da situação de conhecimento ínfimo da própria realidade empírica do movimento político de trinta nos Estados do Norte do Brasil, como o Amazonas e o Pará³³.

Quanto ao Estado do Amazonas, apenas as pesquisas mais recentes de Eloína Santos ensaiam uma interpretação do movimento de 1924, porém, limitada ao envolvimento dos políticos profissionais e militares

³¹ Cf. DE DECCA, Edgar. 1930: *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³² Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986.

(tenentes). Ela analisa participação desses agentes sociais e políticos, chegando à seguinte conclusão: a atuação dos tenentes em Manaus ficou limitada ou condicionada pela sua dependência às facções oligárquicas regionais. Levando adiante a análise de Eloína Santos, percebemos uma continuidade, nos anos 1930, da política de alianças entre os militares (tenentes) que assumiram o governo do Estado em 1924, com as oligarquias amazonenses.

Lendo alguns textos escritos nos anos 30, publicados em Manaus, que relatam ou analisam a situação política do Estado, obtemos confirmações da assertiva enunciada no parágrafo acima. Amílcar Salgado dos Santos, por exemplo, escrevendo em 1931, relata que quando explodiu o movimento revolucionário de 30, o Estado do Amazonas desconhecia os acontecimentos que se passavam no sudeste do país. Circulavam boatos contraditórios sobre a situação do país, confundindo os cidadãos sobre a verdadeira realidade do que se passava no restante do Brasil.

Trata-se de um testemunho do isolamento em que se manteve o Norte do país durante a revolução de 30.

³³ A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: EdUNB, 1983.

Somente o serviço telegráfico da *Folha do Norte* veiculava as notícias dos acontecimentos no sul do país. Até o dia 23 de outubro de 1930, acreditou-se em Manaus, segundo este relato de Amílcar Santos, que Washington Luís continuava detendo o controle da situação e não teve notícias de que as tropas marchavam para o Norte³⁴.

Arthur César Ferreira Reis: a heroicização de um mito

Em 1931 Arthur César publicava em Manaus o seu primeiro livro, "História do Amazonas". Seu capítulo intitulado "Ajuricaba" é o que nos interessa agora. Ele segue os cânones estabelecidos pela disciplina histórica inspirada nas propostas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição da qual fazia parte juntamente com Agnello Bettencourt, como sócio correspondente.

Uma primeira versão de "Ajuricaba" havia sido publicada, no mesmo ano, no semanário "Redenção",

³⁴ Cf. SANTOS, Amílcar Salgado dos. *A "revolução brasileira" na Amazônia: notas para a história do Amazonas*. São Paulo, s.ed., 1931.

dirigido por Clóvis Barbosa. Esta versão não difere muito daquela publicada no livro³⁵.

A narrativa de Arthur Reis, está diretamente relacionada ao contexto intelectual no qual a produção deste historiador se formou. Arthur Reis interpreta, neste texto, os acontecimentos da primeira metade do século XVIII, no rio Negro, dentro dos critérios estabelecidos pela historiografia positivista, como já afirmei acima, seguindo as orientações hegemônicas na época, em termos de pesquisa e produção historiográfica, ditadas pelo *stablishment* do IHGB e do IGHA.

Arthur César Ferreira Reis é o primeiro a retomar, desde Joaquim Nabuco, o episódio das Guerras portuguesas contra os índios Manao. Ele dá-lhe um lugar especial na sua "História do Amazonas" e visita as fontes e estudos do abolicionista recifense. Antes de Arthur César, e depois de Nabuco, não há trabalho historiográfico sobre o tema que seja relevante ou que tenha influenciado decisivamente a construção de uma memória histórica sobre os Manao.

³⁵ Cf. REIS, Arthur César F., "Ajuricaba" (Capítulo do livro *História do Amazonas*, no prelo), in *Revista Redenção*, Manaus, 27 de junho de 1931, nº 26, pp. 6-7.

O episódio dos conflitos entre os índios Manao e os portugueses ficou cristalizado na historiografia do início do século. É um episódio fundador da ocupação colonial do rio negro no século XVIII. Deve ser analisado no contexto das mudanças políticas e intelectuais ocorridas após a revolução de 30, cuja repercussão chegou ao grupo de intelectuais engajados no estado do Amazonas. Houve uma releitura, neste momento, de todas as versões da história da região anteriores à década de 30.

Temos, então, a construção da figura heróica de Ajuricaba, que, de acordo com Reis, "a sua gente amava e temia", como aconselhava Maquiavel ao seu "Príncipe". Segundo a descrição de Arthur Reis, ele possuía as qualidades perfeitas para liderar a "maior confederação ameríndia da Amazônia".

Pertencia a uma linhagem de antigos *tuxauas*, era disputado por índias de tribos da região e, como um herói saído dos romances de José de Alencar ou dos poemas de Gonçalves dias, o Ajuricaba de Arthur Reis possuía todos os adjetivos apreciáveis de um guerreiro. Neste sentido, quero esclarecer minha posição de que é justamente a veia indianista do romantismo Brasileiro que está fundamentando a construção do ufanismo

amazonense na criação historiográfica de Ajuricaba e dos índios Manao, que o acompanham.³⁶.

Figura indomável, toda a ação de Ajuricaba é descrita por Arthur Reis como um ataque frontal aos domínios e à posição portuguesa na região.

"Correndo a grande artéria, entrando pelos lagos, furos, paranás, afluentes, correndo o vale do rio Branco, ia levando a destruição até aldeamentos de ameríndios, quando os sabia aliados aos portugueses".

Eis uma margem criada por Arthur Reis para caracterizar a personalidade de Ajuricaba, que em grande parte é produto da interpretação que deseja imprimir a um ancestral fundador da sociedade regional amazônica na qual vivia.

Os Manao e as "origens" do homem amazonense

A narrativa de Arthur Reis sobre a ocupação portuguesa do rio Negro é, claramente, uma expressão

³⁶ Cf. os excelentes artigos de AMOROSO, Marta Rosa e SÁEZ, Oscar Calavia. "Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu", in Aracy Lopes da Silva & Luís Donisete Benzi Grupioni (orgs.). *A Temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 237-256; e BOSI, Alfredo. "Um mito sacrificial: o Indianismo de Alencar", in *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 176-193.

devota dos propósitos coloniais lusos, que impregna todas as páginas do livro. Seu interesse maior é contextualizar a narrativa do episódio da destruição dos índios Manao dentro do quadro da história institucional da colonização, para o qual vai buscar elementos nas pesquisas de Joaquim Nabuco, acima referidas.

O historiador tem interesse explícito em relacionar presente e passado da sociedade amazonense, não deixando, com isso, de cumprir com seu dever de membro da classe política e intelectualmente dominante do Estado do Amazonas, comprometido com as mudanças do período pós 30.

Justamente neste momento, os intelectuais do grupo a que pertencia Arthur Reis se articulam em torno de valores como o regionalismo, dispensando maior atenção à cultura e ao homem nativo da Amazônia — em especial do rio Negro — , buscando estes valores no passado. Neste sentido estavam "inventando tradições"³⁷.

Podemos dizer, inclusive, que, como um tema de sua História do Amazonas, "Ajuricaba" perseguia o mesmo ideal de José Veríssimo, intelectual que algumas

décadas antes havia proposto uma interpretação da Amazônia que valorizava, por via da "ciência", a cultura do índio que parecia fadado ao desaparecimento³⁸.

Os Manao servem, na descrição de Arthur Reis, a uma dupla finalidade: de um lado, realçam a vitória portuguesa e, de outro, são instrumento do resgate das "origens" civicamente elogiosas do homem amazônico.

Passamos a seguir à análise destes dois aspectos, resumindo a versão de Arthur Reis e apresentando alguns dos pontos-chave da narração do episódio.

Os índios Manao são descritos como "indômitos" e "superiores", numa clara referência ao valor duplicado da conquista portuguesa no rio Negro. "Custosa" a vitória, mais valorizados os esforços dos europeus conquistadores: vencer índios corajosos potencializou o significado da derrota a eles imposta pelos portugueses.

Na seqüência desta argumentação, comenta Arthur Reis:

³⁷ Cf. HOBSBAWM, Eric & RENGGER, T, *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Cf. também o artigo de MAIA, Álvaro, "Elogio do Caboclo", in *Revista Victória-Régia*, Novembro de 1932, ano II, nº 10.

³⁸ Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados*. Campinas: Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP, 1996.

"Povo, inegavelmente, superior a quantos correram a bacia, o elogio dele está no respeito com que o olhavam as autoridades régias, consubstanciada essa atitude pelo governador Maia da Gama quando afirmou que sem temor zombava dos soldados de Portugal"³⁹.

No contexto da narrativa de Arthur Reis, o "elogio" dá maior sabor à vitória sobre os Manao refratários a qualquer subserviência. Manifesta-se aqui uma clara estratégia de interpretação do papel dos Manao no processo de ocupação português da região do rio Negro, que a dignifica ainda mais. A "zombaria", o "pouco caso" feito pelos Manao em relação aos portugueses dá a idéia do orgulho "nativo", qualidade extremamente valorizada no discurso dos intelectuais amazonenses da década de 30. Ajuricaba tem psicologia semelhante à de Peri.

Logo no segundo parágrafo, antes do trecho citado acima, Arthur Reis chama a atenção do leitor para uma rápida panorâmica das características étnicas dos Manao. Fornece dados sobre a localização tradicional de suas aldeias, "crenças" e conflitos com outros grupos

³⁹ Cf. REIS, Arthur C. F. *História do Amazonas*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 93.

da região, como os Baré, do baixo rio Negro, seus vizinhos⁴⁰.

O historiador amazonense não cita as fontes etnográficas em que se baseia, mas refere-se aos estudos de Joaquim Nabuco, assumindo praticamente toda a versão do episódio elaborada por este jurista⁴¹.

Os primeiros contatos dos Manao com os europeus são descritos por Arthur Reis como repletos de altos e baixos, culminando, no princípio do século XVIII, com a resistência à escravização cada vez mais freqüente, através da formação de uma "Confederação" que integrava os Manao liderados por Ajuricaba e os Mayapena, habitantes do rio Curicuriari, afluente da margem esquerda do rio Negro⁴².

Esta associação entre diferentes grupos indígenas será repetidamente citada por todas as versões seguintes da guerra contra os Manao. Representa uma aliança politicamente eficaz e mencionada pelas autoridades coloniais como razão altamente justificadora da guerra justa, o Regimento de Guerra e tropas de resgates do rio Negro de 1726.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Idem, *ibidem*, nota 2.

⁴² Idem, *ibidem*.

Holandeses

Há também a ligação de Ajuricaba com os holandeses, principal ameaça estrangeira à ocupação portuguesa da área rionegrina durante a primeira metade do século XVIII. Arthur Reis , ao basear-se na documentação reunida por Joaquim Nabuco para os seus trabalhos de demarcações de limites, definiu esta ligação como um dos temas recorrentes da história do contato interétnico na região.

Com uma perspectiva fundamentada na correspondência do Governador Maia da Gama com a Metrópole, Reis narrou a guerra Manao em parte como um conflito diplomático - uma vertente importante na sua produção intelectual na qual a justificação dos direitos brasileiros foi um objetivo constante.

Por esta razão, Arthur Reis, ao contar a história de Ajuricaba e dos índios Manao, se debateu com perguntas como:

"Ajuricaba foi traidor? Ajuricaba manteve aliança com os holandeses? Eis a grande questão"⁴³.

Acusado de atacar as aldeias carmelitas, de matar um índio aliado dos portugueses e um cabo de tropa de

resgates e, além disso, declarado culpado de aliança com os holandeses pela devassa feita sob ordem da Junta de Missões de 1727, o "tuxáua" Manao foi "inocentado" por Arthur Reis no contexto da história geopolítica da Amazônia, contada do ponto de vista português: a bandeira holandesa que exibia ao longo do rio Negro em seu barco, fazendo afronta aos portugueses, não tinha sido presente dos holandeses, mas sim "arrebataada" das mãos dos índios "Caraíbas"(?), com quem tinham mantido relações guerreiras em 1723⁴⁴.

O comércio dos Manao com os holandeses é fator importante desta narrativa. No texto de Reis, é através do comércio que os "cobiçosos" holandeses ameaçam a soberania portuguesa na região. Arthur Reis enfatiza este aspecto da história da ocupação do rio Negro, com base, novamente, na documentação coligida por Nabuco.

"Devassando o interior do estabelecimento, esses holandeses procuraram, com êxito, firmar domínio, talvez na esperança de abocanhar mais tarde a Amazônia, sobre cujo território lançam olhares *cobiçosos*, já tentando posse através dos fortins e postos comerciais às margens do rio-mar, da boca do Xingu

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 100.

ao Tapajós. Em entendimento amistoso com os nativos, que ordens rigorosas mandavam ser bem tratados, deles obtinham facilidades, vantagens para as penetrações"⁴⁵.

Este comércio é descrito como parte de um conjunto estratégico de ações que visavam a expansão territorial, dentro da qual os índios aparecem como "marionetes", ou seres sem qualquer consciência de seus atos, fantoches de um jogo entre forças contrárias poderosas, representadas pelos europeus, no caso, holandeses e portugueses.

Arthur Reis precisa salvar a figura "ilibada" do "grande tuxaua Ajuricaba", por isso tenta provar que ele foi a verdadeira vítima de um "complô" contra a sua pessoa, que usou a sua liderança diante dos outros grupos de índios da região do rio Negro para abocanhar mais territórios e mais escravos para as plantações e as vilas coloniais do Grão-Pará. Não havia comércio dos Manao com os holandeses; os portugueses foram "injustos" em declarar os Manao culpados de traição, tudo por sua cobiça e fome de escravos. Então a pergunta: os índios Manao eram aliados dos holandeses?

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 101, nota 22.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 100.

"A acusação, percebe-se, foi *arranjada* para que em Portugal houvesse fácil aprovação à guerra, pretendida, quase que exigida pelos sertanistas e comerciantes, impedidos de lucros avultados enquanto os Manaus estivessem em armas"⁴⁷.

Arthur Reis conclui seu capítulo com a acusação ao ouvidor Ribeiro de Sampaio de que ele "deu curso à inverdade" a respeito de Ajuricaba e dos índios Manao, quanto ao pretenso comércio que mantinham com os holandeses.

Todos os outros cronistas só fizeram arremedar o ouvidor, sem preocuparem-se com a verdade. E a verdade, diz o historiador amazonense, é que Ajuricaba é

"um guerreiro ilustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade da América. Este o título a que tem direito"⁴⁸.

Alfred Métraux e os primeiros ensaios de etno-história Manao.

⁴⁷ "Ajuricaba, escreveu Joaquim Nabuco, é um nome inteiramente desconhecido dos holandeses, seus pretensos aliados. O voto do padre da Companhia de Jesus, Reitor do Colégio, contra a guerra é a melhor prova de que não havia realidade nessa idéia de aliança com os holandeses. A acusação era a melhor que os sequiosos traficantes podiam empregar para obterem a autorização régia para as suas guerras de escravização; pôr isso a levaram". Idem, *ibidem*, p. 102.

Em 1928, Alfred Métraux publicava sua obra principal: *"A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos Tupi-Guarani"*.

Trata-se de um pioneiro estudo de caráter etnológico que fazia uso de fontes quinhentistas e seiscentistas para "reconstituir" as crenças e ritos dos "tupi-guaranis" nos séculos XVI e XVII⁴⁹.

Na opinião comum dos especilistas "tupinólogos", este estudo sobre a religião dos tupinambás deve ser visto como uma continuação dos estudos sobre *"la Civilization Matérielle des Tribus Tupi-Guarani"*, também editada no ano de 1928, em que o etnólogo francês investigava a área original de dispersão dos Tupi-Guarani, baseando-se no método de comparação dos traços de cultura material. Sobre isso, afirma Herbert Baldus que

"De certo modo, o presente livro [A religião dos tupinambás] completa '*La civilization matérielle*', do mesmo autor, sendo tão necessário para o estudo da cultura espiritual dos Tupi como esta última obra é indispensável

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 102.

⁴⁹ Cf. Alfred Métraux. *La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani*. Bibliothèque de l'École des Hautes Études, sciences religieuses, vol. XLV, Paris, 1928 (edição brasileira: *A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*).

para conhecer sua cultura material"⁵⁰.

Aluno de Marcel Mauss, mas bastante influenciado pelas pesquisas de Curt Nimuendajú, Métraux baseou seu estudo tanto no material dos cronistas quanto em fontes mais recentes.

Fixou os grandes temas de estudo da mitologia Tupi-Guarani, analisou a cosmologia e isolou os dois grandes complexos emblemáticos dos Tupi-Guarani: "a antropofagia ritual, e o tema da Terra Sem Males como motor do profetismo"⁵¹. Eduardo Viveiros de Castro sublinha a seu respeito que:

"Cabe a Métraux, de qualquer forma, o mérito de ter apontado a notável continuidade entre as culturas Tupi-Guarani estudadas in situ por etnógrafos contemporâneos e a imagem da sociedade Tupinambá deixada pelos cronistas.

Prefácio, tradução e notas do Prof. Estêvão Pinto. *Brasiliana*, vol. 267, São Paulo: Ed. Nacional, 1950).

⁵⁰ Cf. Herbert Baldus. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo, 1954, p. 451.

⁵¹ Cf. Eduardo Viveiros de Castro. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS, 1986, p. 84.

Porém Métraux não é somente o grande especialista pioneiro dos estudos sobre a sociedade tupinambá. Ele foi também quem iniciou os estudos sobre os Manao.

Em 1939-40, ele ocupava a cátedra de Professor Visitante em Yale e passou, neste mesmo período pela Fundação Guggenheim (1940-41), antes de tornar-se membro do Bureau of American Ethnology, do Smithsonian Institution⁵².

Não conhecemos os índios Manao. Não temos, no momento, referências sobre a sua organização social e religião, conhecemos muito pouco da língua que eles falavam⁵³.

Ainda que Alfred Métraux tenha deixado um capítulo do *Handbook of South American Indians*, em que descreve

⁵² "Estes anos passados no Smithsonian Institution foram, para Métraux, particularmente fecundos sob o plano das publicações. Ele gastou notadamente uma parte predominante na preparação dos artigos para o *Handbook of South American Indian*, monumental enciclopédia que atualizava o conjunto dos conhecimentos acumulados sobre os Índios da América do Sul. Para a redação de suas numerosas contribuições ao *Handbook* e de numerosos outros artigos, Métraux fez um magistral balanço de vários anos de trabalho, tanto em campo como de gabinete, concernentes às populações indígenas da América do Sul". Cf. MÉTRAUX, Alfred. *Itinéraires 1 (1935-1953)*. Paris: Payot, 1978, pp. 126-127.

⁵³ Sobre a língua Manao encontrei dois documentos, quando o texto desta dissertação já estava pronto. Um deles é o vocabulário contendo 150 palavras da língua Manao, coletadas pelo viajante Johann Baptiste von Spix no século XIX, e publicadas no livro de Karl Friedrich von Martius, "*Glossaria Linguarum Brasiliensium*". O outro documento é a "Doutrina christa'a pella Lingoa dos Manaos" (c. 1740). Existem somente duas análises lingüísticas destes dois documentos: GOEJE, C.H. de. "La Langue Manao", In *Actes du XXVIIIe. Congrès International des Américanistes*, Paris, 1947 e BRINTON, D. "A text in Manoa dialect", In *Proceedings of American Philosophical Society*, vol. XXX, pp. 78-82, jan. 1892. No entanto, nenhum

a sociedade Manao, tudo o que ele desenvolveu sobre esta etnia, constitui-se de uma projeção dos conhecimentos etnológicos gerais, então disponíveis, sobre os índios Arawak do médio Amazonas, como: os Pasé, Cauishana, Jurí a Uainumá. Métraux generalizou as informações etnológicas disponíveis para estes grupos de língua Arawak em proveito da reconstituição do modo de organização social dos Manao, para reconstituir um modelo organização social e religiosa dos mesmos índios Manao que acabou por apresentar-se estático e mesmo *anacrônico*.

Levando-se em consideração este modelo, a sociedade Manao, ou mesmo a história dos membros desta etnia, ou ainda dos líderes Manao, não pode ser entendida em sua dinâmica interna e na sua historicidade.

Não pode ser compreendida em suas interações e contatos com as outras sociedades indígenas que compunham a população do rio Negro, e nem com os europeus que lá chegaram a partir do século XVII.

Eis que o trabalho de Métraux é louvável, mais insuficiente para fazer-nos compreender a sociedade Manao em sua historicidade.

dos textos tem a preocupação de estudar os documentos dentro de um quadro histórico, o que pretendo fazer proximamente.

Considerações finais do Capítulo

Ensaíamos uma interpretação do processo de construção da memória historiográfica e etno-historiográfica da guerra dos índios Manao. Procuramos, na medida em que as fontes ofereceram a possibilidade, procurar as conexões entre um grupo de intelectuais amazonenses com o movimento político dos anos 30 no Estado do Amazonas.

Vimos como surgiram duas instituições ao redor das quais circulavam os intelectuais amazonenses, tomando iniciativas, a partir dos anos 30, de desenvolver uma produção historiográfica capaz de dar conta das necessidades políticas criadas com a revolução de 30 no Estado do Amazonas.

Vimos que o clima intelectual e cultural que reinava no Estado era de extrema agitação e que, é verdade que haviam alguns poucos representantes da vertente antropofágica do modernismo paulista que poderia influenciar na construção da imagem dos índios Manao, ligando-a ao sentido mais criativo e ligado ao "caráter nacional brasileiro", representado literariamente pelo Macunaíma de Mário de Andrade, o "herói sem caráter", criativo e inconseqüente, representante máximo da antropofagia cultural

brasileira; por outro lado, a vertente literária que acabou predominando foi a antigo "indianismo" romântico do século XIX, presente também nas criações literária, de Gonçalves Dias, e histórica, de Capistrano de Abreu.

Arthur César Ferreira Reis foi o homem que, baseando-se nas pesquisas e também nos critérios políticos e diplomáticos de Joaquim Nabuco, com extrema habilidade, proclamou heróis e não traidores da Pátria, os índios Manao e Ajuricaba. Ajudou, por conseguinte, a produzir a imagem reificadora da identidade amazônica local, dando vazão tardiamente ao "mito de fundação da amazonidade".

Conclusões

Neste estudo ensaiamos uma interpretação do processo de construção da memória historiográfica sobre os índios Manao do rio Negro e o seu conflito contra os portugueses e holandeses, durante os anos 20 do século XVIII, em que se viram envolvidos.

A historiografia ocidental não forma um bloco homogêneo e único, que se poderia opôr à realidade objetiva. No interior da produção historiográfica observamos diálogos ou mesmo oposições que devem ser consideradas na crítica ao seu processo de constituição. Dessa maneira, convém distinguir uma produção historiográfica colonial de dimensão européia e uma produção nacional, com variações regionais, dentro das quais estudamos o caso amazonense dos anos 20, 30 e 40.

As perspectivas abertas por estas diversas vertentes historiográficas evoluíram com o tempo. Paradoxalmente, foram os primeiros tempos os que mobilizaram mais a atenção internacional. A visão elaborada nos documentos sobre os Manao a partir das intervenções dos ingleses, dos holandeses ou mesmo dos portugueses, os situava, àquela época, ao centro de um

contexto internacional de disputas coloniais acirradas. Era justo nas fronteiras territoriais entre as diversas colônias européias instaladas na Amazônia, que se situava o território Manao. E foi justo na confluência destas fronteiras que se produziu uma relativamente volumosa documentação oficial, provinda das instituições coloniais, em confronto naquela zona da América do Sul. Portanto, foi no interior de meios sociais e instituições internacionais que surgiram os discursos sobre os Manao. Exemplo disso, é a corte da Inglaterra, a Cia. de Jesus, a Cia. Holandesa. Durante a época colonial a história de "Manao" constitui um objeto de reflexão a algumas das principais nações européias. Daí a riqueza e a diversidade da informação.

No século XIX, a história dos Manao, perdeu a importância, que tinha no fim do século XVI. Politicamente, ela se tornou um objeto de reflexão para uma elite regional, a elite amazonense. E cientificamente ela apenas interessa a um grupo extremamente restrito de pesquisadores. Neste segundo momento, este conjunto de fontes históricas foi explorado pela historiografia brasileira, desde as pesquisas de Joaquim Nabuco, como demonstramos, e continua a ser utilizado para a reflexão sobre o

processo histórico de contatos entre brancos e índios na Amazônia.

Nestas condições convém estudar não somente a articulação entre os fatos e as representações historiográficas, mas também precisar as articulações e as bifurcações do discurso historiográfico, estudados na *longue durée*, no sentido braudeliano do termo.

Deste vasto material surge de maneira insistente uma questão histórica até hoje pouco estudada: a dimensão propriamente política da história dos índios Manao. Não é casual que a guerra contra os estes índios tenha sido detonada a partir da morte de "Carunamã", chefe aliado dos portugueses, como foi narrado no primeiro capítulo desta dissertação. Não é casual que a figura de Ajuricaba tenha chamado tanta atenção. Atualmente, Ajuricaba resurge e volta à pauta de discursos inflamados das organizações indígenas do rio Negro, como símbolo da identidade dos índios desta região.

Certamente, não queremos limitar a pesquisa a um leitura da historiografia sobre o caso Manao. Chama a nossa atenção a necessidade de conhecer melhor os aspectos políticos da história Manao, sobre os quais as fontes podem oferecer muitas outras informações. Na

época colonial, o papel das chefias indígenas é fundamental dentro da relação entre as sociedades indígenas e os europeus. Neste sentido, observamos preliminarmente, que os colonizadores europeus, sejam os portugueses, os ingleses, os espanhóis ou os franceses, instalados na Amazônia entre o século XVII e o XVIII, todos eles tiraram partido militar e comercial das redes políticas indígenas e se esforçaram por instrumentalizar as hierarquias internas e as posições de poder que existiam no seio das sociedades indígenas que existiam no momento de sua chegada. Estas intervenções produziram a recomposição dos sistemas políticos indígenas antes dominantes, e estabeleceram as *chefias indígenas* como mediadores preferenciais para o diálogo sócio-político, comercial ou simbólico. Tal é o caso de Ajuricaba, referenciado e identificado nos documentos portugueses, juntamente com outras lideranças indígenas.

Em nossa maneira de ver, a figura do chefe Ajuricaba sintetiza a dupla perspectiva de nossas pesquisas, ou seja, a vertente historiográfica e a história antropológica das sociedades indígenas da Amazônia.

Para exprimir este caminho de mão dupla entre o passado e o presente, entre os mitos indígenas e portugueses, ninguém melhor do que o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que escreveu certa vez:

"O que na verdade é mais celebre na historia do Ajuricaba, é que todos os seus vassallos, e os mais de sua nação, que lhe tributavam o mais fiel amor, e obediência, com a ilusão, que fazem na fantasia estas razões, parecendo-lhe quase impossível que ele morresse, pelo desejo que conservavam da sua vida, esperavam por ele, como pela vinda de El Rei D. Sebastião esperam os nossos sebastianistas"¹.

Talvez jamais tenha imaginado o ouvidor Sampaio quão duradoura e perene continuaria sendo a sua observação. Os mitos foram feitos para sempre renascer... e para estimular as pesquisas históricas.

¹ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typographia da Academia, 1825, p. 112.

Apêndices

Cronologia de expedições portuguesas ao rio
Negro¹.

1628 - Cochado poderia ter entrado no rio Negro?

1638 - (primeira viagem de Teixeira); é possível que tenha entrado no rio Negro?

1639 - Encontramos no padre Acuña a idéia de fortificar o braço do rio Negro, que se supunha comunicar-se com o rio de Felipes, isto é, com uma das entradas do Amazonas mesmo. Acuña escreveu sob a inspiração de Pedro Teixeira e sua idéia era a mesma do chefe da expedição. Ela mostra, desde esta época, o pensamento de tratar a bacia do Rio Negro como uma unidade política, na causa da defesa e da posse exclusiva do Amazonas. Que o Padre Acuña pensasse na Coroa da Espanha e Pedro Teixeira pensasse na Coroa de Portugal, isto não altera nada a idéia de que a bacia inteira devia ser protegida e defendida contra o estrangeiro. Estas Coroas estavam unidas à época da expedição e cabia ao Rei da Espanha dividir entre elas as conquistas.

1645 - La Condamine escreve em seu diário de viagens em 1745: "O Rio Negro é freqüentado pelos portugueses a mais de um século."

1649 - Expedição de Bartholomeo Barreiros de Athaide a procura do rio do ouro ou "Lago Dourado". Bartholomeo se ocupa sobretudo da captura de escravos índios. De

¹ Esta cronologia se baseia naquela elaborado por Joaquim Nabuco, e que

retorno a Belém, Bartholomeo mostrará aos colonos que o rio Negro era o lugar do principal manancial fornecedor de escravos da Amazônia.

1657 - Primeira entrada dos jesuítas portugueses no rio Negro: expedição dos padres Francisco Veloso e Manoel Pires (Serafim Leite, Bettendorff).

1658 - Expedição dos padres jesuítas Manuel Pires e Francisco Gonçalves. Retornam com 600/700 índios declarados escravos legítimos de corda. Segundo o padre Vieira, o padre Francisco Gonçalves atravessa com um grande número de canoas, pelo rio Amazonas, por todas as Capitanias do Pará, partindo de S. Luís do Maranhão. Pela primeira vez a captura se faz regularmente (conforme a legislação do período), tendo os resultados de sua tropa de resgates servido aos "pobres" do Estado do Grão-Pará. Tradução do texto de J. Nabuco (second Mémoire, vol. III, p. 29): "Depois da viagem de Pedro Teixeira, se pode dizer de certa maneira, que os portugueses não perderam jamais o contato com o rio Negro, onde antes de Pedro Teixeira, suas embarcações tinham penetrado com o piloto Antônio Vicente Cochado" (Southey, Serafim Leite).

1661 - Diz Berredo, que em 1661, o rio Negro (?) foi de tal forma arrasado pelas Tropas de resgate, que a Câmara do Pará afirmava numa representação ao Padre Vieira, justificando a necessidade de uma nova Tropa, que não entrariam em regiões já visitadas. Solicitava a compreensão do jesuíta para a necessidade de realização de novas tropas e que ele não se mostrasse "avaro dos

sertões" conquistados para "a glória de Deus e de Sua Majestade" (Berredo, § 1032).

1664-1668 - Berredo menciona que Pedro da Costa Favella foi enviado pelo Governador Antônio de Albuquerque ao rio Negro com uma numerosa Tropa de resgates. Ribeiro de Sampaio afirma que Antônio de Albuquerque viajou nesta expedição acompanhado pelo Padre Theodósio das Mercês, se servindo da intermediação dos índios "Aruaquizes" na redução dos índios Taromazes do rio Negro. Favella visitou o rio Negro depois da expedição de Pedro Teixeira, durante a sua expedição de 1664, depois, em sua expedição de 1668. Tradução do texto de J. Nabuco (second Mémoire, vol. III, p. 29): "Nós não possuímos, entretanto, qualquer documento que pudesse nos esclarecer sobre este período, a saber: os relatos do Chefe dessas expedições ou aqueles do missionário. O Padre Theodósio teria provavelmente sido encarregado de acompanhar as duas expedições de Favella (Berredo, § 1166).

1666 - Construção da Fortaleza de São José da Barra do rio Negro

1667 - neste ano Antônio de Albuquerque Coelho, Governador Geral do Estado do Grão-Pará, enviou ao interior a Antônio Pacheco de Madureira, para fazer voltar todas as Tropas que se encontravam ocupadas com resgates, pois agiam ilegalmente. Entre as tropas que retornaram, estavam as de Estevão de Aguiar da Costa, capitão do Forte de Gurupá, e de Antônio de Oliveira. Junto com eles desceram pelo rio alguns chefes indígenas do rio Negro para falar com o Governador sobre as "vexações" a que tinham sido submetidos pelos

portugueses que os escravizavam (J. Nabuco, *second Mémoire*, vol. III, p. 30).

1686 - Campanha de Hilário de Souza contra os tupinambaranas. Completa sujeição dos índios do rio Negro aos portugueses. Frei Domingos Teixeira afirma, em sua biografia de Gomes Freire de Andrade, que uma vila indígena tinha sido atacada por um grupo inimigo de índios e que Hilário de Souza ofereceu uma recompensa a quem denunciasse os culpados. A averiguação foi feita e o castigo recaiu sobre dois chefes indígenas que habitavam no rio Atumá. Eles foram presos e vigiados pelos outros chefes que permaneceram fiéis aos portugueses. Tradução do texto de J. Nabuco (second Mémoire, vol. III, p.31-32): "Estes vigilância armada dos portugueses produzia grande impressão nos nativos da região. Os Holandeses jamais enviaram expedições militares ao Essequibo, do gênero destas expedições portuguesas de Pedro Teixeira, de Costa Favella, de Hilário de Souza, de Belchior Mendes, nem de grandes Tropas de resgates como as de Manoel Braga, de Lourenço Belfort. De mais a mais, esta expedições difundiram entre os índios a fama do poder português".

1689 - o Padre Fritz encontra, na vila de Urubú, às margens do rio homônimo, o Capitão-Mór André Pinheiro acompanhado do padre João Maria Garçone (Garzoni), da Companhia de Jesus, e sua Tropa de resgates que havia chegado do rio Negro (Fritz).

Tabela 1
Intelectuais Amazonenses (1920-1939)

NOMES	NATURALIDADE	FORMAÇÃO (ATIVIDADE)	INSTITUIÇÕES	CARGOS (ANO)
Agnello Bittencourt	Amazonas	Professor	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) Institutos Históricos e Geográficos do Pará, Ceará, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro	Sócio fundador e Presidente (1931-1950) Sócio Correspondente
			Academia Amazonense de Letras (AAL)	
			Ginásio Amazonense	Professor
Alcedo Marrocos	Pernambuco	Direito		
Alfredo Augusto da Matta (*)		Medicina (Botânico, Higienista)	IGHA	Presidente (1929-1931)
			AAL	Membro
Alvaro Botelho Maia (*)	Amazonas	Direito (Interventor do Gov. "Revolucionário" de 30)	AAL	Membro fundador
André Vidal de Araújo	Pernambuco	Direito, Filosofia	IGHA	Sócio
			AAL	Membro
			Faculdade de Filosofia da Univ. do Amazonas	Diretor
			Comissão Nacional de Folclore	membro
Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt	Amazonas	(?)	IGHA	Sócio fundador e Presidente (1920-1923)
Antônio Jobim	Alagoas	Direito (Desembargador)	IGHA	Presidente interino (1948)
			AAL	Membro
Apriégio Martins de Meneses	Bahia	Medicina (Poeta, Jornalista)		
Arthur César Ferreira Reis (*)	Amazonas	Direito (Historiador do Estado do Amazonas, da Cidade de Manaus, da Amazônia, Professor, Jornalista)	IGHA	Secretário (1934) e Sócio
			Jornal do Comércio, de Manaus	Redator-Chefe (1928- 1934?)
Bento Aranha	Amazonas	(Militar)	Revista Arquivos do Amazonas, da Associação Comercial do Amazonas	Diretor
Bernardo Azevedo da Silva Ramos	Amazonas(?)	(Arqueólogo e egíptólogo)	IGHA	Sócio Fundador e 1.º Presidente (1917-1920 e 1923-1929)

Tabela 1
Intellectuais Amazonenses (1920-1939)

Bertino de Miranda Lima	Amazonas(?)	(Historiador da Cidade de Manaus)		
Chrisanto Jobim(*)	Amazonas(?)	(Antiquário, Colecionador, Etnógrafo)	IGHA	Sócio
Clóvis Barbosa	Parabá	(Jornalista, Editor e Representante do Movimento Antropológico do Modernismo Paulista)	Revistas "Redenção", "Egualador", "A Selva"	Editor e Redator-Chefe
			AAL	Membro
Conde Ermanno Stradelli	Itália	Advogado (Explorador, Geógrafo, Etnólogo)	SPVPA Real Sociedade Geográfica Italiana	Diretor dos "Cadernos"
Coriolano Durand	Amazonas	(Teatralogo)	AAL	Membro
Cosme Ferreira Filho	Ceará	Bacharel em Ciências e Letras (Jornalista, Poeta)	Revista da Associação Comercial	Editor e redator
Gaspar Antônio Vieira Guimarães	Pernambuco	Direito	Revista "Redenção"	colaborador
Henrique Rubim	Amazonas(?)	Advogado (Jornalista)	AAL	Membro
João Leda	Maranhão	(Jornalista, Crítico Literário, Filólogo)	IGHA	Sócio fundador
José Ferreira Sobrinho(*)	(?)	(Jornalista)	AAL	Membro
José Francisco de Araújo Lima	Amazonas(?)	Medicina (Jornalista, Ensaísta)	Diário Oficial do Estado	Diretor
José Furtado Belém(*)	Amazonas	Direito (Historiador dos limites do Estado)	AAL	Membro
Mário Ypiranga Monteiro	Amazonas	Direito (Historiador da Cidade de Manaus, Folclorista)	IGHA	Sócio e Presidente (1950-1962)
Leopoldo Tavares da Cunha Mello(*)	Pernambuco		Revista "Victoria-Régia"	Redator
Paulo Eleutério Alvares da Silva			IGHA	Sócio Fundador
Theodoro Rodrigues	Pará	(Jornalista)	AAL	Membro
Vivaldo Palma Lima	Bahia	Medicina e Direito	Correio do Norte	redtor
Waldemar Pedrosa(*)	Amazonas	Direito (Professor)	IGHA	Sócio fundador
			AAL	Membro

FONTES: BITTENCOURT, Agnello. "Homens notáveis", in *Corografia do Estado do Amazonas*. Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Manaus: Associação Comercial do Amazonas-Fundo Editorial, 1985 [1925], pp. 319-335. JOBIM, Anísio. *A Intellectualidade no Extremo Norte (Contribuições para a História da Literatura no Amazonas)*. Manaus: Livraria Clássica, 1934. INPA/IBBD. *Bibliografia Amazônica*. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

Tabela 1
Intelectuais Amazonenses (1920-1939)

151

BITTENCOURT, Agnello. "*Promptuário Bibliográfico sobre o Estado do Amazonas*". Manaus, 1922 (Manuscrito do acervo do IGHM).

LINS, José dos Santos. *Seleção Literária do Amazonas* (com notas *Bibliográficas*). Prefácio de Arthur C. F. Reis. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

O **signal (*)** significa que os nomes assinalados foram ativos participantes da "Revolução de 1930" e movimentos políticos subsequentes.

Tabela 2
Produção dos Intelectuais amazonenses

NOMES	PUBLICAÇÕES SOBRE OS MANAO (ANO)
Agnello Bittencourt	"Rio Negro", Rev. do IEMA, Ano V, Vol. V, n.ºs 1-2, 1935-36; "Corografia do Estado do Amazonas" (1925)
Alcedo Marrocos	Conferências sobre "história da Igreja" e outros temas "históricos"
Alfredo Augusto da Matta (*)	
Álvaro Botelho Maia(*)	"Discurso pronunciado no 'Ideal' em 10-05-33", Revista Victória-Régia, Manaus, Maio de 1933, Ano II, n.º. 14; "Ajuricaba" (palestra), in Rev. Victória Régia, agosto-outubro 1933, ano II, n.ºs. 17-18; "Pela glória de Ajuricaba" (Estudo)
André Vidal de Araújo	
Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt	
Anísio Jobim	"Evolução do Estado do Amazonas", in Rev. ARQUITIVOS, Manaus, Junho 1949, Ano 3, Vol. IX, pp. 3-8; "Rebeliões", in O Amazonas, sua história, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957, pp. 130-135. Toda a Série "Panoramas Amazônicos", 1933-1943.
Apriégio Martins de Meneses	"História do Amazonas", in Amazônia. História e Administradores do Amazonas. Prefácio de Arthur C. F. Reis. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966, pp. 37-80; Almanak do Amazonas, 1884.
Arthur César Ferreira Reis(*)	"Ajuricaba", in Rev. REDEMÇÃO, Manaus, 1931, n.º. 26, pp. 6-7 (Capítulo do seu livro História do Amazonas).
Bento Aranha	
Bernardo Azevedo da Silva Ramos	
Bertino de Miranda Lima	"A Cidade de Manaus (Sua história e seus motins políticos)", 1908.
Chrisanto Jobim(*)	
Clóvis Barbosa	
Conde Ermanno Stradelli	Poema "Ajuricaba", in O Correio do Púrs, 1898.
Coriolano Durand	
Cosme Ferreira Filho	
Gaspar Antônio Vieira Guimarães	O livro História do lugar da Barra do Rio Negro, 1922
Henrique Rubim	
João Leda	

Tabela 2
Produção dos Intelectuais amazonenses

José Ferreira Sobrinho(*)	
José Francisco de Araújo Lima	O livro <i>Amazônia. A Terra e o Homem</i> , 1933.
José Furtado Belém(*)	Os <i>livros Limites Orientais do Estado do Amazonas</i> , 1912 e <i>Amazonas-Pará</i> , 1916.
Mário Ypiranga Monteiro	"O Estado Social do Índio Brasileiro", Manaus, 1946 (Conferência); "Auricáua", <i>Rivista Oltremare</i> , Roma, 1954
Leopoldo Tavares da Cunha Mello(*)	
Paulo Eleutério Alvares da Silva	Os <i>livros Fontes da História</i> , (?); <i>Pela Guiana Brasileira</i> , (?)
Theodoro Rodrigues	
Vivaldo Palma Lima	
Waldemar Pedrosa(*)	

FONTES: BITTENCOURT, Agnello. "Homens notáveis", in *Corografia do Estado do Amazonas*. Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Manaus: Associação Comercial do Amazonas-Fundo Editorial, 1985 [1925], pp. 319-335.

JOBIM, Anísio. *A Intelectualidade no Extremo Norte* (Contribuições para a História da Literatura no Amazonas). Manaus: Livraria Clássica, 1934.

INPA/IBBD. *Bibliografia Amazônica*

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*. Rio de Janeiro: Conquistista, 1973.

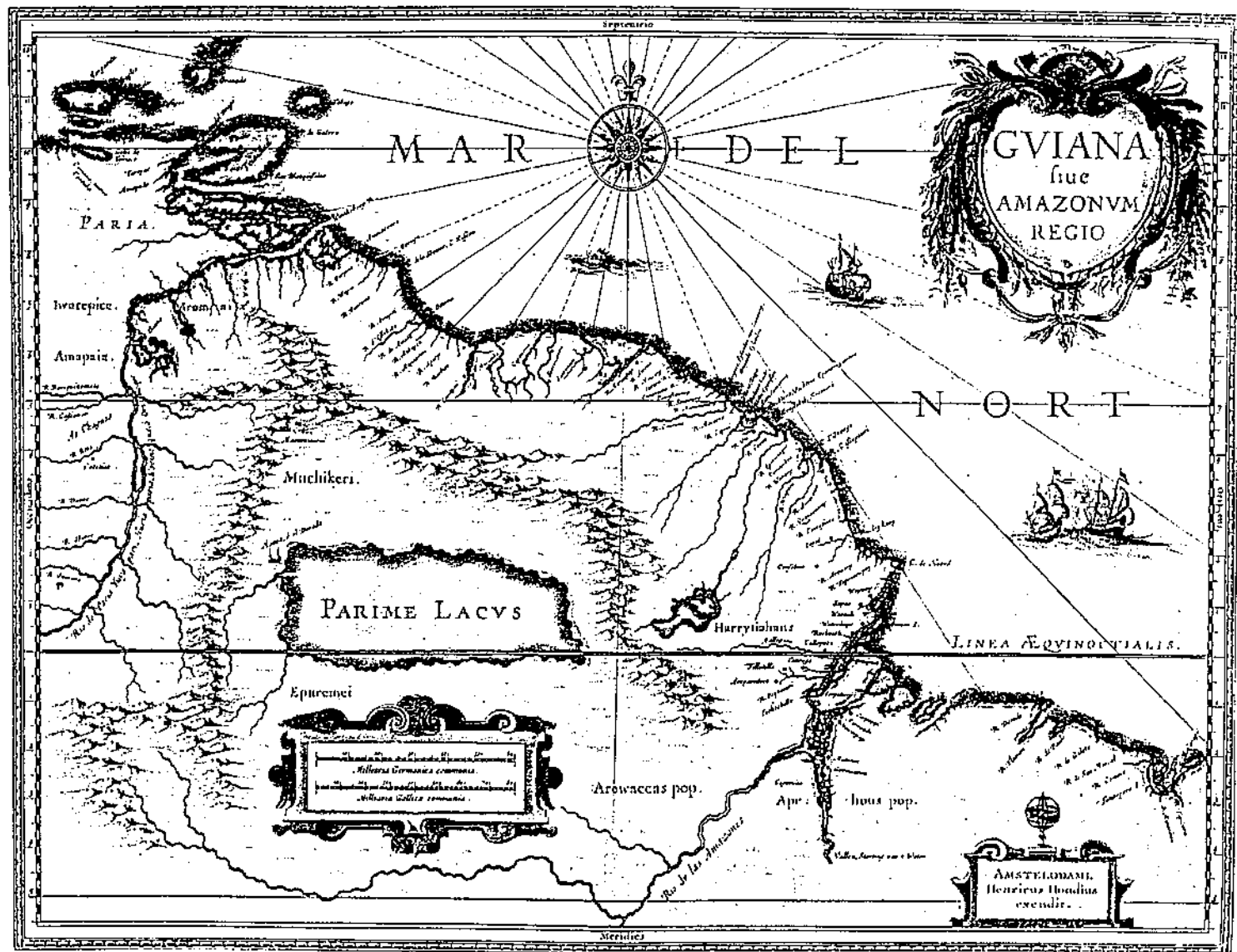
BITTENCOURT, Agnello. "Promptuário Bibliográfico sobre o Estado do Amazonas". Manaus, 1922 (Manuscrito do acervo do IGHA).

LINS, José dos Santos. *Seleção Literária do Amazonas* (com notas *Biobibliográficas*). Prefácio de Arthur C. F. Reis. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

O **signal (*)** significa que os nomes assinalados foram ativos participantes da "Revolução de 1930" e movimentos políticos subsequentes.

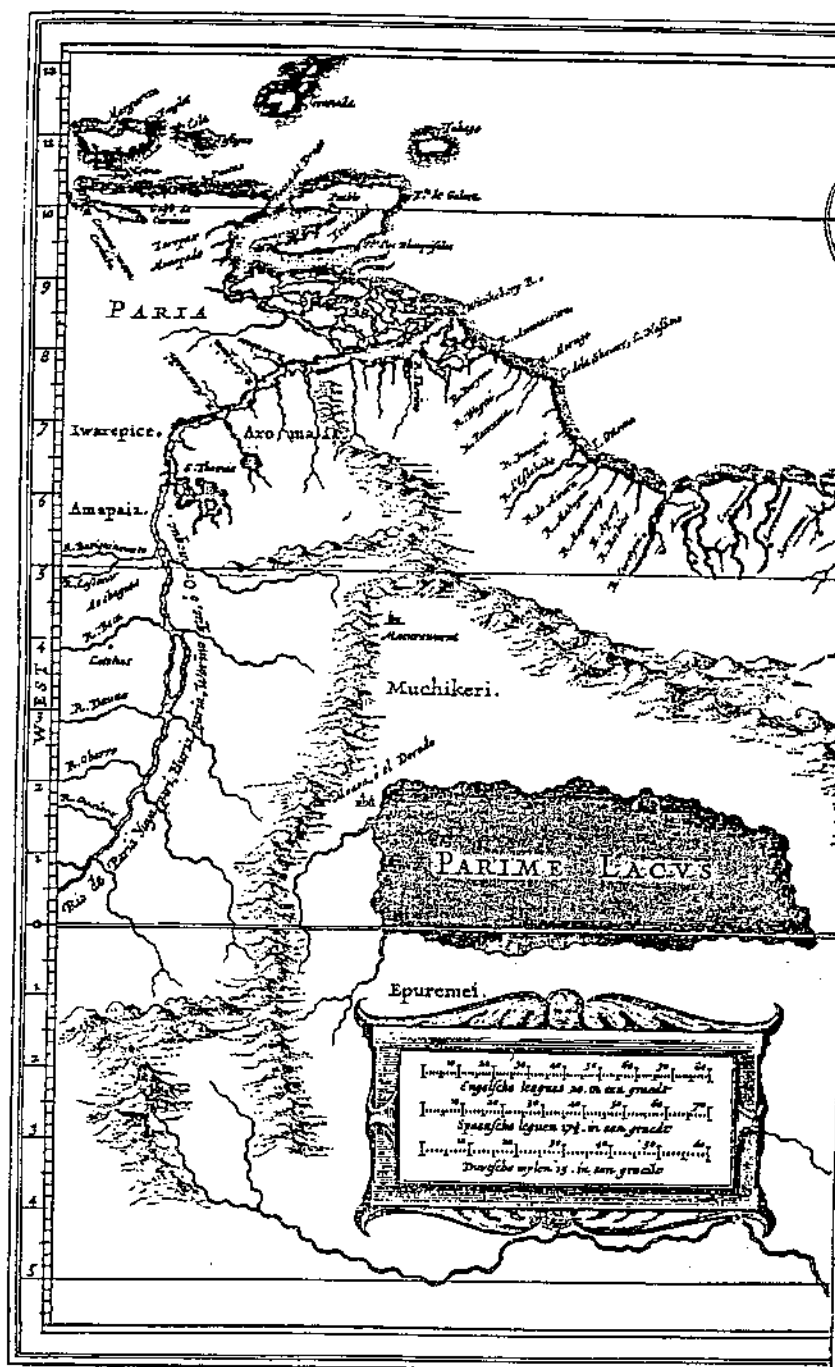
Mapas

Mapa de Henricus Hondius (Guiana sive Amazonum
Regio, 1635)



FONTE: ALÈS, C. & POUYLLAU, M. "La Conquête de l'inutile", In
L'Homme 122-124, avr.-déc. 1992, XXXII (2-3-4), fig. 9.

Mapa de Jean de Laet (*Histoire du Nouveau Monde*, Leyde, 1640).



FONTE: SANCHEZ, Jean-Pierre. Mythes et légendes de la conquête de l'Amérique. Rennes: PUR, 1996, p. 701.

Mapa de Jan Jansson[ius] [Janssen] (Americæ pars Meridionalis, 1641)



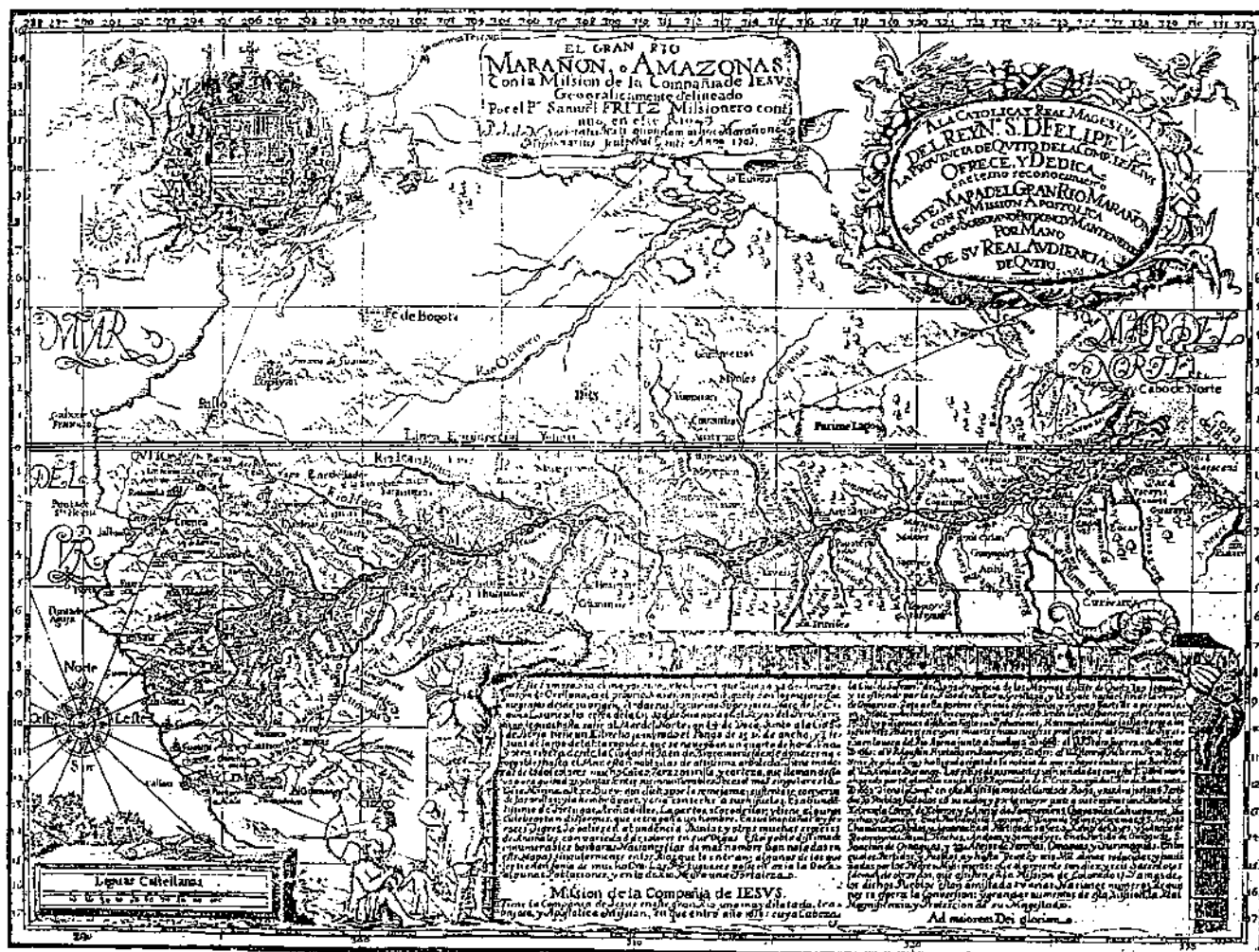
FONTE: ADONIAS, Isa. Mapa: a formação do território brasileiro através de mapas. Rio de Janeiro: ODEBRECHT, 1990.

Mapa de Nicolas Sanson d'Abbeville (A América Meridional, 1650)



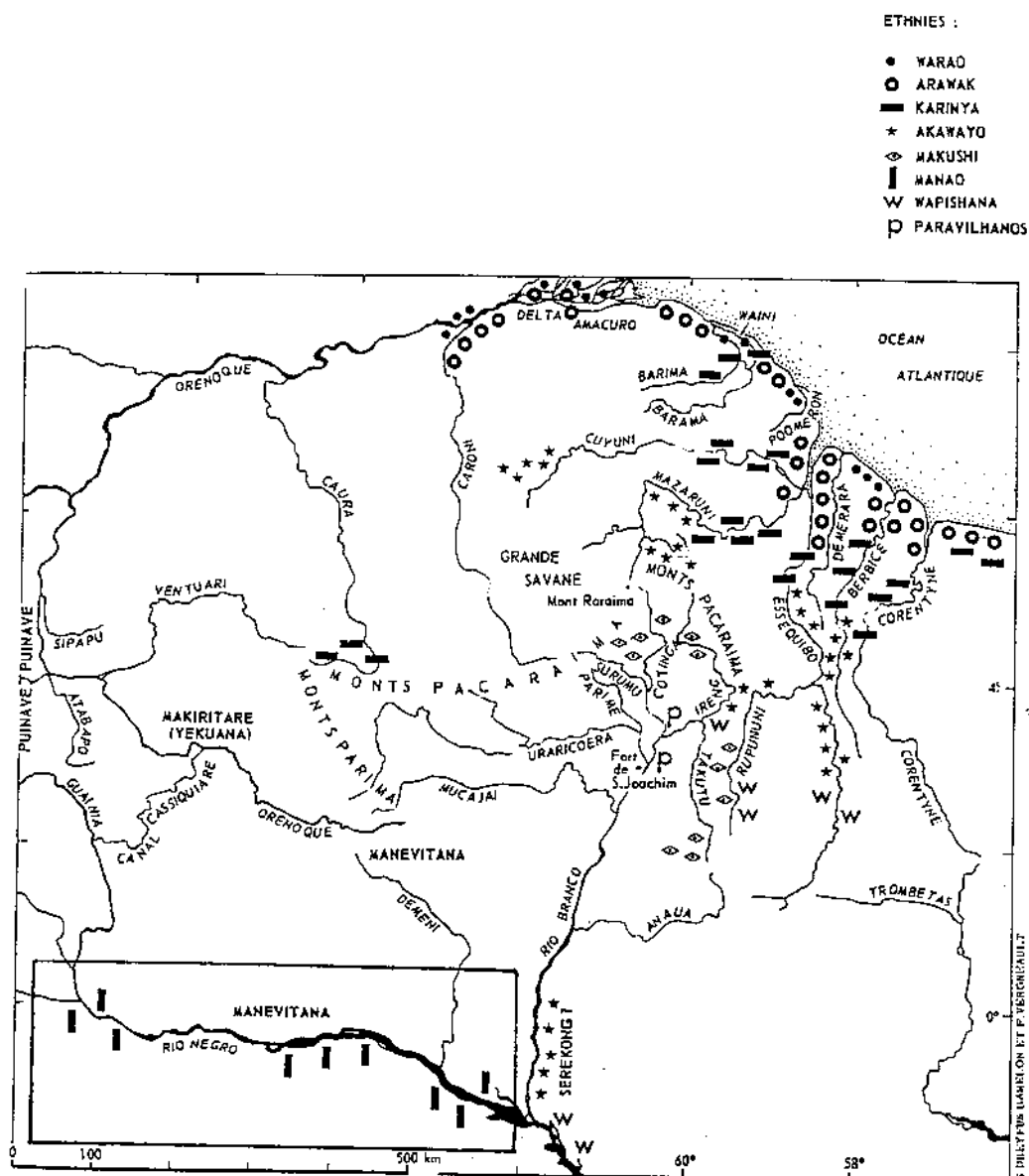
FONTE: ADONIAS, Isa. Mapa: a formação do território brasileiro através de mapas. Rio de Janeiro: ODEBRECHT, 1990.

Mapa do Padre Samuel Fritz (Mapa do curso do
Marañon e do Amazonas, 1707.)



FONTE: ADONIAS, Isa. Mapa: a formação do território brasileiro através de mapas. Rio de Janeiro: ODEBRECHT, 1990.

Mapa do território tradicional dos índios Manao



FONTE: DREYFUS, Simone. "Les Réseaux politiques indigènes en Guyane occidentale et leurs transformations aux XVIIe et XVIIIe siècles, in l'Homme, 122-124, avr.-déc. 1992, XXXII (2-3-4), p. 77.

Bibliografia Geral

1. Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino - CEDEAM (Documentos pertencentes ao acervo do AHUL, atualmente depositados no Museu Amazônico, da Universidade do Amazonas, Manaus):

Informação que me deu [ilegível] Ribeiro do rio Japurá em 25 de março de 1755 o qual Ribeiro é o melhor prático que se conhece daquele rio, 2 pp. Cópia. Manuscrito.

Notícia de Rio Branco que me deu Francisco Ferreira, homem de mais de oitenta anos, que tem mais de cinquenta de navegação do dito rio, e mais participou em Mariuá em 29 de março de 1755, 2pp. Cópia. Manuscrito.

Relação que faz Frei Victoriano Pimentel Excelentíssimo Vigário Provincial da ordem do Carmo no Estado do Maranhão das Missões do Rio Negro e Solimões que a sua Religião tem a seu cargo; e da jornada que fez ao Sertão impedir ao padre Samuel Fritz da Cia. de Jesus as descidas que fazia pelo rio das Amazonas abaixo, e de como praticou e socegou todo aquele gentio, s/ local legível[S. Luís?], 7 de setembro de 1705, 15pp. Cópia. Manuscrito.

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a Relação de Frei Victoriano Pimentel, encaminhando o julgamento de matéria que se encontra em tal Relação feita à Junta das Missões, Lisboa, 14 de novembro de 1705, 1p. Cópia. Manuscrito.

Parecer da Junta das Missões sobre a matéria da Relação de Frei Victoriano Pimentel, Lisboa, 15 de janeiro de 1704, 5pp. Cópia. Manuscrito.

Arquivo Público do Pará,

Códice 866 (antiga numeração):

Carta régia ao Governador do Pará acerca do envio de tropa de guerras contra os índios Mayapenas, que viviam no território dos Manao. Lisboa, 31/05/1729. Cópia. Manuscrito.

Códice 907 (antiga numeração):

Regimento que há de guardar o Capitão João Paes do Amaral, comandante da Tropa de Guerra e resgates do Rio Negro.

2. Obras de referência:

Arquivo Histórico do Itamarati. Joaquim Nabuco: Missões especiais; Despachos e notas: 1899-1905. Rio de Janeiro, s.d.

BALDUS, Herbert. Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira. São Paulo, 1954.

Catálogo do Arquivo Histórico do Itamarati. Parte III, 1964.

CORTESÃO, Jaime, Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, I, p. C.

3. Fontes Impressas:

Doc. nº. 5: "La Compagnie des Indes Occidentales au Commandeur, Essequibo, le 1er. mai 1714. Au commandeur Pieter van der Heyden Resen, à Ysekepe", in Question des limites du Brésil et de la Guyane anglaise soumise à l'arbitrage de sa Magesté le Roi d'Italie. Paris: Ducourtieux & Huillard, 1903, vol I, pp. 106-107.

EDITORIAL, "Álvaro Maia", in Revista Victória-Régia Abril de 1933, ano II, nº 13.

EDMUNDSON, George (ed.). Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazon between 1686 and 1723. Translated from the Evora Ms and adited by, London: Hakluyt Society, 1922.

CONDAMINE, Charles-Marie de La. Breve relatório de uma viagem pelo interior da América Meridional, desde a costa do mar do Sul até as costas do Brasil e da Guiana, descendo o rio das Amazonas. Seleção de textos, introdução e notas de Hélène Minguet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

FRITZ, Samuel. "Diário do Padre Samuel Fritz", In Pablo MARONI, Notícias Autênticas del famoso rio Marañon (1738), Iquitos: IIAP/CETA, 1988, Parte Tercera, Capítulo tercero.

Jornal O Comércio de São Paulo, de 17 de março de 1899.

Livro Grosso do Maranhão (LGM), Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ), vol. 67, Carta Régia, 13/ 05/ 1721.

- Livro Grosso do Maranhão (LGM), Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ), vol. 67, p. 219, Carta Régia, 23/01/ 1728.
- MAIA, Álvaro, (continuação), in Revista Victória-Régia, Outubro de 1933, ano III, nº 18.
- MAIA, Álvaro, "Ajuricaba (palestra)", in Revista Victória-Régia, Agosto de 1933, ano II, nº 17
- MAIA, Álvaro, "Discurso Pronunciado no 'Ideal' em 10-05-1933", in Revista Victória-Régia, Maio de 1933, ano II, nº 14.
- MAIA, Álvaro, "Elogio do Caboclo", in Revista Victória-Régia, Novembro de 1932, ano II, nº 10.
- MEIRA, Márcio(org.). Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia. São Paulo: NHII/USP-FAPESP, 1993.
- MONTEIRO, Mário Y., "Ayuricaba (Ensaio para a Rhapsodia Selvagem)", in Revista Victória-Régia, Maio de 1933, ano II, nº 14.
- NABUCO, Joaquim. Question des limites du Brésil et de la Guyane anglaise. Soumise à l'arbitrage de Sa Majesté le Roi d'Italie. Paris: Ducourtieux & Huillard, 1903.
- RALEIGH, Walter. The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Empire of Guiana, with a Relation of the Great and Golden City of Manoa (which the Spaniards call El Dorado) and the provinces of Emeria, Arromaia, Amapaia and other Coutries, with their rivers, adioyning (1596), ed. Robert Schomburgk, London, 1848).
- RALEIGH, Walter. El Dorado. Trad. franc., Paris: Utz, /UNESCO, 1993.
- RIBEIRO DE SAMPAIO, Francisco Xavier. Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775. Lisboa, 1825.

4. Livros, artigos e textos não publicados:

- A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: EdUNB, 1983.
- ALDEN, Dauril, "El Indio desechable en el Estado do Maranhão durante los siglos XVII y XVIII", In: América Indígena, vol. XLIII, n°. 3, julio-septiembre, 1983, p. 435
- ALÈS, C. & POUYLLAU, M., "La conquête de l'inutile. Les géographies imaginaires de l'Eudorado", In L'Homme, n° 122-124, avril-déc. 1992, pp. 289, nota 11; 297.
- AMORIM, A B. de. "Lendas em Nheêngatú e em Português", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 100, vol. 154, n° 2, 1926.
- AMOROSO, Marta Rosa e SÂEZ, Oscar Calavia. "Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu", in SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). A Temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 237-256.
- BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. História do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1997.
- BETTENDORFF, João Felipe, pe. Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Belém: SECULT, 1990.
- BOSI, Alfredo. "Um mito sacrificial: o Indianismo de Alencar", in Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 176-193.
- BOXER, Charles. A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial, 1695-1750. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.
- BOXER, Charles. O Império Marítimo Português, 1415-1825. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia grega. Petrópolis: Vozes, 1987, vol. III.
- BROC, Numa. La geografia del Rinascimento: Cosmografi, cartografi, viaggiatori. 1420-1620. Modena: Franco Cosimo Panini ed., 1996.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS, 1986.

- DE DECCA, Edgar. 1930: O Silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Descobrimentos do rio das Amazonas. Trad. e notas de C. de MELO LEITÃO, São Paulo: Ed. Nacional, 1941 [1542] (Coleção Brasileira, 203)
- DREYFUS, Simone, "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796", in Eduardo Viveiros de CASTRO & Manuela C. da CUNHA (orgs.). Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP, 1993.
- DREYFUS, Simone. "Les Réseaux politiques indigènes en Guyane occidentale et leurs transformations aux XVIIe et XVIIIe siècles", in L'Homme, 122-124, avr.-déc., 1992, XXXII (2-3-4), pp. 75-98.
- EDMUNDSON, George. "The deutch in the Amazon", in The English Historical Review, vols. LXXII e LXXIII, october 1903/january 1904, respectivamente.
- ELLIOTT, J.H. Spain and its World, 1500-1700. New Haven and London: Yale University Press, 1989
- FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FAUSTO, Boris. Revolução de 30: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FERNANDES, Florestan. A Investigação Etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A Cidade dos Encantados. Campinas: Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP, 1996.
- GREENBLATT, S. J.. Sir Walter Raleigh: the Renaissance man and his roles. New Haven, 1973.
- HILL, Christopher. Origens Intelectuais da Revolução Inglesa. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HILL, Jonathan, "Introduction: Myth and history", in Rethinking history and myth: Indigenous South American perspectives on the past, Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- HOBSBAWM, Eric & RENGGER, T, A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990[1945].

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- JOBIM, Anísio. A intelectualidade no Extremo Norte. Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- Journal of the Royal Geographical Society, vol. X, pp. 230ss.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Zwei Jahre unter den Indianern. Berlin, 2 vols., 1909-10.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Economia Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 15-110.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942, vol. III, p. 343.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas: Papirus, 1986.
- LIMA, Antônio C. de S. Aos fetichistas, ordem e progresso. Rio de Janeiro, Diss. de Mestrado, Museu Nacional, 1986.
- LINS, José dos Santos. Seleta Literária do Amazonas (Com notas Biobibliográficas). Prefácio de Arthur César F. Reis. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- LOUREIRO, Antônio J. Souto. Síntese da História do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
- MARTIUS, Carl F. P. von. "como se deve escrever a História do Brasil", in O estado do direito entre os autóctones do Brasil. Intr. De Max Fleiuss. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, pp. 85-107.
- MÉTRAUX, Alfred. Itinéraires 1 (1935-1953). Paris: Payot, 1978.
- MÉTRAUX, Alfred. "Arawakan Tribes of the left, middle Amazon", in Handbook of South American Indians, vol. III, Washington, 1948, pp. 707-712.
- MÉTRAUX, Alfred. "Los indios Manáo", in Anales del Instituto de Etnografía Americana. Universidad Nacioonal de Cuyo, vol I, 1940, pp. 235-244
- MÉTRAUX, Alfred. A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis. Prefácio, tradução e notas do Prof. Estêvão Pinto. Brasileira, vol. 267, São Paulo: Ed. Nacional, 1950.
- MONTEIRO, John M. "O desafio da História Indígena no Brasil", in SILVA, Aracy L. da & GRUPIONI, Luís D.

- B. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º. E 2º. Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- MONTEIRO, John M. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- NEVES, E. Góes. "Os Índios antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil", in SILVA, Aracy L. da & GRUPIONI, Luís D. B. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º. E 2º. Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 171-192.
- NIMUENDAJÚ, Curt, "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés" (1927), In Journal de la Société des Americanistes, vol. 39, pp. 125-82; vol. 44, pp. 149-78, 1950-5.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, "Elementos para uma sociologia dos Viajantes", In IDEM(org.), Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil, Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). Elite Intelectual e Debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 30. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980.
- PEIRANO, Mariza. Uma antropologia no plural. Brasília, DF: EdUNB, 1992.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz "Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. XVI a XVIII)", in Manuela Carneiro da Cunha (org.) História dos Índios no Brasil, op. cit., p. 129.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz Legislação Indigenista Colonial: Inventário e Índice. Dissertação de Mestrado, Depto. de Antropologia, IFCH/UNICAMP, 1990
- PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1979[1942], pp. 211-216.
- PRICE, Richard, First-Time. The Historical Vision of na Afro-American People, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.
- RAMINELLI, Ronald. Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- RAMOS PEREZ, Demétrio. El Mito del Dorado. Su genesis y su proceso. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1973.

- REIS, A. C. F.. A Política de Portugal no Vale Amazônico. Belém: SECULT, 1993.
- REIS, Arthur C. F. História do Amazonas. 2ª. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- REIS, Arthur César F., "Ajuricaba" (Capítulo do livro História do Amazonas, no prelo), in Revista Redenção, Manaus, 27 de junho de 1931, nº 26, pp. 6-7.
- ROSSI, Paolo. Francesco Bacone: dalla Magia alla Scienza. Bari, 1957.
- SAMPAIO, Patrícia M. Melo. Os fios de Ariadene: Tipologia de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus, 1840-1880. Niterói: Dissertação de Mestrado, ICH/UFF, 1993.
- SANTOS, Amílcar Salgado dos. A "revolução brasileira" na Amazônia: notas para a história do Amazonas. São Paulo, s.ed., 1931.
- SCHOMBURGK, Robert, "Introdução", In Sir Walter Raleigh. El Dorado. Trad. franc., Paris: Utz/UNESCO, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. & SALOMON, Frank. New peoples and new kinds of people: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in South American indigenous societies, mimeo, 1997.
- SILVA, Caetano da. L'Oyapoc et L'Amazone. Rio de Janeiro, 1895
- STRADELLI, Ermanno. "Mapa Geográfico do Estado do Amazonas". Piacenza: V. Porta Editore, 1901, escala 1.2.222.000
- SWEET, David. "Francisca: esclava india (Gran Pará, siglo XVIII)", in David G. Sweet y Gary Nash (comp.). Lucha por la supervivencia en la América Colonial. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, pp. 316-328.
- SWEET, David. A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750. Ph.D. Thesis, Univ. of Wisconsin, 1974, vols. I-II.
- VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WECKMANN, Luis. La herencia medieval del Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

- WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.
- WHITEHEAD, Neil L, "The Historical Anthropology of Text: The Interpretation of Raleigh's Discoverie of Guiana", In Current Anthropology, vol. 36, n°. I, Feb. 1995, pp. 53-63.
- WHITEHEAD, Neil L. "Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guiana, 1500-1900", in L'Homme, 122-124, avr.-déc., 1992, XXXII (2-3-4), pp. 285-305.
- WILLIAMSON, James. English colonies in Guyana and on the Amazon, 1604-1668. Oxford, Clarendon Press, 1923.
- WRIGHT, R. M. & HILL, J. D. "History, ritual and myth: nineteenth century millenarian movements in northwest Amazon", In Ethnohistory, 1986.
- WRIGHT, Robin, "Indian Slavery in the Northwest Amazon", In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, sér. Antropologia, 7(2), 1991, pp. 168-176.
- WRIGHT, Robin. "Aos que vão nascer": uma etnografia religiosa dos índios Baniwa, Tese de Livre-Docência, Dept°. de Antropologia, IFCH/UNICAM, 1996.
- WRIGHT, Robin. "Comment", in Current Anthropology, Vol. 36, Number I, February 1995, p. 67-68.
- WRIGHT, Robin. "História Indígena do Noroeste da Amazônia", in CUNHA, Manuela C. da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992, pp. 253-266,

SUMÁRIO

Introdução

Objeto do presente estudo	1
Silêncios da historiografia clássica	3
História dos índios: uma história relacional	8
A Pesquisa	9
Os Manao do Rio Negro.....	10
Uma história Manao?	13
Organização do presente trabalho	16

Capítulo 1

<i>Histórias de Brancos: a guerra contra os Manao</i>	20
As cachoeiras do Rio Negro.....	21
O cacau	26
Os Manao	27
A guerra contra os Manao	29
Escravidão e repartimentos de índios	36
Considerações finais do capítulo	40

Capítulo 2

<i>O Eldorado: Narrativas do contato entre mitos realidades.</i>	43
A Amazônia num contexto de disputas coloniais	45
Walter Raleigh: propagandista de idéias colonialistas ...	50
Manoa, ou "El Dorado"	61
Os holandeses e os índios "Maganouth"	71
O "Rio do Ouro" (El rio de oro).....	76
Um jesuíta boêmio no Jardim das Espérides	79
Um ilustrado francês e a "fábula" do Eldorado	88
Considerações finais do capítulo.....	92

Capítulo 3

<i>Histórias de Brancos: uma historiografia amazonense dos índios Manao</i>	94
--	-----------

Joaquim Nabuco e a Comissão de Demarcações de Limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa.....	96
Perfil da intelectualidade amazonense: anos	
20 e 30	110
Arthur César Ferreira Reis: a heroicização de um mito ..	121
Os Manao e as "origens" do homem amazonense.....	124
Holandeses	129
Alfred Métraux e os primeiros ensaios de etno-história Manao....	132
Considerações finais do capítulo	137
Conclusões	139
Apêndices.....	144
Cronologia de expedições portuguesas ao rio Negro	145
Tabela 1: Intelectuais amazonenses (1920-1939).....	149
Tabela 2: Produção dos intelectuais amazonenses.....	152
Mapas.....	154
Bibliografia Geral.....	165